



revista online de extensão e cultura

REALIZAÇÃO

DOI: 10.30612/re-ufgd.v4i8.8124

Editorial

Glauber da Silva¹

Juliana Rosa Carrijo Mauad²

Rosilda Mara Mussury³

Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi⁴

Nathaskia Silva Pereira⁵

Temos a honra de entregar a Comunidade Universitária a Edição nº 8, no Volume IV da **RealizAção - Revista Online de Extensão e Cultura** com o objetivo de tornar pública as reflexões e resultados de ações de extensão desenvolvidas no âmbito local, regional e nacional. No processo de seleção dos textos foram observados os critérios de prioridade do tema, consistência científica, originalidade, atualidade da informação, atendimento das normas éticas e técnicas, bem como impacto social das informações e das ações desenvolvidas.

A **RealizAção** é editada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal da Grande Dourados – PROEX/UF GD em periodicidade semestral. Em cada número são publicados ao menos oito trabalhos, entre artigos, resenhas e relatos de experiências, que podem ser

apresentados nos idiomas português, espanhol e inglês. A seleção é realizada por meio Edital de Fluxo Contínuo, e avaliado por pares: profissionais com experiência em Extensão Universitária.

A Revista RealizAção tem publicado trabalhos nas áreas temáticas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Geração de Trabalho e Renda, Gênero, Economia Solidária, Igualdade Racial, Diversidade Étnica, Juventude e Terceira Idade.

Ao dar visibilidade as Ações de Extensão desenvolvidas por diversas Instituições de Ensino Superior demonstramos o compromisso social que a Universidade assume na Comunidade em que está inserida. Ao promover a Extensão, as IES atuam e transformam positivamente a ida

¹ Editor Gerente da RealizAção – Revista Online de Extensão e Cultura.

² Pró-reitora da PROEX – Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

³ Coordenadora de Extensão – PROEX.

⁴ Coordenadora de Cultura – PROEX.

⁵ Editora de Seção da RealizAção – Revista Online de Extensão e Cultura.



de milhares de pessoas nos mais diversos locais. O foco principal da revista RealizAção é difundir e incentivar o desenvolvimento da Extensão em todos os espaços possíveis.

Neste quarto volume, a **Realização - revista online de extensão e cultura** apresenta oito trabalhos, entre eles seis artigos e dois relatos de experiências em extensão e cultura, conforme segue:

O artigo **“O Aluno Surdo – da Educação ao Mercado de Trabalho na Promessa Legal e na Realidade de Ponta Porã”** das autoras Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo e Karla Alexandra Benites Florenciano foi construído através de uma pesquisa bibliográfica e empírica para apresentar uma visão histórica da educação dos surdos, com as principais correntes metodológicas que nortearam a educação dos mesmos em diversos períodos históricos, bem como o papel de diversos componentes da comunidade escolar em relação à inclusão do aluno surdo na sociedade e no mercado de trabalho.

O artigo **“Rotulagem Nutricional de Biscoitos Elaborados por Empreendimentos da Incubadora Social da Universidade Federal da Grande Dourados”** dos autores Thales Henrique Barreto Ferreira, Aline Janaina Giunco,

Cláudia Leite Munhoz e Eliana Janet Sanjinez-Argandoña, descreve o desenvolvimento da rotulagem de biscoitos produzidos pela incubadora social e comercializados na UFGD, com as informações nutricionais, adequando os produtos às normativas vigentes.

O artigo **“Ensino da Língua Portuguesa para Alunos Surdos por Meio de Jogo: uma ação do PIBID LETRAS/LIBRAS/EaD/UFGD”** das autoras Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo, Karla Alexandra Benites Florenciano e Rutnéia de Ávila Pereira, apresenta a criação e a aplicabilidade de um jogo que auxilia no ensino aprendizagem da Língua Portuguesa (LP) para estudantes surdos, elaborado por acadêmicas do curso de licenciatura em Letras LIBRAS da Faculdade de Educação a Distância – EaD da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

O relato de experiência **“Plantão Psicológico na Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados”** dos autores Pamela Staliano, Márcio Alves Silveira, Sandy Vanz e Bruna Branco Navarro, apresenta o desenvolvimento de um projeto de extensão aliado a uma proposta de estágio específico do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).



O artigo **“Empreendimento, Comunidade e Território: Três Objetos de Incubação em Economia Solidária”** do autor Sanyo Drummond Pires. O autor se propôs a construir uma referência conceitual para as ações de incubadoras universitárias em economia solidária, a partir da diferenciação de objetos e de objetivos que essas incubadoras apresentam em relação às incubadoras tradicionais, e das diferentes formas de avaliar os resultados das ações de extensão desenvolvidas nessas incubadoras.

O relato de experiência **“A Contribuição do Projeto de Extensão - IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD - na Formação Acadêmica”** dos autores Rodrigo Garófallo Garcia, Cynara Almeida Amaral, Givaldo Ramos da Silva Filho, Wanessa Gonçalves Silva, Raquel Correia de Oliveira e Jéssica Sotolani Manfré, apresenta o desenvolvimento do projeto de extensão da Editora da UFGD da IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD foi realizada no dia 1º de agosto de 2017, no Centro de Convivência da UFGD.

O artigo **“Memória e Trajeto Secular: Os Terena Como Protagonista de Sua História”** dos autores Rosalvo Ivarra Ortiz e Noêmia dos Santos Pereira Moura apresenta duas situações de protagonismo Terena na luta pela terra ao longo do século XX e a história do movimento Terena em defesa de seus direitos.

Os autores utilizaram a história oral e a etnografia (trabalho de campo), portanto um diálogo entre a História Indígena e a Antropologia para a construção do artigo.

O artigo **“Produção de Feno Orgânico como Estratégia de Suplementação Volumosa para Ruminantes Produzidos nas Comunidades Rurais de Mato Grosso Do Sul”**, escrito por Euclides Reuter de Oliveira e outros, que objetivou relacionar aspectos referentes à implantação de uma área demonstrativa na UFGD para a produção de feno orgânico, visando proporcionar suporte na alimentação de bovinos de corte nas comunidades rurais de Dourados/MS.

O Artigo **“A Interi Jr. e o Movimento Empresa Júnior como Instrumentos do Ecosistema Empreendedor Do Mato Grosso do Sul”** se propõe a discutir como as empresas júniores são relevantes no debate sobre ecossistemas empreendedores. Como foco teremos a Ínteri Jr., Empresa Júnior do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

O artigo **“Percepção Ambiental: Estudo de Caso do Parque Ambiental Arnulpho Fioravante, Dourados, MS”** dos autores Emerson Machado de Carvalho, Kátia Cristina Silva Mineli e Nathaskia Silva



Pereira, analisou a percepção ambiental de estudantes durante uma visita técnica orientada no Parque Ambiental Arnulpho Fioravante localizado numa região central da cidade de Dourados, MS. Com base na Associação Livre de Palavras (TALP) foram obtidos dados norteadores no processo de planejamento e gestão de áreas verdes urbanas.

Assim, disponibilizamos o volume 4, número 8, da **Realização - Revista Online de Extensão e Cultura**, ano de 2017, aproveitando essa oportunidade para relacionarmos os textos ora publicados, além de divulgar ações, projetos e programas de extensão universitária, criamos um canal para a promoção da mesma



DOI 10.30612/re-ufgd.v4i8.8118

O ALUNO SURDO – DA EDUCAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO NA PROMESSA LEGAL E NA REALIDADE DE PONTA PORÃ

The Deaf Student - From Education to the Job Market in the Legal Promise and Reality of Ponta
Porã

Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo¹
Karla Alexandra Benites Florenciano²

Recebido em 15/10/2017

Aceito em 15/12/2017

Resumo: O presente objetivou analisar à maneira que a escola tem contribuído para a inserção do aluno surdo no mercado de trabalho. Pesquisa bibliográfica e empírica. Apresenta-se uma visão histórica da educação dos surdos, oportunizando conhecer as principais correntes metodológicas que nortearam a educação dos mesmos em diversos períodos históricos, bem como o papel de diversos componentes da comunidade escolar em relação à inclusão do aluno surdo na sociedade e no mercado de trabalho. A pesquisa de campo realizou-se em uma escola pública de rede estadual, sob a forma de entrevistas realizadas com os alunos surdos. Verificou-se que na prática essa escola tem contribuído pouco para a inserção dos alunos surdos no mercado de trabalho, pois estes, muitas vezes, não conseguem ter uma plena comunicação nem dentro da escola, muito menos fora dela.

Palavras-chaves: Escola. Libras. Surdez. Inclusão.

Abstract: The present study aimed to analyze the way in which the school has contributed to the insertion of the deaf student in the labor market. Bibliographical and empirical research. It presents a historical view of the education of the deaf, making it possible to know the main methodological currents that guided their education in different historical periods, as well as the role of several components of the school community in relation to the inclusion of the deaf student in society and in the market of work. Field research was carried out in a public school of the state network, in the form of interviews with the deaf students. It has been found that in practice this school has contributed little to the insertion of deaf students in the labor market, since they often cannot have full communication in school, much less outside it.

Key words: School. Libras. Deafness. Inclusion.

Introdução

A história promove a reflexão e o entendimento dos fatos atuais revelando que o presente não está descolado do passado; por

¹ Mestranda em Educação – UFGD - E-mail: jake.librasufgd@gmail.com

² Graduada em Pedagogia, pós-graduada em Psicopedagogia, acadêmica do curso de Letras/Libras – UFGD. Professora do curso de Pedagogia – UFMS/CPPP - E-mail: karlinhaben@gmail.com



isso no primeiro momento será feita uma síntese da história da Educação dos Surdos, história que passou por diversas idas e vindas, proibições e permissões. Para esclarecer melhor serão citados três tipos de metodologias usadas na educação de Surdos.

Segundo Honora e Frizanco (2009) são eles: o Oralismo que tem como objetivo a produção de uma língua oral e vê a língua de sinais como um problema para o desenvolvimento da fala, o segundo tipo de metodologia objetiva a comunicação total; tendência essa que percebe toda comunicação como válida, seja ela: fala; leitura orofacial; treinamento auditivo; expressão facial; corporal; mímica; leitura e escrita e sinais. O terceiro e mais atual dos métodos é o bilinguismo, que nasceu na Suécia, e teve como princípio metodológico fundamental a ótica em relação à língua de sinais, isto é, propunha-se que ela fosse vista como a primeira língua (língua materna) da comunidade surda. Nesse caso, “a fala é vista como uma possibilidade e não como uma obrigação” (HONORA e FRIZANCO, 2009, p.15).

Através dessa afirmação é possível perceber a forte influência que a língua de sinais tem na contemporânea tendência metodológica para a educação dos surdos; porém para tal conquista inúmeras pessoas com surdez em diversos períodos históricos

lutaram pelo reconhecimento de sua língua e de sua forma de comunicação, por isso o bilinguismo para os surdos, nada mais é do que o fruto de uma luta que durou séculos.

A educação dos surdos na antiguidade variava de acordo com a concepção sobre eles. Na Grécia, por exemplo, valorizava-se muito uma educação que visava à formação cortês do nobre, ou seja, formar o “guerreiro belo e bom”, um homem que soubesse proferir palavras e realizar ações, segundo Aranha (1996), na educação espartana isso é bem claro, pois era recomendado que fossem abandonadas as crianças com deficiência ou frágeis demais. Os gregos também valorizavam o estudo da música, canto e dança coletiva.

Os romanos por sua vez, segundo a autora já citada também valorizavam a arte de bem escrever e bem falar; nesse período aristocrático o interesse maior era nas atividades intelectuais, excluindo assim o trabalho manual. Tanto para os gregos como para os romanos, o surdo não era considerado humano, pois a fala era resultado do pensamento, logo quem não pensava não era humano. Até o século XII, os surdos eram privados de tudo: de conviver na sociedade, da escolarização e até mesmo de se casarem. “Aristóteles afirmou que considerava o ouvido o órgão mais importante para a educação, o que contribuiu para que o surdo



fosse visto como incapacitado para receber instrução naquela época” (HONORA e FRIZANCO, 2009, p.19).

Já na Idade Média a Igreja Católica exercia uma forte influência sobre a sociedade, por isso ela foi fundamental para a discriminação dos surdos, pois a mesma acreditava que o homem é a imagem e semelhança de Deus, sendo assim quem não se encaixava nesse padrão não era considerado humano, principalmente; os surdos, pois eles não se confessavam e suas almas eram consideradas mortais já que os mesmos não podiam falar os sacramentos. No entanto, a Igreja Católica se preocupava com os surdos que pertenciam as famílias abastadas, pois se eles possuísem uma língua própria e se fossem instruídos poderiam participar dos ritos, dizer os sacramentos, e também continuariam em suas posições. Prosseguiriam ajudando a Santa Madre Igreja. Foi então que surgiu a primeira tentativa de educar os surdos, através de alguns monges que tinham feito voto de silêncio para não passarem adiante os conhecimentos adquiridos nos livros sagrados. Estes para não ficarem totalmente incomunicáveis desenvolveram uma linguagem gestual que passaram a ensinar aos surdos, e dessa forma os monges tornaram-se primeiros preceptores dos surdos.

O Brasil começou com a educação de surdos a partir do Segundo Império, pois veio, para o país um ex-aluno surdo do Instituto de Paris, dessa forma originou-se a LIBRAS, com muita influência da Língua de Sinais Francesa. Com o apoio de D.Pedro II, foi fundado em 1857, o primeiro Instituto de surdos-mudos, pois o mesmo tinha grande interesse na educação dos surdos, por ter um neto surdo, filho da princesa Isabel que era casada com o Conde D’eu (HONORA e FRIZANCO, 2009, p.27).

Inicialmente esse Instituto usou a Língua de Sinais, mas assim como no resto do mundo, também teve que adotar o método do Oralismo, em 1911. Esse Instituto promovia várias oficinas de sapataria, encadernação e pautação de cadernos. Em 1930, o Instituto esteve sob a direção do Dr. Armando Paiva Lacerda, que como gestor também acreditava que o método oral era a melhor maneira de educar o surdo; ele considerava que os educandos mais inteligentes eram aqueles que tinham capacidade de oralizar e por isso separava por nível, dessa forma os menos capacitados ficavam em salas diferentes dos demais.

Em 1951, o Instituto já tinha quase 100 anos, quando pela primeira vez teve em sua gestão um profissional da educação que foi a prof.^a Ana Rimoli de Faria Dória, a que implantou o curso de formação de professores



para surdos, que tinha duração de três anos, sendo o método adotado, aquele que era todo voltado para o Oralismo.

Na década de 1970, mais precisamente em 1973, o Capital Brasileiro teve um aumento nunca visto antes.

Nesse período, o governo interveio com intensidade na economia nacional, indexando salários, expandindo o crédito ao consumidor, sobretudo o destinado à classe média (que comprou, automóveis, eletrodomésticos, etc.) estimulando a poupança interna, concedendo isenção fiscal a alguns setores da agricultura e da indústria (sobretudo para a indústria automobilística). A atuação do Estado nas obras de infraestrutura (telecomunicação, estradas, energia, etc.) também foi significativa e modernizadora, geralmente realizada com capital externo. Esse processo ficou conhecido como modernização conservadora. (MORAES, 2005, p.421)

Esse período de modernização consequentemente teve reflexo no cotidiano das pessoas com surdez, pois muitos puderam ter acesso ao televisor, cujas imagens os auxiliava na aquisição de informações. Porém, a grande inovação brasileira na educação para os surdos ocorreu com a visita da educadora de surdos da Universidade Gallaudet, Ivete Vasconcelos, que juntamente com as pesquisas de Lucinda Brito, passou a difundir o bilinguismo.

Outros institutos também tiveram relevância na história da educação dos surdos no Brasil, como por exemplo: o Instituto Santa

Teresinha que atualmente é de natureza particular e fica em São Paulo, atendendo apenas ao Ensino Fundamental. Outra Instituição de suma importância é a IESP Instituto Educacional São Paulo, que foi fundada em 1954, atualmente pertence a PUC/SP e é referência nacional para pesquisas e estudos na área da deficiência auditiva.

A Inclusão de alunos Surdos em classes regulares requer da educação muito mais do que professores intérpretes ou tradutores, ela necessita de professores habilitados que saibam acolher e comunicar-se com esses alunos.

Esse é um dos motivos pelo qual a grade curricular dos cursos de licenciatura deverá sofrer ajustes, para que os futuros docentes aprendam práticas de ensino adequado às diferenças e uma das mudanças já efetuada é a inclusão das LIBRAS, como disciplina curricular, no curso normal de nível médio, no Curso Normal Superior, no curso de Pedagogia e também nos cursos de Fonoaudiologia e demais cursos de formação de professores e profissionais da Educação, como determina o Decreto nº 5623 de 22 de dezembro de 2005:

A LIBRAS deve ser inserida como disciplina Curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, público e privados, do sistema federal de ensino e dos sistemas



de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art.3º).

A partir deste artigo foi possível promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas, mas para que esse processo tenha uma continuidade seria preciso que o MEC também fornecesse capacitação contínuas através de cursos e que não somente os professores tenham acesso a esse tipo de capacitação, pois os demais profissionais do sistema escolar precisam se conscientizar de como é importante conhecer a cultura do surdo e saber que geralmente ele é um aluno bilíngue e que a língua materna dele é a língua de sinais e não a língua portuguesa e que nessa língua é fundamental a expressão facial e corporal. Dessa forma a equipe toda poderia amadurecer profissionalmente.

O que não pode ser esquecido é que qualquer profissional tem a condição de realizar alguma coisa para incluir o indivíduo e é importante ressaltar que o papel da escola não se limita a transmissão de conhecimentos, mas ela também precisa se preocupar com o afeto, o calor humano e assim oferecer uma escola de qualidade onde ensinar é sinônimo de aprender, como cita Freire (2002, p. 26) “Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo que, historicamente mulheres e homens descobriram que era possível ensinar”.

Contudo o espaço escolar não está adequado a essa forma de ensinar e aprender, a escola tradicional resiste a inclusão, pois percebe sua falta de capacidade de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade do que é real nos seres e nos grupos humanos. Aparentemente, nas escolas todas as crianças são bem-vindas, indiscriminadamente. Não adianta, contudo, a escola permitir o acesso e não garantir a permanência desse aluno, para que o mesmo possa prosseguir avançado em seu nível escolar.

Segundo Mantoan (2003) a inclusão é uma inovação que implica diretamente uma modernização e reestruturação, principalmente da forma como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. Quando se trata do aprendizado e da avaliação do aluno surdo, percebe-se que essa reestruturação é de extrema necessidade, pois o aluno em questão, não é um ser auditivo, mas sim um ser visual e por isso ele tem necessidade de recursos do tipo que vai muito além da aula traduzida pelo intérprete, ele precisa de imagens, figuras que ilustrem a aula, de materiais que sejam táteis, pois é através desses símbolos que o aluno vai poder associar a informação traduzida em LIBRAS e assim processar o conhecimento ensinado.



Porém até que essas aulas enriquecedoras sejam uma rotina dentro da escola a mesma precisa sofrer diversas alterações com urgência. Uma escola aberta a todos, é o grande alvo e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação nestes novos tempos. Um dos desafios para uma nova escola de qualidade é criar espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendam a ser pessoas que valorizem a diferença do seu semelhante.

De certa forma essa inclusão assusta, porém ela é como muitos a apregoam, “um caminho sem volta”, pois a tendência é a cada ano aumentar número de alunos portadores de necessidades especiais, incluindo, os surdos. Por mais que o movimento inclusivo “ainda seja contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, convence a todos pela sua lógica e pela ética de seu posicionamento social”. (MANTOAN, 2003 p.91). Esta colocação merece destaque e tempo de reflexão, pois realmente é ilógico no atual contexto histórico e social, pensar em educação sem se pensar em inclusão.

A primeira Carta Constitucional que trata sobre os direitos de acesso ao mercado de trabalho para pessoas com deficiência é a Constituição de 1988. Segundo Fonseca, o artigo 7º da mesma, proíbe qualquer tipo de

discriminação seja salarial ou por critérios de admissão em relação ao trabalhador portador de deficiência. Assim como também diz respeito à obrigatoriedade de reservas de postos de trabalho a portadores de deficiência nos seguintes percentuais:

Art. 93- A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher 2%(dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção”:

- De até 200 empregados (...) 2%
- De até 201 a 500 empregados (...) 3%
- De até 501 a 1.000 empregados (...) 4%
- De até 1001 em diante (...) 5% (BRASIL, 1991).

Assim como as empresas têm obrigatoriedade de reservar um percentual de suas vagas para pessoas com deficiência a União também possui essa obrigação, pois a Lei nº 8.112, impõe que a mesma reserve, em seus concursos, até 20% das vagas a portadores de deficiências.

A Constituição de 1988 no artigo 227, também prevê um atendimento especializado para portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como integrar socialmente o adolescente portador de deficiência, mediante treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos.

Como se pode notar todas essas leis incluem o surdo de uma maneira implícita,



pois o mesmo possui uma deficiência sensorial, porém existe um decreto de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que prioriza explicitamente a vaga de trabalho para pessoas surdas, como a formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental; a formações de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais:

§2º As pessoas surdas terão prioridade nos Art. 6º. A formação do instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de”.

I - Cursos de educação profissional

II - Cursos de formação continuada promovida por instituições de ensino superior; e

III - cursos de formação continuada promovida por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III

§2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput (BRASIL, 2005).

Como se pode compreender através do artigo 6º acima, e das demais colocações já feitas, o Brasil contempla um conjunto de leis brilhantes que amparam de uma forma geral ou específica o surdo para sua inserção ao mercado de trabalho, seja por meio de cotas ou mesmo por preferência como no caso do Instrutor de Libras. Também já foram brevemente explanados pontos que abordam a inclusão do aluno com deficiência, primordialmente focados na Declaração de

Salamanca e outros seminários, encontros e decretos surgidos a partir desta.

Enfim, já existe toda uma formalização em relação aos direitos da pessoa surda, e dos demais portadores de deficiência; porém, é notável certa contradição epistemológica, quando se analisa, principalmente, o mercado de trabalho para pessoas que fazem parte de uma minoria na sociedade, (LODI, 2009) as quais produzem muito, consomem o mínimo e dessa forma:

Muitas pessoas portadoras de deficiência continuam vagando por este mundo sobrevivendo e sendo superexplorados, em nome de sua “eficiência” e disposição. Esses são incluídos nas políticas sociais, na empresa, na escola, mas ao mesmo tempo recebem salários inferiores em relação aos considerados superiores (LODI, et al, 2009, p. 148).

A partir desta afirmação então, é relevante perceber que especialmente o mercado de trabalho para pessoas com deficiência ainda precisa ser reajustado em muitos pontos, até que possa realmente cumprir o que as leis e decretos tanto amparam e defendem. É claro que os processos evolutivos pelos quais a sociedade passa, são lentos e trabalhosos por parte de quem luta por eles. Mas, em se tratando de mercado de trabalho para o surdo, vale ressaltar que no estado de Mato Grosso do Sul na década de 80 esses trabalhadores já buscavam obter sua renda sendo vendedores ambulantes (ALBRES, 2005).



Tal atividade não lhes assegurava uma renda estável, nem muito lucrativa. Daquele período até a atualidade se passaram exatamente três décadas. Será que as pessoas com surdez conseguiram aprimorar seu aspecto financeiro e, conseqüentemente, seu espaço no mercado de trabalho? Ou continuam no mesmo estilo de trabalho dos surdos da década de 80? Essas reflexões farão parte da discussão que procurará mostrar os percalços que o surdo enfrenta.

Materiais e Métodos

Essa pesquisa empregou como metodologia a abordagem qualitativa e utilizou-se a técnica de estudo de caso, uma vez que para Lüdke e André (1986) apud Bodgan e Biklen (1982) a pesquisa qualitativa basicamente caracteriza-se por ter o ambiente natural como sua fonte direta de dados e tem o pesquisador como seu principal instrumento. Esses autores acreditam que a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação investigados, em que os dados são coletados e são descritos, constituindo a base de informações nesse tipo de pesquisa, sendo muito frequente a descrição de pessoas, situações. Essa tipologia de pesquisa inclui transcrição de entrevistas e depoimentos, registro dos fatos por meio de fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos.

De acordo com os mesmos autores, pesquisa qualitativa ou naturalística envolve obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, em que se enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Por isso pode se afirmar que este tipo de pesquisa precisa ter como uma das motivações a curiosidade por descobrir novos conhecimentos. Pretende-se dessa forma, utilizar a técnica de estudo de caso, descrito por Lüdke e André (1986):

Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social [...]São dados vários elementos para que o leitor possa chegar às suas próprias conclusões e decisões, além evidentemente das conclusões do próprio investigador [...] os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.20).

E é exatamente desse modo que essa pesquisa transcorre, visando, expor as divergências nos pontos de vista dos entrevistados com uma forma e linguagem acessíveis e, dessa maneira, propiciar ao leitor obter suas próprias conclusões. Para tanto é necessário esclarecer que esta pesquisa foi realizada em uma escola pública de médio porte que atende, em diferentes turnos, quatorze alunos surdos.



Inicialmente foram feitas observações e indagações para se obter a caracterização da escola, com coordenadores, professores, intérpretes e alunos surdos de variados turnos e anos, para que a partir do estudo de cada entrevista realizada se obtivesse um esclarecimento ou resposta sobre em que medida a escola tem contribuído para a inserção do surdo no mercado de trabalho.

Resultados e Discussão

Foram entrevistados cinco alunos surdos que estudam em turmas diferentes. Quando questionados se gostam da escola, os alunos A, B, C, D, disseram que gostam, pois aprendem todo dia novos conhecimentos e alguns professores são legais e tentam ajudar. Porém, o aluno E disse que gosta mais ou menos, porque há muita bagunça na sala. Também foram questionados sobre qual disciplina mais gostam. O aluno A respondeu que gosta de Ciências, o aluno B gosta de Geografia e apesar de ser difícil gosta de Matemática, o aluno C também gosta de Geografia e Matemática e Física. Já os alunos D e E gostam de História e Química.

Segundo o discente A os professores se comunicam, tentam ser amigos conhecem um pouquinho só de LIBRAS, precisam fazer cursos, para aprender mais e para o ajudarem melhor; em contrapartida os alunos B e D afirmaram que os professores não sabem nada

da LIBRAS, e se comunicam mais através do intérprete e, às vezes, eles fazem leitura labial, mas é muito difícil compreender tudo o que o professor oraliza. Concordando com os anteriores os alunos C e E disseram que os professores só se comunicam através do intérprete.

Os alunos também foram interrogados, se trabalhavam em algum lugar. O aluno A relatou que às vezes trabalha, e há algum tempo trabalhou fazendo serviços gerais em uma empresa de turismo, mas atualmente faz “bico”, trabalhando como cabo eleitoral. O aluno B afirmou que às vezes trabalha como manicure, mas somente quando as pessoas a procuram, mas que também trabalha em sua casa limpando e fazendo comida. O aluno C informou que trabalha em um supermercado, pesando frutas e legumes. Já o aluno D disse que muito tempo atrás trabalhou em um salão de beleza, mas que seu pai não o deixou o continuar trabalhando, pois era melhor estudar.

Para o aluno E o mercado de trabalho é muito difícil porque ele já distribuiu seu currículo em várias lojas e supermercados, mas ninguém o contrata porque ele é surdo e ninguém consegue se comunicar com ele e por isso, atualmente, vende produtos de uma revista chamada Hermes. Quando indagados sobre se a escola tem ajudado em sua inserção no mercado de trabalho, o aluno A manifestou



se da seguinte forma: *a escola não ajuda muito, apesar de conhecer a cota de deficientes no mercado de trabalho, porque a escola não tem intérprete o suficiente, que dirá intérpretes para nos ajudar a traduzir informações sobre vagas de trabalho ou mesmo para nos apresentar na empresa e a nos ajudar falando sobre os nossos currículos.*

Pode se constatar que o aluno surdo nota os limites que a sociedade lhe impõe, principalmente no mercado de trabalho, o qual desconhece sua língua e nem busca ter algum tipo de comunicação com os surdos. Emílio afirma a esse respeito:

Como mudar atitudes que estão enraizadas num país em que há um discurso liberal com práticas sociais bárbaras profundamente marcadas por preconceitos raciais e de classe? [...] a prática atual defende todas as crianças na escola, mas poucos se perguntam “que escola”? O discurso da inclusão não poderia estar no bojo das atividades impostoras realizadas para desativar a bomba da indagação (EMÍLIO, 2008, p.47).

A dura realidade da sociedade contemporânea foi claramente expressa pelo autor que nos permite observar que, por trás de belas filosofias estão presentes interesses muito maiores, que objetivam somente algo: não permitir que a sociedade seja pensante, indagadora e atuante, pois esta ideia pode condizer claramente com as cotas no mercado de trabalho para pessoas com necessidades

especiais, tendo em vista que essas vagas existem, mas o acesso até elas é muito limitado.

Segundo o aluno B, às vezes, a coordenadora procura vaga no mercado de trabalho para o surdo, mas não ajuda muito porque aqui em Ponta Porã é muito difícil trabalho para o surdo, às vezes, as pessoas não contratam o surdo porque não sabem LIBRAS. Para o aluno C a escola ajudou muito, pois contribuiu para sua alfabetização e aquisição de vários conhecimentos e, principalmente, através da NUESP conseguiu inseri-lo no mercado de trabalho, em um supermercado onde trabalha há mais de três anos. Contrapondo-se à afirmação anterior os alunos D e E dizem que a escola não ajuda nessa inserção; ela ensina seus conteúdos e se limita nisso.

Conclusão

Nesta pesquisa fez-se um apanhado de conceitos teóricos formulados por pesquisadores a respeito do aluno surdo, sua história de educação, as leis que visam incluí-los na sociedade e dessa forma pôde-se notar que a dificuldade de comunicação que marcou a história das pessoas surdas.

Isso também é perceptível na relação professor/aluno, pois geralmente só há comunicação quando o aluno surdo tenta



oralizar, isto é fazer leitura labial ou na presença do intérprete. Esse fato ocorre devido grande parte dos professores não conhecerem a LIBRAS, tal realidade é ainda mais difícil quando se trata do mercado de trabalho, como foi dito por alguns entrevistados. Muitos disseram que conseguir trabalho em alguma empresa é complicado pelo fato deles serem surdos, tendo em vista que apesar da LIBRAS ser o segundo idioma oficial do Brasil, a sociedade não a conhece e muitas vezes a ignora.

Entretanto, a partir desta pesquisa bibliográfica, é notável perceber que a educação para o surdo tem avançado significativamente, pois sua Língua materna e os profissionais intérpretes têm sido valorizados na atual sociedade e com isso proporcionando uma grande melhoria na qualidade de vida dos surdos. Mas apesar da contribuição da escola, é relevante ainda enfatizar que a partir dessa pesquisa pôde-se perceber que especialmente em relação ao mercado de trabalho para pessoas com deficiência a escola ainda tem muito a contribuir. Muito há para ser revisto e ajustado em muitos pontos, para que as leis e decretos que tanto amparam e defendem, inclusive os surdos, possam de fato vigorar e garantir-lhes o direito de cidadania plena.

Por isso é necessário considerar um dos pontos mais relevantes na entrevista com os

alunos: o fato de se perceber que, em sua maioria, muitos buscam de alguma forma conseguir recursos financeiros por meios próprios, seja através de algum serviço informal prestado, um “bico” ou até mesmo com a venda de algum produto para inserirem-se no mercado de trabalho.

Seria pretensioso afirmar que este de mercado de trabalho do aluno surdo resume-se, somente nos espaços apresentados nesta breve pesquisa, tendo em vista que o campo de pesquisa é amplo e inovador, mas acredita-se que o presente estudo possa contribuir para uma reflexão no meio acadêmico e para interessados na área. Resta ainda outro ponto merecedor de atenção, que deveria ser considerado em pesquisas futuras: a questão do fim do Núcleo de Educação Especial, que segundo informações relatadas, em anos anteriores, contribuiu significativamente para a inserção do aluno surdo no mercado de trabalho. Tal Núcleo fazia reuniões com a associação comercial, dirigia-se até as empresas, juntamente com os alunos, enfim realizava um trabalho árduo em prol dessa causa; por isso é visível a lástima que os entrevistados sentem pela extinção da NUESP e é por isso que a dúvida é pertinente e instigadora: Porque tal núcleo deixou de existir por que a escola não atinge plenamente o seu papel de contribuir para a inserção do



aluno surdo no mercado de trabalho, em Ponta Porã?

Uma possível solução poderia surgir se a Secretaria de Educação em um trabalho conjunto com a Secretaria de Assistência Social pudesse desenvolver ações semelhantes às que a NUESP realizava, tendo em vista que a escola já possui diversos

encargos, que, muitas vezes, vão além de ensinar conteúdo. Por isso, formar uma parceria com a assistência social seria um modo de amenizar uma entre tantas responsabilidades assumidas pelo sistema escolar, tão já assoberbado pelas relações que se estabelecem, a partir de sua presença nas comunidades.

Referências

ALBRES, N. D. A. **História da língua brasileira de sinais em Campo Grande–MS. 2005** Disponível em: < <http://editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo15.pdf>> Acesso em 14 Dez. 2017.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna.1996.

BRASIL, Lei nº 8213 de 25 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências a contratação de portadores de necessidades especiais. **Diário Oficial da União**, s.1, p. 14809, 1991. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8213-24-julho-1991-363650-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 14 dez. 2017.

BRASIL, Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm>. Acesso em 14 dez. 2017.

BRASIL, Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. **Diário Oficial da União**, s.1, p. 28, 2005. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-norma-pe.html>> Acesso em 14 dez. 2017.

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

EMÍLIO, S. A. **Grupos e inclusão escolar: sobre laços, amarras e nós-** São Paulo. Paulus, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. 1. ed. São Paulo: Ciranda Cultura, 2009.

LODI, A. C. B.; HARRISON, K. C.; & CAMPOS, S. **Letramento e surdez: Um olhar sobre as particularidades dentro do contexto educacional."** Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.



LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas** – São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como?** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MORAES, J. G. V. **História: Geral e do Brasil: volume único** – 2.ed. São Paulo: atual 2005.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/)

DOI: 10.30612/re-ufgd.v4i8.6946

**ROTULAGEM NUTRICIONAL DE BISCOITOS ELABORADOS POR
EMPREENDEIMENTOS DA INCUBADORA SOCIAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

Nutritional Labeling of Biscuits Prepared by Enterprises of the Federal University of Grande
Dourados Social Incubator

Thales Henrique Barreto Ferreira^{1a}Aline Janaina Giunco^{2a}Cláudia Leite Munhoz^{3b}Eliana Janet Sanjinez-Argandoña^{4a}

Recebido em 22/09/2017

Aceito em 15/12/2017

Resumo: A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), engajada com questões sociais da região, criou em 2006 uma Incubadora Social, que desenvolve ações para um público beneficiário, com atuação nos âmbitos socioeconômicos e políticos. Dentro dessas comunidades são elaborados diversos produtos alimentícios, como bolos, salgados e biscoitos; sendo esses produtos produzidos por mulheres e comercializados na própria UFGD. A rotulagem de alimentos embalados e comercializados é obrigatória, sendo que geralmente pequenos produtores não possuem. Este estudo teve como objetivo o desenvolvimento da rotulagem com as informações nutricionais de biscoitos produzidos pela incubadora social e comercializados na UFGD, adequando os produtos às normativas vigentes. Com os rótulos contendo a informação nutricional as produtoras de biscoitos passaram a atender a legislação vigente. Os biscoitos de coco, nata e maracujá foram adquiridos no Campus II da UFGD, sendo inicialmente investigado o interesse das elaboradoras em obter a rotulagem dos biscoitos. Foram realizadas determinações de umidade, lipídeos, resíduo mineral fixo, proteínas, fibra alimentar e carboidratos. O valor energético total (VET) foi calculado utilizando-se os seguintes fatores de conversão de Atwater: proteínas 4 kcal/g, lipídeos 9 kcal/g e carboidratos 4 kcal/g. Os resultados obtidos mostraram grande interesse por parte das elaboradoras em obter a rotulagem dos biscoitos, conseguiu-se calcular a quantidade de cada constituinte e também o valor diário recomendado de cada biscoito. Os três biscoitos apresentaram pequenas oscilações entre os nutrientes. A elaboração rotulagem foi de extrema importância na qualidade de biscoitos, agregando maior valor nutricional e econômico a esses produtos.

Palavras-chave: Qualidade. Geração de renda. Empreendedorismo.

Abstract: The Federal University of Grande Dourados (UFGD), engaged in social issues in the region, created in 2006 a Social Incubator, which develops actions for a beneficiary public, with action in the socioeconomic and political spheres. Within these communities are elaborated diverse food products, like cakes, salgados and biscuits; being these products produced by women and marketed in the UFGD itself. The labeling of packaged and marketed food is mandatory, and generally small producers have no possess. This study aimed to develop the labeling with the nutritional information of cookies produced by the social incubator and marketed in the UFGD, adapting the products to the current regulations. With the labels



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/)

18

containing the nutritional information the producers of cookies began to comply with the current legislation. The coconut, cream and passion fruit cookies were purchased at Campus II of the UFGD, and the investigators' interest in obtaining the labeling of the cookies was initially investigated. Moisture, lipids, fixed mineral residues, proteins, dietary fiber and carbohydrates were determined. The total energy value (TEV) was calculated using the following Atwater conversion factors: proteins 4 kcal / g, lipids 9 kcal / g and carbohydrates 4 kcal / g. The results obtained showed a great interest on the part of the elaborators in obtaining the labeling of the biscuits, we were able to calculate the quantity of each constituent and also the recommended daily value of each biscuit. The three biscuits presented small oscillations between the nutrients. The elaboration of labeling was of extreme importance in the quality of biscuits, adding greater nutritional and economic value to these products.

Keywords: Quality. Income generation. Entrepreneurship.

Introdução

As mulheres estão cada vez mais presentes nas universidades e no mercado de trabalho. A participação nas incubadoras tecnológicas e sociais também tem aumentado consideravelmente e tem trazido novos modelos de gestão.

Incubadoras são organismos que catalisam o processo de início e desenvolvimento de um novo negócio, provendo os empreendedores com toda a expertise necessária para gerenciar suas empresas, estabelecendo redes de contatos e ferramentas que farão seus empreendimentos atingirem o sucesso, provendo assistência técnica e gerencial aos incubados, através de especialistas que trabalhem na própria incubadora ou, via profissionais externos. Também, auxiliando o empreendedor nas ações de financiamento para seu empreendimento, desde a elaboração do plano de negócios até

a negociação com os investidores (DORNELAS, 2002; NBIA, 2017).

As incubadoras se dividem em Tecnológicas e Sociais. As Tecnológicas são organizações que abrigam empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas e nos quais a tecnologia representa alto valor agregado. As Incubadoras Sociais visam o processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários, desenvolvendo atividades voltadas para o apoio à organização, à consolidação e à sustentabilidade; propiciando o acesso ao conhecimento sobre gestão de negócios e viabilização desses empreendimentos, sob os princípios da Economia Solidária (NEOSOL-USP, 2013).

Nesse sentido, a Universidade Federal da Grande Dourados, engajada com as questões sociais da região, criou em



2006, uma Incubadora Social (ITESS/UFGD) vinculada à Pró Reitoria de Extensão, que desenvolve ações para um público beneficiário, oriundos de comunidades rurais tradicionais, quilombolas e assentados da Reforma Agrária, com atuação nos âmbitos socioeconômicos e políticos, pautada em um processo educativo dialógico, estruturado nos princípios da Economia Solidária, visando empoderamento de comunidades em situação de vulnerabilidade social (UFGD, 2017). Dentro dessas comunidades são elaborados diversos produtos alimentícios, como bolos, salgados e biscoitos, comercializados na própria Universidade.

Os biscoitos são produtos com ampla aceitação por pessoas de todas as idades e de diversas classes sociais, apresentando características sensoriais atrativas (DIAS et al., 2016).

A legislação brasileira, por meio da RDC nº 263 de 22 de setembro de 2005, define biscoito como sendo o produto obtido pela mistura de farinha(s), amido(s) e/ou fécula(s) com outros ingredientes, os quais são submetidos ao processo de amassamento e cocção, fermentados ou não, podendo apresentar coberturas, recheios, formato e textura diversos (BRASIL, 2005).

A rotulagem nutricional é definida como toda a descrição destinada a informar o consumidor sobre as propriedades nutricionais de um alimento, compreendendo a declaração de valor energético e os principais nutrientes (ANVISA e UnB, 2005; CÂMARA et al., 2008; SOUZA et al., 2011).

Segundo a Resolução RDC nº 259 de 2002, todos os alimentos embalados na ausência do consumidor devem conter rótulo com informações nutricionais (BRASIL, 2002) e em 2003 a Resolução RDC nº 360 (BRASIL, 2003) tornou obrigatória a rotulagem nutricional de alimentos embalados.

Com base nessas informações, o presente trabalho teve como objetivo o desenvolvimento da rotulagem com as informações nutricionais de biscoitos produzidos pela incubadora social e comercializados na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, adequando os produtos às normativas vigentes, além de agregar valor aos produtos, contribuindo para a geração de renda dessas pequenas produtoras de alimentos.

Material e Métodos

Os ensaios experimentais do estudo foram realizados no Laboratório de Estudos em Produtos e Processos Agroindustriais do



Cerrado da Universidade Federal da Grande Dourados (LABGEPPAC/UFGD) e no Laboratório de Tecnologia de Alimentos da Faculdade de Engenharia (LATEC/UFGD).

Inicialmente foi realizada uma pesquisa exploratória com as elaboradoras de alimentos da incubadora social da UFGD, entre os meses de janeiro e março de 2017. Nessa pesquisa foram identificados se os alimentos produzidos e comercializados seguiam receitas padronizadas e se possuíam interesse em obter rótulos. Em paralelo, foram realizadas visitas para explicar as elaboradoras sobre as vantagens dos produtos portarem rótulos para identificação de informações importantes aos consumidores, como data de fabricação, data de validade, informação nutricional, informação do produtor e lista de ingredientes (BRASIL, 2005b).

Elaboração dos Biscoitos

As formulações dos biscoitos foram disponibilizadas pelas elaboradoras de alimentos da Incubadora social (Tabela 1), para realização deste estudo foram

analisados 3 tipos de biscoitos (Nata, Maracujá e Coco), sendo que esses biscoitos são produzidos (Figura 1) e comercializados pela própria Incubadora social da Universidade Federal da Grande Dourados e os mesmos não haviam as informações nutricionais e nem a rotulagem.



Obtenção dos Biscoitos

Para a realização deste estudo os biscoitos foram adquiridos prontos (Figura 2), da forma com que eles são comercializados (Figura 3), sem rotulagem e armazenados em embalagens de PEBD (polietileno de baixa densidade), os mesmos foram adquiridos um dia após a fabricação (informada pela vendedora).

Tabela 1. Formulação de biscoitos produzidos pela Incubadora social da UFGD.

Biscoito de Nata	Biscoito de Maracujá	Biscoito de Coco
1000g de Farinha de trigo	1000g de Farinha de trigo	1000g de Farinha de trigo
5 unidades de ovos	100 ml de Suco de maracujá	100g de Coco ralado
400g de Açúcar cristal	300g de Açúcar cristal	300g de Açúcar cristal
30g de Fermento químico	400g de Polvilho doce	400g de Polvilho doce
500g de Nata	500g de Nata	500g de Nata



50g de NH₄Cl50g de NH₄Cl

Análise da Composição Centesimal

Foram realizadas determinações de umidade por gravimetria em estufa a 105°C (AOAC, 1997), lipídeos pelo método a frio (Bligh e Dyer, 1959), resíduo mineral fixo por incineração em mufla à 550°C, proteínas pelo método de micro-Kjeldahl e fibra alimentar (AOAC, 1984). Os carboidratos foram tabulados por diferença e os demais componentes. O valor energético total (VET) foi calculado utilizando-se os seguintes fatores de conversão de Atwater: proteínas 4 kcal/g, lipídeos 9 kcal/g e carboidratos 4 kcal/g (Merril & Watt, 1973).

Elaboração da Rotulagem



Para a realização da rotulagem, inicialmente os dados foram tabulados no programa Excel® 2007, e foram aplicadas uma série de fórmulas para realização dos cálculos necessários para que posteriormente fosse elaborado os rótulos, a partir da informação nutricional dos biscoitos.



Resultados

Inicialmente foi constatado que os biscoitos produzidos possuem receita padronizadas, entretanto, nenhum dos biscoitos analisados haviam rotulagem adequada, sendo a mesma obrigatória segundo a Resolução RDC nº 360 (BRASIL, 2003), visto a necessidades em obter os rótulos destes produtos, foi investigado o interesse por elas em obter a rotulagem dos biscoitos, quando apresentada a proposta foi de comum aceite a realização da rotulagem para os biscoitos (Quadro 1).

A rotulagem nutricional é toda descrição destinada a informar o consumidor sobre composição de um alimento e devem ser declarados, obrigatoriamente, o valor energético e os seguintes nutrientes: carboidratos, proteínas, gorduras totais, gorduras saturadas, gorduras trans, fibra alimentar e sódio. Este tipo de rotulagem



facilita ao consumidor conhecer as propriedades nutricionais dos alimentos, contribuindo para um consumo adequado dos mesmos, e considera-se que a informação que se declara na rotulagem nutricional complementa as estratégias e políticas de saúde dos países em benefício da saúde do consumidor (BRASIL, 2003).

Segundo a RDC nº 360/2003 a informação nutricional deve ser expressa por porção, incluindo a medida caseira correspondente, segundo o estabelecido no Regulamento Técnico específico e em percentual de Valor Diário (%VD). Fica excluída a declaração de gordura trans em percentual de Valor Diário (%VD). Adicionalmente, a informação nutricional pode ser expressa por 100 g ou 100 mL. Para calcular a porcentagem do Valor Diário (%VD), do valor energético e de cada nutriente que contém a porção do alimento utilizam-se os Valores Diários de Referência

de Nutrientes (VDR) e de Ingestão Diária Recomendada (IDR). Deve ser incluída como parte da informação nutricional a seguinte frase: “Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas”. As quantidades mencionadas no rótulo nutricional são correspondentes ao alimento tal como é oferecido ao consumidor.

A Resolução - RDC nº 40, tem como objetivo padronizar a declaração sobre a presença de glúten nos rótulos de alimentos e bebidas embalados. Todos os alimentos, assim como os biscoitos, que contenham glúten, como trigo, aveia, cevada, malte e centeio e/ou seus derivados, devem conter, no rótulo, obrigatoriamente, a advertência: “CONTÉM GLÚTEN”. Essa advertência deve ser impressa nos rótulos dos alimentos e bebidas embalados em caracteres com destaque, nítidos e de fácil leitura.

As informações nutricionais dos biscoitos estão apresentadas nas Tabelas 2, 3 e 4. **Quadro 1:** Valores diários de referência de nutrientes de declaração obrigatória.

Valor Energético	Carboidratos	Proteínas	Gorduras Totais	Gorduras Saturadas	Fibra Alimentar	Sódio
2000 kcal ou 8400 kJ	300 gramas	75 gramas	55 gramas	22 gramas	25 gramas	2400 miligramas



Tabela 2: Informação Nutricional do Biscoito de Nata.

	Porção de 5g (1 unidade)		%VD(*)
	Quantidade por porção		
Valor Energético	24	kcal	1
Carboidratos	3,7	g	1
Proteínas	0,0	g	0
Gorduras Totais	0,9	g	2
Gorduras Saturadas	0,0	g	0
Gordura Trans	0,0	g	0
Fibra Alimentar	0,0	g	0
Sódio	0,0	mg	0

(*) % Valores Diários de referência em uma dieta de 2.000 kcal ou 8.400 kJ. Seus valores diários podem ser maiores dependendo de suas necessidades energéticas. **CONTÉM GLÚTEN.**

Tabela 3: Informação Nutricional do Biscoito de Coco.

	Porção de 5g (1 unidade)		%VD(*)
	Quantidade por porção		
Valor Energético	32	kcal	1
Carboidratos	3,2	g	1
Proteínas	0,5	g	1
Gorduras Totais	1,1	g	2
Gorduras Saturadas	0,0	g	0
Gordura Trans	0,0	g	0
Fibra Alimentar	0,0	g	0
Sódio	0,0	mg	0

(*) % Valores Diários de referência em uma dieta de 2.000 kcal ou 8.400 kJ. Seus valores diários podem ser maiores dependendo de suas necessidades energéticas. **CONTÉM GLÚTEN.**

Tabela 4: Informa composição e a informação nutricional do biscoito de maracujá são Nutricional do Biscoito de Maracujá.

	Porção de 5g (1 unidade)		%VD(*)
	Quantidade por porção		
Valor Energético	26	kcal	1
Carboidratos	3,1	g	1
Proteínas	0,5	g	1
Gorduras Totais	1,0	g	2
Gorduras Saturadas	0,0	g	0
Gordura Trans	0,0	g	0
Fibra Alimentar	0,6	g	1
Sódio	0,0	mg	0

(*) % Valores Diários de referência em uma dieta de 2.000 kcal ou 8.400 kJ. Seus valores diários podem ser maiores dependendo de suas necessidades energéticas. **CONTÉM GLÚTEN.**



O Valor Energético dos biscoitos apresentou pequena variação, entre 24 a 32 kcal por porção. De acordo com a RDC 360, o valor energético e o percentual de valor diário (% VD) devem ser declarados em números inteiros. Se o valor energético for menor ou igual a 4 kcal a informação nutricional deve ser expressa como “zero” ou “0” ou “não contém”.

Todos os produtos apresentaram oscilações de 3,1 a 3,7g de carboidratos por porção. Quanto às proteínas, os produtos apresentaram valores variando de 0,2g a 0,4g por porção. As gorduras totais não variaram entre as formulações tendo de aproximadamente 1,0g por porção. A gordura trans não foi identificada em nenhum dos produtos estudados.

Em relação à fibra alimentar o biscoito de maracujá apresentou 0,6g por porção. A RDC nº 360 informa que quantidade igual ou inferior a 0,5g de fibra alimentar por porção não é significativa e por isso deve constar no rótulo nutricional como “zero”. A RDC nº 360 também esclarece que se a quantidade de Carboidratos, Proteínas e Gorduras totais forem menores ou iguais a 0,5 g por porção, esses nutrientes devem ser

expressos como “zero” ou “0” ou “não contém”. Em relação às gorduras saturadas e trans, quantidades menor ou igual a 0,2 g por porção são consideradas como não significativas. No caso do sódio, será expresso no rótulo nutricional como “zero” ou “0” ou “não contém” quantidade menor ou igual a 5 mg por porção. Essa mesma resolução também esclarece que para um produto ser considerado “fonte de fibra” precisa conter no mínimo 3 g de fibras/100g. Nenhum dos três produtos avaliados atende essa exigência.

Conclusão

A elaboração dos rótulos é de extrema importância na qualidade de biscoitos, sendo que através dela consegue-se um produto de maior qualidade e agrega-se valor a ele, a elaboração da rotulagem desses biscoitos elaborados pela incubadora social serão de suma importância para agregação de valor nutricional e econômico a esses produtos.

Os arredondamentos estabelecidos na RDC 360 e a declaração da composição química da porção do alimento em muitos casos eliminam algumas diferenças observadas quando a composição é expressa em 100 gramas do produto. Muitas vezes o

¹Graduando em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). ²Doutoranda em Biotecnologia e Biodiversidade (UFGD), ³Professora Dra. EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), ⁴Professora Dra. Adjunta IV na Faculdade de Engenharia (FAEN) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: thales_barreto25@hotmail.com¹; elianaargandona@ufgd.edu.br

^aFaculdade de Engenharia, Universidade Federal da Grande Dourados, Rodovia 7 Dourados - Itahum, Km 12, Caixa Postal – 533, CEP: 79.804-970, Dourados-MS, Brasil

^bCOALI – Coordenação do Eixo de Produção Alimentícia, Instituto federal do Mato Grosso do Sul, Rua SalimeTanure, s/nº, Santa Tereza, CEP: 79.400-000. Coxim-MS, Brasil

indivíduo consome mais que uma porção do alimento e nestes casos, os valores que foram arredondados para zero podem ser expressivos do ponto de vista nutricional.

Os três biscoitos apresentaram pequenas oscilações entre os nutrientes.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB. Rotulagem Nutricional Obrigatória: Manual de Orientação às Indústrias de Alimentos. 2. versão. **Brasília: ANVISA, UnB, 2005.** 44 p.

AOAC. 1984. **Official methods of analysis of the Association of Official Analytical Chemists.** 14 ed. Arlington, VA, USA

AOAC. 1997. **Official methods of analysis of the Association of Official Analytical Chemists.** 16 ed. Washington: Horwitz, W.

BLIGH, E.G; DYER, W.J. 1959. A rapid method of total lipid and purification. **Canadian Journal of Biochemistry and Physiology**, 7: 911-917.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução - RDC nº 40, de 8 de fevereiro de 2002. Regulamento técnico para rotulagem de alimentos e bebidas embalados que contenham glúten. **Diário Oficial União**, Brasília, 2002.

BRASIL. Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002. Aprova o regulamento técnico para rotulagem de alimentos embalados. A Diretoria Colegiada da ANVISA/MS. **Diário Oficial União**, Brasília, 2002.

BRASIL. Resolução RDC nº 263 de 22 de setembro de 2005. Aprova o Regulamento Técnico para produtos de cereais, amidos, farinhas e farelos, constantes do anexo desta Portaria. **Diário Oficial União**, Brasília, 2005.

BRASIL. Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003c. Aprova o regulamento técnico sobre rotulagem nutricional de alimentos embalados. A Diretoria Colegiada da ANVISA/MS. **Diário Oficial União**, Brasília, 2003.

CÂMARA, M. C. C.; MARINHO, C. L. C.; GUILAM, M. C.; BRAGA, A. M. C. B. A produção acadêmica sobre a rotulagem de alimentos no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, v. 23, n. 1, p. 52-58, 2008.

DIAS, B. F. et al. Caracterização físico-química e análise microbiológica de cookie de farinha de aveia. **Revista de Agricultura Neotropical**, v. 3, n. 3, p. 10-14, 2016.



DORNELAS, J. C. A. **Planejando incubadoras de empresas: como desenvolver um plano de negócios para incubadoras**. José Carlos Assis Dornelas. Rio de Janeiro: Campus, 2002

JORNAL Informativo da Universidade Federal da Grande Dourados - ano 8, número 24 UFGD. **Trabalhar pensando no outro: entenda como a Incubadora da UFGD fomenta a Economia Solidária e estimula a produção coletiva**. Disponível em: http://files.ufgd.edu.br/arquivos/portal/ufgd/arquivos/nossasmidias/jornal/janeiro_2015.pdf. Acesso em: 03 ago. 2017.

MERRIL, A. L.; WATT, B. K. **Energy value of foods: basis and derivation**. Washington: United States Department of Agriculture; 1973.

NATIONAL BUSINESS INCUBATION ASSOCIATION. **Review**. Disponível em: <http://www.nbia.org/>. Acesso em: 09 ago. 2017.

NÚCLEO DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE EXTENSÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. NESOL-USP, **Economia Solidária em Várzea Paulista: construindo uma política pública**. São Paulo. São Paulo: NESOL-USP, 2013.

SOUZA, S. M. F. C.; LIMA, K. C.; MIRANDA, H. F.; CAVALCANTI, F. I. D. Utilização da informação nutricional de rótulos por consumidores de Natal, Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, v. 29, n. 5, p. 337-343, 2011.



DOI: 10.30612/re-ufgd.v4i8.6801

ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA ALUNOS SURDOS POR MEIO DE JOGO: UMA AÇÃO DO PIBID LETRAS/LIBRAS/EAD/UFGD

Teaching of The Portuguese Language for deaf students by means of game: an action of
PIBID Letras/Libras/Ead/UFGD

Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo¹
Karla Alexandra Benites Florenciano²
Rutnéia de Ávila Pereira³

Recebido em 28/08/2017

Aceito em 15/12/2017

Resumo: Objetiva-se com este trabalho apresentar a criação e a aplicabilidade de um jogo que auxilie no ensino aprendizagem da Língua Portuguesa (LP) para estudantes surdos. Do qual, foi elaborado por acadêmicas do curso de licenciatura em Letras LIBRAS da Faculdade de Educação a Distância – EaD da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), apoiadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que desenvolve o subprojeto Letras LIBRAS em uma escola da rede pública estadual, no município de Dourados, Mato Grosso do Sul. Inicialmente serão apresentadas as atividades desenvolvidas, em seguida os métodos e na sequência os resultados. Percebe-se, que a utilização de jogos midiáticos é uma ferramenta significativa e que contribui positivamente no processo de ensino aprendizagem de LP para estudantes surdos.

Palavras-chave: Estudantes. Aprendizagem. Português.

Abstract: The objective of this work is to present the creation and applicability of a game that helps in the teaching of the Portuguese Language (LP) for deaf students. Of which, it was elaborated by academics of the licentiate course in Libras Letters of the Faculty of Distance Education - EaD of the Federal University of Grande Dourados (UFGD), supported by the Institutional Program of Initiatives for Teaching (PIBID) that develops the subproject Letters Pounds at a state public school in the city of Dourados, Mato Grosso do Sul. Initially, the activities developed will be presented, followed by the methods and in sequence the results. It is noticed that the use of media games is a significant tool and contributes positively in the teaching process of LP learning for deaf students.

Keywords: Student. Learning. Portuguese.

Introdução

O principal objetivo deste trabalho é apresentar o desenvolvimento de um jogo

midiático elaborado para auxiliar estudantes surdos na aquisição da Língua Portuguesa (LP) na modalidade escrita como segunda

¹ Mestranda em Educação – UFGD - E-mail: jake.librasufgd@gmail.com

² Graduada em Pedagogia, pós-graduada em Psicopedagogia, acadêmica do curso de Letras/Libras – UFGD. Professora do curso de Pedagogia – UFMS/CPPP - E-mail: karlinhaben@gmail.com

³ Graduada em Letras/Inglês – UFGD; Especialista em Estudos Linguísticos UEMS - Discente de Letras Libras – UFGD - E-mail: rutina.avila@gmail.com



língua (L2), pois tais estudantes possuem como língua materna, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

A motivação inicial para a elaboração do jogo, partiu de ideias e questionamentos de acadêmicas do curso de licenciatura em Letras Libras da Faculdade de Educação a Distância EaD - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no decorrer do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que vincula às Instituições de Ensino Superior (IES) as escolas da rede pública.

Assim, o subprojeto de Letras LIBRAS está vinculado a uma escola pública da rede estadual da cidade de Dourados – MS, e proporciona aos estudantes de licenciatura o desenvolvimento de atividades para contribuírem no processo de ensino e aprendizagem na área da educação de surdos, elaborando práticas pedagógicas que atendam as especificidades educacionais desses alunos.

O ensino da LP tem sido um grande desafio para os educadores de alunos surdos. Durante muito tempo predominou na educação dos surdos o oralismo, ou seja, ensino e aprendizagem da LP na modalidade oral.

Com a oficialização da LIBRAS, pela Lei Federal 10.4366/2002 e com aprovação do Decreto Federal no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, os surdos passaram a serem reconhecidos politicamente em todo Brasil como um grupo que possui uma cultura própria e uma língua própria, a lei e o decreto estabeleceram a obrigatoriedade das escolas possibilitarem aos alunos surdos uma educação bilíngue, na qual a LIBRAS é a primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa (LP) é a segunda língua (L2) na modalidade

escrita, dessa forma, a LIBRAS foi inserida no contexto da educação dos surdos.

É importante ressaltar que atualmente a abordagem metodológica que norteia a educação dos surdos no mundo é o bilinguismo, do qual, a criança surda primeiramente adquire sua língua materna, ou seja, LIBRAS e posteriormente, a língua escrita do seu país.

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança as duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. (QUADROS, 1997 p.27).

Esta abordagem tem sido muito discutida na área da surdez devido à inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares, é uma proposta de ensino que propõe que as escolas ofereçam acessibilidade aos alunos surdos, oportunizando as duas línguas no processo educacional.

Sendo assim, diante desse desafio do ensino-aprendizagem da LP na modalidade escrita como L2 para alunos surdos é necessário elaborar e pensar em estratégias para que o ensino seja proveitoso. Dessa forma, para nortear a confecção dos materiais pedagógicos como jogos entre outros, é relevante entender a cultura e a identidade surda, para isso foram realizadas leituras de autores/pesquisadores conceituados na área de LIBRAS, como Quadros (1997); Strobel (2008); Lacerda (1998); Skiliar (2011), os quais compuseram a fundamentação teórica para o desenvolvimento dos materiais.

O desenvolvimento da ação originou-se de discussões e planejamento coletivos nas reuniões do PIBID, onde objetivou trabalhar com material adaptado para desenvolver o



aprendizado da L2 na modalidade escrita através do jogo educativo, qual conta com uma abordagem de ensino diferenciada, espera-se que com a utilização do jogo os alunos surdos aprendam de maneira mais dinâmica e lúdica as características da L2 na modalidade escrita.

Metodologia

O jogo foi elaborado nos encontros dos *pibidianos* que ocorreram numa escola estadual do município de Dourados/MS na Sala de Recurso Multifuncional (SRM) om Atendimento Educacional Especializado (AEE) na área da surdez. A ideia da criação do jogo utilizando recursos tecnológicos foi elaborada estrategicamente considerando as características do grupo de alunos surdos a ser aplicado o jogo, seriam alunos do ensino médio com faixa etária de 14 a 19 anos, a facilidade de acesso e manuseio das ferramentas tecnológicas (computadores e celulares).

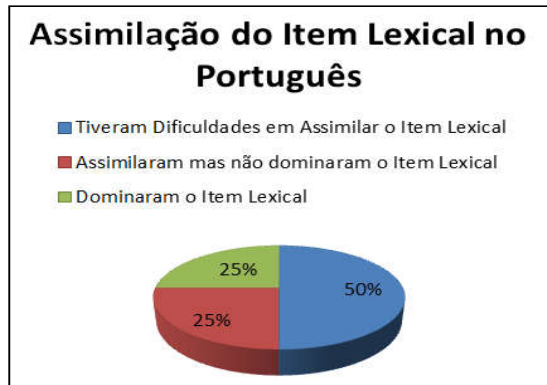
Inicialmente o grupo de *pibidianos* selecionaram os verbos a serem trabalhados no jogo e seus respectivos sinais. Utilizando-se de máquina fotográfica, foram realizadas as sessões de fotos e, posteriormente, a edição de todo material, no espaço da SRM. Pode-se observar na imagem (1) abaixo:

Figura 1. Desenvolvimento do Jogo dos Verbos



O jogo funciona da seguinte maneira: ao aparecer o sinal do verbo em LIBRAS o aluno

tem que selecionar o verbo correspondente na LP que melhor se encaixa na oração proposta,



e dessa forma, o sistema vai mostrar se a opção escolhida está correta ou errada, após acertar uma pergunta o aluno passará para a próxima pergunta automaticamente. Observe na figura (2) a seguir:



Figura 2. Layout do Jogo dos Verbos

Ao encerrar a confecção do jogo, foi oferecida pelos acadêmicos uma oficina na SRM para os alunos surdos do ensino médio. Realizadas as explicações sobre as regras do jogo, foi destinado um computador para cada aluno, com o objetivo de aprender os verbos na modalidade escrita da LP. Conforme a figura (3) abaixo:





Figura 3. Aplicação do Jogo dos Verbos

Ao final da aplicação do jogo, os alunos surdos participantes juntamente como os *pibidianos* fizeram uma análise da experiência.

Resultados e Discussões

Observamos a participação dos alunos que demonstraram interesse na atividade oferecida pelos *pibidianos*. Notou-se entre os alunos algumas iniciativas de ajudar o colega a compreender as regras do jogo, apontando o interesse destes.

Considerando a assimilação do item léxico no português, obtivemos os seguintes dados:

O jogo proporcionou momentos de interação entre os alunos e principalmente o aumento do vocabulário da LP na modalidade escrita, as orações em letras maiúsculas no layout do jogo referia a transcrição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) com os verbos na forma infinitiva na respectiva ordem: Sujeito-Verbo-Objeto.

Os alunos surdos referiram gostar da aula ministrada utilizando o jogo, pois usaram o computador como ferramenta de ensino-aprendizagem, o que é diferente da rotina que estavam acostumados, com isso puderam aprender de forma mais dinâmica, saindo do cotidiano da SRM.

Os alunos surdos contribuíram com algumas sugestões para que o jogo pudesse promover ainda mais no aprendizado, como

por exemplo, imagens que contextualizem os verbos, vídeos explicativos em LIBRAS, com exemplos dos verbos e uma versão para as crianças para alfabetização da LP na modalidade escrita.

As sugestões dadas pelos alunos surdos foram analisadas pelo grupo de *pibidianos* para que pudesse ser elaborada a próxima versão do jogo com verbos. Esse momento com os alunos foi satisfatório, tendo em vista a possibilidade de refletirmos sobre um novo material didático voltado para todas as idades, sendo o conteúdo voltado para o processo de ensino-aprendizagem da LP, como L2, já que os resultados foram positivos. Durante todo o desenvolvimento desde o início dos planejamentos, da elaboração e da aplicação, pudemos perceber que a utilização de jogos midiáticos influencia de maneira positiva o processo de ensino e aprendizagem.

Observou que durante aulas que utilizaram os jogos houve uma interação maior entre professor e alunos, inclusive entre os próprios alunos ocorreram mais diálogos, enquanto tentavam ajudar um ao outro, demonstrando envolvimento com o jogo.

O jogo dos verbos buscou uma forma de estreitar o contato dos alunos com ensino da LP na modalidade escrita, proporcionando através da diversão a aprendizagem da LP sem que fosse exaustivo.

Com os resultados notou-se que o jogo midiático proporciona uma aprendizagem recíproca e recreativa socializando os alunos surdos no ambiente escolar. Destacamos, por fim, que esses pressupostos metodológicos e organizacionais do jogo possibilitam um sistema educacional bilíngue, numa perspectiva que alcance novas práticas



pedagógicas a qual valorizem as diferenças linguísticas da comunidade surda.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acessado em 29 de abril de 2016.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acessado em 29 de abril de 2016.

QUADROS, R. **Educação de surdos: Aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

LACERDA, C. B.F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos.** Cad. CEDES v.19 n.46 Campinas Sept. 1998

STROBEL, K. - **As Imagens do outro sobre a Cultura Surda.** Editora UFSC: Florianópolis, 2008.

SKLIAR, C. (org.) **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** 5º ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.



DOI: 10.30612/re-ufgd.v4i8.7183

**PLANTÃO PSICOLÓGICO NA CLÍNICA-ESCOLA DE PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

Psychological Duty in School Clinic of Psychology of Federal University of Grande
Dourados

Pamela Staliano¹
Márcio Alves Silveira²
Sandy Vanz²
Bruna Branco Navarro²

Recebido em 20/11/2017

Aceito em 15/12/2017

Resumo: O plantão psicológico constitui-se como uma forma contemporânea de atendimento baseado em referencial teórico clínico, adaptado para suprir demandas de pessoas em busca de atendimento psicológico de urgência. O objetivo deste trabalho consiste em apresentar um relato de experiência de um projeto de extensão aliado a uma proposta de estágio específico do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O plantão psicológico foi implantado, na clínica-escola de psicologia, configurando-se como a porta de entrada dos serviços da Psicologia, visando um pronto atendimento qualificado, acolhendo a população que fosse encaminhada ou que buscasse o serviço espontaneamente. Participaram do projeto 53 acadêmicos do último ano do Curso de Psicologia, no período de 2014 a 2017. O serviço se estrutura da seguinte forma: a) entrevistas iniciais para acolher a demanda; b) acompanhamento com realização do psicodiagnóstico interventivo ou orientação e escuta; e, c) encerramento com finalização do processo havendo possibilidade de alta ou encaminhamento para psicoterapia familiar ou individual, realizada na própria clínica-escola, ou para serviços externos. Entende-se, de modo geral que o Plantão Psicológico se mostrou fundamental para a adesão dos pacientes aos encaminhamentos, bem como, para a formação dos estagiários, que puderam vivenciar uma modalidade alternativa de atendimento em Psicologia.

Palavras-chave: Psicodiagnóstico Interventivo. Acolhimento. Inesperado.

Abstract: Psychological duty constitutes a contemporary form of care based on clinical theoretical reference, adapted to meet the demands of people seeking urgent psychological care. The objective of this work is to present an experience report of an extension project together with a specific stage proposal of the Psychology Course of the Federal University of Grande Dourados (UFGD). The psychological duty was implanted in the school clinical of psychology, setting itself up as the gateway to the Psychology services, aiming for a qualified care, welcoming the population that was sent or who sought the service spontaneously. 53 academics from the last year of the Psychology Course participated in the project, from 2014 to 2017. The service is structured like this: a) initial interviews to meet the demand; b) follow-up with performance of the interventional psychodiagnosis or orientation and listening; and, c) closure with completion of the process, with the possibility of discharge or referral for family or individual psychotherapy, performed in the school clinic itself, or for external services. It is understood, in general, that the Psychological Duty was fundamental for the patients' adherence to referrals, as well as, for the trainees' training, who could experience an alternative modality of care in Psychology.

Keywords: Interventional Psychodiagnosis. Reception. Unexpected.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/)

Introdução

O serviço denominado de Plantão Psicológico foi implantado no Brasil inspirado nas experiências norte-americanas vividas nas walk-in clinics, que se caracterizava pelo atendimento imediato à comunidade nas décadas de 70 e 80, visando um atendimento emergencial no momento em que havia procura pelo serviço (MAHFOUD, 1999).

O primeiro serviço de plantão psicológico foi instituído no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), em 1969, pelos professores Oswaldo de Barros Santos e Rachel Léa Rosenberg, com o objetivo voltados à formação de psicólogos, desenvolvimento de pesquisas e atendimento à comunidade (ROCHA, 2011). A fundamentação teórica que deu suporte a essa iniciativa era de base essencialmente humanista, que contribuiu para o desenvolvimento teórico do serviço, além de ter sido o modelo que abriu portas para projetos posteriores de implantação do plantão psicológico em outras universidades (MORATO, 1999).

De acordo com Rebouças e Dutra (2010) a primeira sistematização acerca do plantão psicológico foi realizada pelo professor Dr. Miguel Mahfoud em 1987, sendo o primeiro a falar sobre o plantão como

uma modalidade clínica e sobre a sua prática em diferentes contextos. Chaves e Henriques (2008, p.152) argumentam que “o plantão psicológico é um tipo de intervenção psicológica que acolhe a pessoa no exato momento de sua necessidade, ajudando-a a lidar melhor com seus recursos e limites”.

O plantão psicológico constitui-se como uma forma contemporânea de atendimento baseado em referencial teórico clínico, adaptado para suprir demandas de pessoas em busca de atendimento psicológico de urgência. Este é influenciado pelas particularidades da universidade que o oferece, mas uma característica presente em todos os serviços de plantão psicológico é a atenção dos plantonistas em relação à pluralidade e singularidade de cada atendimento (DOESCHER; HENRIQUES, 2012).

O serviço é um tipo de atendimento psicológico que se completa em si mesmo, o tempo da consulta bem como os retornos dependem de decisões conjuntas do plantonista e do paciente, tomadas no decorrer da consulta. O Plantão Psicológico é entendido também como uma atividade de promoção da saúde, já que a escuta do plantonista possibilita que o sujeito naquele momento de necessidade, consiga verbalizar as questões que o aflige, evitando dessa



forma o acúmulo de ansiedade (TASSINARI, 2003). Desta maneira, de acordo com Tassinari e Durange (2011):

A proposta do atendimento do Plantão Psicológico se pauta na perspectiva de atender a pessoa que necessita conversar com um profissional capaz de ajudá-la a entender melhor a sua realidade, em seus momentos de aflição. Aguardar numa longa fila de espera e/ou submeter-se às entrevistas de triagem para avaliação e encaminhamento são procedimentos que parecem dificultar o engajamento na psicoterapia, especialmente para as pessoas que se encontram pouco interessadas no processo de reconstrução da personalidade, mas que precisam de uma atenção especial em determinados momentos de suas vidas (TASSINARI, DURANGE, 2011, p. 56).

Este serviço é planejado e praticado como forma de acolher e suprir a demanda por apoio psicológico. Sendo assim, é necessário deixar à disposição dos usuários interessados, um tempo e um espaço propício à escuta das diversas demandas existentes. Caracteriza-se pelo acolhimento das necessidades emergentes, evitando excluir o diferente, fazendo deste, objeto de reflexão que promova ajustes transformadores da prática habitual de atendimento (ROSÁRIO; NETO, 2015).

As autoras Paparelli e Nogueira-Martins (2007, p. 67) argumentam que de modo geral, o plantão psicológico pode se estruturar da seguinte forma:

Primeira sessão: Acolhimento da demanda, numa entrevista inicial, para detecção da queixa e dos elementos trazidos pelo paciente.

Acompanhamento: Processo de intervenções de tempo limitado, com um limite máximo de dez sessões.

Desfecho: Momento de encerramento do processo, que poderá resultar na alta do processo terapêutico e/ou no encaminhamento a outras instâncias internas ou externas. (PAPARELLI, NOGUEIRA-MARTINS, 2007, p. 67).

Além da estrutura que é muito

semelhante aos diversos serviços de plantão psicológicos instituídos no Brasil, independente da abordagem teórica adotada que norteie seu funcionamento, a literatura, e acordo com seus fundadores, cita três objetivos desta proposta. O primeiro objetivo seria a ideia do plantão ter um caráter profissionalizante. De acordo com eles, o acadêmico de psicologia ao vivenciar tal experiência na disciplina teria em sua carreira um diferencial quanto às múltiplas modalidades de se fazer uma clínica em psicologia (ROSENBERG, 1987).

Observa-se que a clínica-escola é o espaço que oferece ao acadêmico na condição de estagiário a articulação entre conhecimento teórico e a prática propriamente dita. Possibilita o contato com pessoas que se encontram emocionalmente fragilizadas, em situações e realidades sociais diversificadas, se caracterizando como primeiro contato do estudante com dificuldades e desafios desse contexto que possam vir a ser superados de modo a contribuir para uma formação profissional qualificada e beneficiando a população (ROSÁRIO; NETO, 2015).

O segundo objetivo do plantão psicológico consiste em seu caráter de



integração com a comunidade externa. Desta maneira, o plantão possuiria um aspecto de responsabilidade social, que se configuraria nos trabalhos de extensão, contemplando assim, um dos pilares que permeiam as práticas dentro da Universidade, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão (ORTOLAN; SEI, 2016).

Esse papel social torna acessíveis serviços de psicologia a uma parcela da população que não teria condições de custear os atendimentos em instituições privadas. Ou seja, o plantão psicológico inserido no ambiente da clínica-escola caminha em duas direções, promover a formação de estudantes e atender de forma gratuita e eficiente a população. Este serviço propicia o acolhimento imediato por meio do pronto atendimento das pessoas que possam vir a precisar, reduzindo as filas de espera (PAPARELLI; NOGUEIRA-MARTINS, 2007).

Segundo Ortolan e Sei (2016) o plantão psicológico não possui apenas como objetivos profissionalizar os acadêmicos e atender a demanda em busca de acolhimento psicológico, o plantão também estaria inserido na Rede de Atenção à Saúde Mental e de Assistência Social. Este serviço inserido na rede pública de saúde apresenta como ponto importante do seu terceiro objetivo uma forma de ampliar os recursos presentes neste setor, visto que estes se fazem insuficientes diante da demanda.

A literatura especializada aponta que desde a implementação do plantão psicológico no Brasil, este serviço vem se desenvolvendo e se consolidando em uma nova modalidade de atendimento, por meio de estudos, pesquisas, projetos de extensão e práticas, mostrando-se apropriado para lidar com as necessidades da sociedade atual brasileira, oferecendo ajuda psicológica não só para momentos de crise, sem necessidade de agendamento prévio, já que o serviço lida, basicamente, com demanda espontânea (FURIGO et al., 2008).

Yehia (2004) argumenta que existe uma interlocução entre o plantão psicológico e o psicodiagnóstico interventivo, principalmente no que se refere ao relacionamento entre psicólogo e o sujeito que busca o serviço. Neste trabalho a autora faz a distinção entre o psicodiagnóstico tradicional e o interventivo. O tradicional consiste em um atendimento que se desenvolve em etapas bem definidas, resultando em um diagnóstico psicológico, finalizando com uma devolutiva pontual das características apresentadas pelo sujeito. Já no interventivo, a proposta é “criar” uma situação de cooperação em que ambas as partes participem do processo, ou seja, uma construção conjuntamente entre terapeuta e paciente.

Desta forma, o psicodiagnóstico interventivo, segundo Yehia (2004, p.71) ocorre:



[...] a partir do encontro entre psicólogo e cliente, propiciando, na medida do possível, a abertura para novas possibilidades de compreensão, a partir do estranhamento, saindo do impessoal e apropriando-nos da experiência vivida. (YEHIA, 2004, p. 71).

Com base nos estudos de Milani, Tomael e Greinert (2014) esse tipo de psicodiagnóstico é inovador por viabilizar ao psicólogo a construção de uma visão compreensiva do paciente somado a produção de mudanças concomitantes ao processo. Portanto, Barbieri (2010) pode concluir que há maneiras diversas de realizar o psicodiagnóstico interventivo efetivamente, baseando-se em referenciais teóricos e instrumentos distintos, ou seja, não há uma padronização dos procedimentos executados.

Sendo assim, tanto o plantão psicológico quanto o psicodiagnóstico interventivo, nasceram e se desenvolveram em contextos institucionais, fruto da insatisfação de profissionais com o atendimento oferecido aos clientes. Ambas possuem como objetivo dar acolhimento ao cliente trabalhando a partir de uma compreensão mais ética do que técnica (YEHIA, 2004). As execuções destas práticas auxiliam no cumprimento de parte dos princípios fundamentais da atuação do psicólogo com base no código de ética, trabalhando na promoção de saúde e da qualidade de vida das pessoas e das

coletividades, atuando com responsabilidade social de forma crítica e responsável.

Neste sentido, o presente trabalho consiste em apresentar um relato de experiência oportunizada pelo projeto de extensão intitulado “Plantão psicológico: porta de entrada dos serviços de Psicologia”, aliado a uma proposta de estágio, realizados ao longo de quatro anos e desenvolvidos por alunos do último ano do Curso de Psicologia, com apoio de um professor supervisor.

Método

O trabalho foi desenvolvido na Clínica-Escola de Psicologia da UFGD, no período de 2014 a 2017. Em 2014, iniciou-se o Plantão Psicológico como projeto de extensão, aliado a uma proposta de estágio específico, com objetivo de atender adolescentes, adultos e idosos que necessitem de atendimento psicológico gratuito e emergencial, encaminhados da rede de atenção tanto à saúde quanto da assistência social do município ou ainda que procurem o serviço por demanda espontânea.

Ao longo deste período 53 acadêmicos participaram do projeto/estágio. Os mesmos foram distribuídos em dias e períodos da semana e se comprometiam a ficar de “plantão”, aguardando para realizar o primeiro encontro com quaisquer pacientes que procurassem a clínica, seja por meio de algum encaminhamento, ou por busca espontânea.



O serviço foi estruturado da seguinte forma:

- a. Entrevistas iniciais de acolhimento;
- b. Acompanhamento: realização do psicodiagnóstico interventivo, se fosse o caso, com utilização de alguns instrumentos psicológicos para avaliação da personalidade e investigação de quadros sintomáticos ou realização de orientação e escuta;
- c. Encerramento: finalização do processo com possibilidade de alta ou encaminhamento para psicoterapia familiar ou individual, realizada na própria clínica-escola, ou para serviços externos, em caso de necessidade, como avaliação psiquiátrica, apoio psicopedagógico e fonoaudiológico, etc.

Mesmo que o serviço tenha sido conduzido respeitando a todos os preceitos éticos, nos resultados apresentados não há referência de quaisquer conteúdos relatados pelos pacientes, uma vez que para isto seria necessário o encaminhamento do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa. Contudo, considerando a realização do projeto de extensão e a possibilidade de divulgação do serviço desenvolvido, optou-se pelo relato de experiência focado na estruturação do serviço, demonstrando em que medida a referida proposta altera a rotina da Clínica-Escola, caracterizando-se como porta de entrada de todos os serviços oferecidos neste espaço.

Resultados e Discussão

Acerca do funcionamento da Clínica-Escola de Psicologia da UFGD cabe aqui destacar as peculiaridades e modificações da dinâmica de funcionamento no período de 2013 a 2017. A Clínica-Escola foi inaugurada em 29 de outubro de 2012, sendo que as triagens, ou seja, as primeiras entrevistas com pacientes iniciaram a partir de 2013 da seguinte forma: os pacientes que procuravam a clínica com quaisquer encaminhamentos ou por busca espontânea deixavam o nome, queixa principal e contato telefônico, que num segundo momento, os estagiários que iniciaram o ano letivo de 2013 entravam em contato para agendar a primeira entrevista. Considerando esta fila de espera com os contatos e o número de estagiários habilitados a realizar tal atividade, em algumas situações, transcorriam até quatro meses desde a procura do paciente pelo serviço até o momento que o estagiário entrava em contato com o paciente.

Frente a esta estruturação do serviço, por iniciativa de uma professora do corpo docente, que, inspirada em experiências anteriores e aportes da literatura (PAPARELLI; NOGUEIRA-MARTINS, 2007; FURIGO et al., 2008; DOESCHER; HENRIQUES, 2012), apresenta uma proposta com o objetivo de atender a demanda espontânea que procura a clínica em busca de atendimento psicológico que não



possuem recursos financeiros para custearem tal atendimento em clínicas particulares.

Em 2014, com a implantação do projeto de extensão Plantão Psicológico, aliado a uma proposta de estágio específico ocorre uma alteração importante no funcionamento da Clínica. No início de cada ano letivo, os alunos se comprometem em ficar na clínica de plantão em dias e períodos pré-estabelecidos em reunião conjunta com os demais estagiários e a supervisora.

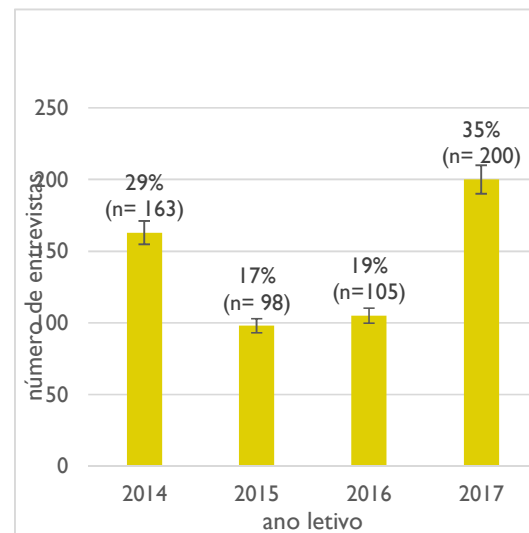
Em um primeiro momento, o termo “plantão” pode causar certo estranhamento, uma vez que costuma ser vinculado às práticas de enfermeiros e médicos em hospitais de urgência e emergência e não estando vinculado à ideia de psicologia. Wood (1999) esclarece sobre o vocábulo comentando que a palavra pode adquirir dois sentidos. No primeiro sentido, plantão deriva da palavra francesa “planton”, “uma linguagem militar para designar a pessoa que ocupa uma posição fixa, alerta dia e noite” (p. 9), utilizado para se referir a serviços de saúde oferecidos fora do horário de expediente. Já no segundo sentido, a palavra se refere a plantar, que para Tassinari (1999) esse sentido vem de “plantare” do latim, e representa colocar-se a disposição diante de um organismo vivo que cresce e necessita ser cuidado.

Considerando a apresentação do sentido deste termo e fazendo a transposição do mesmo para o contexto da psicologia, o

plantão psicológico originou-se, portanto, como uma prática institucional que objetivava o atendimento à demanda emocional emergencial dos clientes, praticada por plantonistas disponíveis e qualificados e que funcionava, em geral, numa sessão única, com possibilidade de um ou mais retornos, conforme a necessidade do cliente e as normas de funcionamento do serviço em que se inseria (REBOUÇAS, DUTRA, 2010; TASSINARI, 2003).

O gráfico 1 demonstra o número de entrevistas iniciais ao longo dos quatro anos de funcionamento da proposta.

Gráfico 1 – Percentual de entrevistas iniciais realizadas no plantão psicológico



Fonte: Elaboração própria com base nas fichas de triagem da Clínica-Escola.

Vale esclarecer que os anos de 2015 e 2016 houve diminuição no número de entrevistas iniciais em consequência da greve dos docentes e técnicos administrativos federais. Em 2015 a greve teve duração de cinco meses (maio a outubro), período em que não foram realizadas entrevistas



iniciais, somente a manutenção dos atendimentos das pessoas que já estavam em terapia. Assim, os dados referentes ao ano de 2015 consideram cinco meses de funcionamento da clínica.

Em 2016, ainda em consequência da greve, houve uma redução dos atendimentos, devido as alterações no calendário acadêmico. Os estágios iniciaram em junho de 2016 (primeiro semestre letivo), ou seja, o período de referência considera os meses de junho a dezembro de 2016.

Em 2013 foram realizadas 127 triagens, ano anterior a implementação do Plantão Psicológico, assim, em 2014 ocorre um aumento do número de triagens em relação ao ano anterior (127 para 163), bem como a permanência dos usuários em terapia. Em 2013 apenas 55% dos pacientes atendidos permaneceram no acompanhamento sugerido. A partir de 2014 a média 75% dos pacientes continuaram em atendimento, diminuindo sensivelmente os casos de desistência.

Tendo em vista as experiências vividas pelos plantonistas na Clínica-Escola de Psicologia UFGD, bem como apontamentos da literatura especializada, um dos motivos para a permanência dos pacientes em terapia é o atendimento no exato momento de sua procura aumentando a adesão dos mesmos ao acompanhamento aliviando angústia e promovendo maior vinculação entre paciente

e plantonista (ROSÁRIO; NETO, 2015; ORTOLAN, SEI, 2016).

Entre os atributos necessários ao plantonista, que contribui com a permanência dos pacientes estão a escuta atenta e postura empática que se configuram como ferramentas essenciais para acolher e ouvir o sujeito que busca por atendimento, conseqüentemente no decorrer dos atendimentos o plantonista pode despertar no paciente, fenômenos transferenciais (ROSÁRIO; NETO, 2015). Como é perceptível em algumas situações seja na própria experiência ou em experiências alheias relatadas em supervisões, alguns pacientes que estabeleceram de imediato uma boa vinculação com o plantonista, demonstrando interesse em continuar o atendimento com o estagiário que realizou a primeira entrevista.

Mesmo que o Plantão Psicológico apresente algumas variáveis que favorecem a permanência do paciente ao acompanhamento psicológico necessário, é comum casos de desistência, que se justificam muito mais pelo perfil do paciente, do que por questões relacionadas à estrutura do serviço prestado, como aponta Tassinari e Durange (2011) que as desistências podem se justificar pelo fato dos pacientes não estarem interessados na reconstrução da personalidade, precisando apenas de uma atenção especial em algum momento de suas vidas.



Considerando que o Plantão tem como uma de suas características a realização do Psicodiagnóstico Interventivo, pode-se constatar a eficácia do atendimento tendo em vista os apontamentos de Milani et al. (2014) no qual esta modalidade de psicodiagnóstico funciona como uma investigação diagnóstica, que gera intervenções eficazes que promovam bem-estar ao paciente já nas primeiras entrevistas, refletindo na diminuição dos casos de desistência ao acompanhamento indicado.

Na Clínica-Escola de Psicologia da UFGD, assim como em clínicas-escolas de outras instituições em distintas regiões brasileiras, há uma interface entre o Plantão Psicológico e o Psicodiagnóstico Interventivo/Colaborativo (YEHIA, 2004; CHAVES; HENRIQUES, 2008; BARBIERI, 2010). Sobre esta modalidade de psicodiagnóstico Ancona-Lopes (2013) refere-se do seguinte modo:

[...] o psicodiagnóstico é encarado como um momento privilegiado para a obtenção de efeitos terapêuticos, ou seja, não se encerra na coleta de dados que vão ajudar o profissional a discernir sobre o encaminhamento e orientar o futuro processo psicoterápico. (ANCONA-LOPES, 2013, p.78).

Para Milani et al. (2014) esse tipo de psicodiagnóstico é inovador por viabilizar ao psicólogo a construção de uma visão compreensiva do paciente somado a produção de mudanças concomitantes ao processo. Portanto, Barbieri (2010) pode concluir que há maneiras diversas de realizar

o psicodiagnóstico interventivo efetivamente, baseando-se em referenciais teóricos e instrumentos distintos. Ou seja, não há uma padronização dos procedimentos executados.

No Brasil em 1995, Silvia Ancona-Lopes e colaboradores articularam o psicodiagnóstico interventivo a partir da ótica fenomenológico-existencial, onde observaram que os pacientes apresentavam melhoras durante sua realização, independentemente da vontade do psicólogo envolvido no caso (MILANI et al. 2014). A literatura especializada aponta que o Plantão Psicológico também surge com pressupostos teóricos de abordagem humanista (MAHFOUD, 1987; PAPARELLI; NOGUEIRA-MARTINS, 2007). Contudo, na Clínica-Escola de Psicologia da UFGD os pressupostos teóricos que orientam o manejo clínico e as supervisões são da abordagem psicanalítica psicodinâmica. Atualmente uma das abordagens que tem orientado as ações neste tipo de serviço, juntamente com as orientações cognitiva comportamental e gestáltica (PAPARELLI; NOGUEIRA-MARTINS, 2007; FURIGO et al., 2008).

Quanto à articulação entre o referencial psicanalítico e o psicodiagnóstico interventivo Milani et al., (2014) faz a seguinte observação:

Se levarmos em consideração os pontos comuns entre a psicanálise e o psicodiagnóstico interventivo, sobressai-se a dificuldade em separar a investigação da



intervenção. A integração entre essas duas vertentes possibilita ao paciente se apropriar do que nele existe de mais criativo. Assim “a investigação psicanalítica pode ser transposta para qualquer situação em que exista um processo de associação livre. (MILANI et al., 2014, p. 91).

Refletindo juntamente com Rosário e Neto (2015) que apontam a psicanálise aplicada como forma de ampliação da teoria desde o século passado, leva a crer que o plantão psicológico apoiado à psicanálise e em conjunto com o psicodiagnóstico interventivo pode se caracterizar também como meio de ampliação da teoria. Sustenta uma prática inovadora, que põe novamente em destaque a psicanálise no contexto atual, em outras palavras, o plantão consiste em uma prática que foge dos ditames da clínica tradicional e permite uma maior flexibilidade teórica e prática.

Em relação à estruturação das atividades do Plantão Psicológico na Clínica-Escola de Psicologia UFGD, não há muita diferença daquela apontada por Paparelli e Nogueira-Martins (2007), a Tabela 1 apresenta as diferenças e similaridades do serviço oferecido, objeto do presente trabalho e o realizado em outras instituições, apontado na literatura.

Quadro 1 – Comparação da estrutura do Plantão Psicológico realizado na UFGD e em outras instituições:

Plantão Psicológico na UFGD	Plantão Psicológico em outras instituições
1. Entrevistas iniciais de acolhimento.	1. Primeira sessão: Acolhimento da demanda, numa entrevista inicial, para detecção da queixa e dos elementos trazidos pelo paciente.
2. Acompanhamento: realização do psicodiagnóstico interventivo ou realização de orientação e escuta.	2. Acompanhamento: Processo de intervenções de tempo limitado, com um limite máximo de dez sessões.
3. Encerramento: finalização do processo com possibilidade de alta ou encaminhamento para: psicoterapia familiar ou individual, realizada na própria clínica-escola, ou para serviços externos, em caso de necessidade, como avaliação psiquiátrica, apoio psicopedagógico e fonoaudiológico, etc.	3. Desfecho: Momento de encerramento do processo, que poderá resultar na alta do processo terapêutico e/ou no encaminhamento a outras instâncias internas ou externas. (PAPARELLI, NOGUEIRA-MARTINS, 2007, p. 67).

Fonte: Elaboração própria com base na literatura.

É possível observar que a estruturação do serviço é muito semelhante, contudo, a única diferença é que na UFGD não há maior flexibilidade no número de sessões, tanto para os primeiros contatos, muitas vezes, os estagiários sentem necessidade de ampliar o número de sessões para o acolhimento e preenchimento da ficha de identificação do paciente, não sendo realizado em apenas um encontro, como é de costume nas outras instituições. Bem como, o número de sessões do acompanhamento, considerando a realização do psicodiagnóstico interventivo. Ao longo dos quatro anos de andamento da



proposta, a realização desta modalidade de psicodiagnóstico possibilitou com que os pacientes ressignificassem sobremaneira sua condição que o acompanhamento se encerrava com a devolutiva colaborativa.

Por fim, pensando nos três objetivos apontados por pesquisadores da área: a) caráter profissionalizante da atuação nesta modalidade de atenção à saúde; b) integração com a comunidade externa; e, c) possibilitar ampliação dos serviços, diminuindo as filas de espera e desonerando os serviços públicos. (ROSÁRIO; NETO, 2015; ORTOLAN; SEI, 2016). Em nossa experiência, comumente discute-se sobre estes objetivos e como são importantes para a formação dos alunos.

A ideia de aliar uma proposta de estágio específico ao projeto de extensão converge com o segundo objetivo, a integração com a comunidade externa, uma vez que contempla dois dos três pilares que permeiam as práticas nas Universidades, o ensino e a extensão. Vivenciar o Plantão Psicológico é desafiador aos alunos, pois diferente de outras propostas de estágio específico, em o aluno escolhe o paciente que atenderá pela leitura da queixa na ficha de triagem, no Plantão Psicológico o acadêmico precisa lidar com o inesperado e reunir competências teóricas e técnicas edificadas ao longo dos quatro anos do curso, para conseguir acolher de modo empático e respeitoso a demanda. Assim, o estudante começa a construir sua identidade como futuro psicólogo, entrando em contato com

situações e casos potencialmente transformadores, em contraposição a um saber cristalizado acerca da prática psicológica.

Considerações Finais

Ter uma pessoa disponível para acolher e realizar uma escuta atenta e respeitosa no momento em que outra pessoa busca por ajuda para aplacar sua angústia e sofrimento é o retrato do encontro mais humano e solidário que se pode pensar. Se este encontro oportuniza um momento de reflexão que pode evitar, inclusive, que esta pessoa que sofre tire a vida, não é possível dimensionar a importância do mesmo. Pois, quanto vale a vida? Com certeza, nem todos os pacientes que procuram atendimento no Plantão Psicológico estão quase desistindo de tudo, mas em muitas situações, àquele encontro fez com que a pessoa ressignificasse sua dor e sofrimento, dissuadindo-a de decisões mais radicais para acabar com seu sofrimento.

Assim, estar de ‘plantão’ proporciona uma vivência singular, pois cada encontro é único e a postura assumida frente a pacientes de diferentes idades e condições biopsicossociais, não atende ao mesmo protocolo, ou seja, o manejo clínico é distinto, pois cada pessoa busca algo bem específico neste encontro. Algumas nem conseguem verbalizar o que realmente buscam, com alguns pacientes é preciso descortinar as reais motivações que os fizeram buscar ajuda. Nesta direção, o



plantonista se apresenta como o colo internalizado, ajudando a pessoa a encontrar seus próprios recursos, ou mesmo, a constituí-los, retomando seu equilíbrio vital.

O plantonista busca hodiernamente promover saúde, prevenir doenças e auxiliar a resgatar da própria identidade do paciente,

quando esta estiver ofuscada pelo sofrimento, na medida que contribui para que o mesmo se posicione frente a seus conflitos e readquira o poder de fazer escolhas, transformando a situação de urgência em encontro com o outro e consigo mesmo.

Referências

ANCONA-LOPES, S. **Psicodiagnóstico interventivo: evolução de uma prática**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

BARBIERI, V. Psicodiagnóstico tradicional e interventivo: confronto de paradigmas? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 3, p. 505-513, 2010.

CHAVES, P. B.; HENRIQUES, W. M. Plantão Psicológico: de frente com o inesperado. **Psicologia Argumento**, v. 26, n. 53, p. 151-157, 2008.

DOESCHER, A. M. L.; HENRIQUES, W. M. Plantão psicológico: Um encontro com o outro na urgência. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 4, 2012.

FURIGO, R. C. P. L. et al. Plantão Psicológico: uma prática que se consolida. **Boletim de Psicologia**, v. 58, n. 129, p. 185-192, 2008.

MAHFOUD, M. **Plantão psicológico: novos horizontes**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 1999.

MILANI, R. G.; TOMAEL, M. M.; GREINERT, B. R. M. Psicodiagnóstico Interventivo Psicanalítico. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 80-95, 2014.

MORATO, H. P. T. **Aconselhamento psicológico centrado na pessoa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

ORTOLAN, M. L. M.; SEI, M. B. Plantão Psicológico no Serviço-escola de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 29-35, 2016.

PAPARELLI, R.; NOGUEIRA-MARTINS, M. Psicólogos em formação: vivências e demandas em plantão psicológico. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27, n. 1, p. 64-79, 2007.

REBOUÇAS, M. S. S.; DUTRA, E. Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 6, n. 1, p. 19-28, 2010.

ROCHA, M. C. Plantão Psicológico e Triagem: aproximações e distanciamentos. **Revista do NUFEN**, v. 3, n. 1, p. 119-134, 2011.

ROSARIO, A. B.; NETO, F. K. Plantão Psicológico em uma Clínica-Escola de Psicologia: saúde pública e psicanálise. **A Peste: Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia**, v. 7, n. 1, 2015.



ROSENBERG, R. L. **Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa**. São Paulo: EPU, 1987.

TASSINARI, M. A.; DURANGE, W. T. Plantão Psicológico e a sua inserção na contemporaneidade. **Revista NUFEN**, v. 3, n. 1, p. 41-64, 2011.

TASSINARI, M.A. **Plantão psicológico centrado na pessoa no contexto escolar e a promoção da saúde**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **A clínica da urgência psicológica**: contribuições da abordagem Centrada na Pessoa e da Teoria do Caos. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

WOOD, J. K. Prefácio. In: MAHFOUD, M. (Org.). **Plantão psicológico**: Novos horizontes. São Paulo, SP: Companhia Ilimitada, 1999, p. 7-9.

YEHIA, G. Y. Interloquções entre o plantão psicológico e o psicodiagnóstico colaborativo. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 65-72, 2004.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/pt-br/)

DOI: 10.30612/re-ufgd.v4i8.6883

EMPREENHIMENTO, COMUNIDADE E TERRITÓRIO: TRÊS OBJETOS DE INCUBAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Employment, Community and Territory: three Objects of Incubation in a Solidar Economy

Sanyo Drummond Pires¹

Recebido em 18/09/2017

Aceito em 15/12/2017

Resumo: O presente artigo se propõe a construir uma referência conceitual para as ações de incubadoras universitárias em economia solidária, a partir da diferenciação de objetos e de objetivos que essas incubadoras apresentam em relação às incubadoras tradicionais, e das diferentes formas de avaliar os resultados das ações de extensão desenvolvidas nessas incubadoras. Observa-se que diferente das incubadoras tradicionais, o desenvolvimento de empreendimentos não se configura como o objetivo principal da incubadora, mas sim o desenvolvimento de espaços comunitários e articulações territoriais que possibilitem o fomento de práticas de busca de soluções coletivas para problemas econômicos, baseados na solidariedade e gestão coletiva.

Palavras-Chave: Incubadoras Universitárias. Economia Solidária.

Abstract: This article proposes to construct a conceptual reference for the actions of university incubators in solidarity economy, from the differentiation of objects and goals that these incubators in relation of traditional incubators, and the different ways of evaluating the results of extension actions developed in these incubators. It is observed that, unlike traditional incubators, the development of enterprises is not the main objective of the incubator, but rather the development of community spaces and territorial articulations that allow the search of collective solutions for economic problems, based on the solidarity and collective management.

Key Words: University Incubators. Solidary Economy.

Introdução

Este artigo surge da experiência como coordenador da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS) da UFGD, e da percepção da necessidade de elaboração, a partir de reflexão metodológica que fornecesse subsídios para a compreensão das ações envolvidas no processo de

incubação, de um processo formalizado de organização da ITESS e dos seus fluxos de atividades e objetos de atuação. Nesse sentido, percebeu-se ser de fundamental importância, pensar essa formalização a partir dos objetivos a serem alcançados por uma incubadora voltada para a área de economia solidária.

¹ Psicólogo, Doutor em Psicologia, Professor Adjunto II do Curso de Psicologia da UFGD.



Esses objetivos precisam ser compreendidos a partir da inserção conflitiva que as concepções relacionadas de economia solidária possuem em relação ao meio geral que a circunda, marcada por estruturas, valores e intenções ligadas a concepções regidas por lógicas ou do capital ou da organização burocrática. Os projetos de extensão universitária em economia solidária, e dentre eles principalmente os processos de incubação, precisam então ser diferenciados dos processos de incubação tradicionais.

Consideramos que essa diferenciação precisa ter uma definição, antes de tudo, de seus objetos, para que, a partir de então, possam então se estruturar processos metodológicos e de conformação institucional necessários. Procuramos então com esse artigo, fazer uma discussão sobre esses objetos, diferenciando-os, e principalmente, desconstruindo a percepção de que o empreendimento em si seria o objetivo direto das ações de uma incubadora de economia solidária. Embora os empreendimentos sejam também objetos importantes a serem buscados, eles se caracterizariam mais como consequência de outras ações.

A Economia Solidária e sua relação com a Universidade

As experiências e reflexões que deram origem ao que hoje chamamos de economia solidária proveem de várias fontes, bem como diferentes escolas teóricas e propostas político ideológicas. Tendo como pano de fundo em comum, a busca pela maior participação nos processos institucionais e organizacionais das entidades, geração de renda e acesso a bens e serviços, e uma vivência mais saudável e prazerosa da relação com essas entidades e com as pessoas que em comum delas participam, as concepções subjacentes à economia solidária muitas vezes não se apresentam de forma organizada. Pelo contrário, o que percebemos é que concepções contraditórias aparecem articuladas entre si, gerando incompreensões ou uma percepção da impossibilidade de superar problemas, que sendo contradições conceituais, se expressam como percepção de contradições insuperáveis também na prática.

Aspectos como a determinação da organização do trabalho pelos implementos maquinais utilizados, utilização de conceitos adequados a outros contextos como a família ou a empresas capitalistas, adesão a valores compartilhados socialmente ligados ao sucesso dentro de um modo de produção capitalista (PIRES, 2017), vem se somar, como complementos externos às contradições já inerentes



(PIRES et al., 2013) à economia solidária, aumentando ainda mais a complexidade dos problemas a serem resolvidos no âmbito conceitual, e suas consequências no processo organizativo de coletivos que desenvolvem projetos de economia solidária.

Nesse sentido, a busca pela articulação tanto dos elementos conceituais da economia solidária, quanto sua articulação com outros processos sociais, econômicos e psíquicos importantes para a compreensão dos processos internos à economia solidária demandam um tipo de esforço que precisa ser tanto qualificado dentro de uma perspectiva multiconceitual, quanto articulados com uma preocupação com sua forma de institucionalização.

A realização dessa tarefa coube em nossa sociedade principalmente à função da universidade, que, embora não esgote tal função, cabendo esta também aos atores que desenvolvem suas atividades, e às suas instituições de representação, possui papel importante na reflexão tanto sobre sua práxis quanto sobre sua situação dentro de um contexto mais geral (SILVA, 2006). Os discursos de uma autonomia de pensamento dos movimentos sociais, e em especial o da economia solidária, se caracterizam, além de um risco, devido às dificuldades inerentes à atividade de reflexão dos

movimentos sociais contestatórios (CHAUI, 1996), um ato de autoexclusão (PIRES, 2005).

No entanto, embora caiba à universidade essa articulação de conceitos, Calbino e Paula (2013) encontram, também no ambiente acadêmico, uma produção que, embora crescente, apresenta uma grande variação nas formas de conceber e nomear os processos relacionados à economia solidária, com uma produção que se dá de forma muito descontínua, sendo que a maior parte da produção se dá por meio de pesquisadores que não mantêm publicações constantes sobre o tema e dispersos em diferentes periódicos de diversas áreas temáticas, geralmente com baixa avaliação.

Além disso, a produção teórica se mostra concentrada em estudos de casos, principalmente de empreendimentos específicos que nos mostra uma concentração do processo de compreensão da economia solidária na noção de empreendimento, tanto no sentido de pensar a economia solidária a partir desse nível de sua ocorrência, quanto no desenvolvimento e implementação de métodos de pesquisa sobre o tema, havendo pouca articulação da produção com processos mais complexos, envolvendo articulações de diferentes metodologias. (OLIVEIRA e ZANIN,



2011; CALBINO e PAULA, 2013; PINHEIRO, 2016).

Apesar dessa crescente participação na produção de pesquisas e de estudos em programas de pós-graduação, a principal relação da universidade com a economia solidária se dá por meio não da pesquisa, mas das ações de extensão. Essa se encontra, da mesma forma que na pesquisa, em projetos com concepções e objetos difusos, porém de forma um pouco mais institucionalizada, ocorrendo principalmente por meio das incubadoras de economia solidária, ou das incubadoras de tecnologias sociais. Essas, criadas a partir do modelo de incubadoras tecnológicas tradicionais, tiveram que construir todo um arcabouço conceptual do processo e dos objetivos de incubação para adequar sua ação aos processos e objetivos da economia solidária, e a principal diferença, nesse caso, foi a substituição da noção de tecnologia orientada para a inovação como um instrumento de competitividade pela noção de tecnologia social, que busca para repensar de forma crítica, aspectos relacionados tanto à gestão quanto à predeterminação da organização do trabalho por aparatos técnicos, tecnológicos e gerenciais, de forma a buscar superar, o que nesses aparatos existem em função de sustentar processos de dominação e

exploração dos trabalhadores, (DUBEUX, 2007).

A noção de tecnologia social surge para lidar com uso da tecnologia como instrumento de assujeitamento e exploração, e procura estruturar formas de desenvolvimento e utilização de tecnologias que possibilitem a maior autonomia e capacidade de resolução de problemas específicos das pessoas e comunidades, principalmente para questões voltadas para geração de renda e acesso a bens e serviços de populações carentes, buscando soluções democráticas e sustentáveis (RODRIGUES e BARBIERI, 2008). O processo de incubação se dá então tanto como um processo educativo, onde se busca a articulação entre os saberes populares com os saberes acadêmicos, como um processo de crítica social e produção de conhecimento, voltado para a melhor compreensão dos processos necessários à sustentabilidade da economia solidária, e o estabelecimento de estratégias voltadas para sua implementação (CULTI, 2007).

No entanto, a implementação de tal função crítica pelas incubadoras encontra dificuldades. A própria descontinuidade de produção acadêmica sobre o tema e a prevalência de estudos sobre empreendimentos, nos mostram a centralidade do ato reflexivo em um aspecto



muito restrito das possibilidades oferecidas pela economia solidária, que tem justamente na ampliação da aplicabilidade de princípios de autonomia e solidariedade voltados para diferentes etapas dos processos econômicos e sociais, sua diferenciação em relação a outros modelos econômicos (SINGER, 2001).

Nesse sentido, a proposta do presente capítulo é ampliar a noção de objeto de incubação no âmbito das incubadoras de economia solidária. Iremos abordar os três elementos que consideramos ser mais pertinentes, por abordarem diferentes níveis nos quais o processo de incubação pode se dar, e por estarem relacionados a diferentes perspectivas metodológicas que se mostram necessárias para a implementação dos processos de incubação em cada um desses níveis, que serão o empreendimento, a comunidade e o território.

Três níveis dos processos de Incubação

Não existe ainda uma definição formal e legal do que seja um empreendimento de economia solidária (EES). Embora a maior parte dos empreendimentos se estructurem como associações ou cooperativas, tais estruturas legais não são suficientes para as possibilidades de expressão das atividades econômicas propostas pela economia solidária. Além disso, essas

expressões estão ligadas a movimentos sociais e formas de organização econômicas populares europeias que não encontram correspondências, enquanto movimentos próprios, nas culturas latino-americanas, que, diferentes dos modelos europeus, são muito mais marcadas pela informalidade (GAIGER, 2014).

Uma definição geral do que é um EES nos é fornecida por Culti (2010, p.3) como sendo “organizações coletivas organizadas sob a forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, comércio e consumo solidários”. Podemos perceber, no entanto, que nessa definição somente nos remete aos princípios da economia solidária de solidariedade e autogestão que vão definir o que seria o EES.

Essa referência, no entanto, se mostra necessária, em função de que se pode encontrar tanto grupos informais, associações e cooperativas que não se caracterizam, nem em suas práticas, nem em seus objetivos (além dos valores que as regem), como empreendimentos que busquem a aplicação dos valores ligados a economia solidária (OGANDO, 2013). Essa proximidade com outras formas institucionais tem inclusive se mostrado como um dos principais entraves para a



caracterização legal dos empreendimentos de economia solidária (SILVA e SILVA, 2015). Nesse sentido, uma melhor definição formal, pelo caráter coletivo e legal de sua estruturação seria o dado pelo artigo 4º do PL nº 4.685/2012 (BRASIL, 2012).

Embora restrinja as possibilidades de entendimento ou de inserção de experiências dentro do leque da economia solidária essa definição possibilita uma referência para a relação formal entre a economia solidária e o estado, inserindo a economia solidária como proposta ampla de organização social e econômica e não só como uma alternativa informal para situações e momentos de crise. Além disso, estabelece a economia solidária, e seus empreendimentos como objeto não só de políticas de fomento, mas como sujeitos de direito (GAIGER, 2015).

Embora existam críticas quanto a esse processo de formalização, em função de sua cooptação pela estrutura burocrática do estado a serviço do capital (GHIZELINI, 2015) tais críticas precisam ser localizadas dentro de um contexto mais amplo. Segundo Lisboa (2005) embora não sejam voltadas para as determinações de mercado ou dos preceitos do capital, os EESs devem ser considerados como inseridas dentro da perspectiva de mercado, se diferenciando assim de outras ações não mercantis e não

monetárias, como as ligadas à economia da dívida (MAUSS, 2015), ou à noção de terceiro setor.

No entanto, a relação dos EESs com os valores ligados ao mercado está muito mais atrelada à dimensão de sustentabilidade dos empreendimentos do que na determinação de sua lógica de existência. A isso se soma o fato de, além de estar inserido dentro de um contexto mercado, o EES também se insere dentro de um contexto de necessidades gerenciais, que englobam tantos os elementos de uma racionalidade administrativa, quanto os de uma racionalidade social à qual o empreendimento se destina, instaurando um conjunto ainda maior de complicadores para o processo de formalização dos EES (GAIGER, 2014).

Podemos considerar a existência de um processo dialético entre a racionalidade administrativa e a racionalidade social do empreendimento, dentro do que Carvalho e Pires (2001) chamam de Princípio da Diferenciação, ou seja, em função da diferença entre os princípios que os regem e os princípios do ambiente no qual eles se inserem. O EES então deve ser analisado sempre como espaço de inserção conflitiva, onde existe a necessidade de lidar tanto com demandas oriundas do trabalho quanto do capital, da lógica administrativa e da lógica



social, dos valores de autonomia e das imposições heterônomas.

O processo de incubação, ao considerar o EES deve então levar em conta sua estrutura híbrida, porém levando também em conta a mudança de relações de trabalho que ela propicia, e das consequentes novas possibilidades e sociabilidades que ela instaura. O EES deve ser então pensado dentro de uma compreensão da economia solidária como um modelo de organização social ampla, e não só um modelo gerencial/burocrático/monetarista de organização voltada para inserir grupos sociais marginalizados, diminuindo assim os impactos negativos da lógica do capital de organização das relações sociais, e assim, a serviço de um refinamento da mesma (GHIZELINI, 2015).

Porém, esse movimento amplo, se estrutura por meio de diversas manifestações organizadas (como fóruns e redes), dos quais as incubadoras são somente uma parte. E embora possuam a capacidade de engendramento de situações de economia solidária não tem no movimento como um todo seu objeto de ação. No entanto, o ato de incubar também pode (e deve prioritariamente) ser direcionado para o âmbito do social, dentro

de uma perspectiva que ultrapasse a dimensão do EES.

A Comunidade como objeto de incubação

A noção de comunidade vem se desenvolvendo de forma diversa em diferentes autores, e não pretendemos abarcar a todos nem fazer uma revisão teórica dessas perspectivas. No entanto, é importante entender aqui que a noção de comunidade, para servir aos propósitos de se estruturar como um objeto de incubação na economia solidária, vai naturalmente ter ressaltada sua dimensão econômica, tanto no sentido de produção quanto de compartilhamento de bens (sejam esses materiais ou simbólicos) e serviços. Então, embora questões como o compartilhamento de uma língua ou religião, relações de parentesco, vizinhança ou amizade, ou mesmo a percepção de pertença a um mesmo grupo ou situação (PERUZZO e VOLPATO, 2009) sejam fatores importantes, não adquirem, no nosso caso a centralidade do processo explicativo. Consideraremos dois aspectos que definiriam ao nosso ver a melhor noção de comunidade, para fins de pensar a participação dessas como objetos de incubação, sendo o primeiro, a participação em laços de reciprocidade (MAUSS, 2015), e o segundo, o estabelecimento de laços de



convivência, que permitam a estruturação de processos psíquicos compartilhados referentes à vida cotidiana, como a memória, e a atribuição de sentido e afeto ao tempo e espaço (BOSI, 2004).

O primeiro aspecto se refere ao estabelecimento de relações entre pessoas e grupos que se dê em função da inserção dessas em uma série de obrigações uns para com os outros, que se aplique a aspectos amplos da vida cotidiana, mas principalmente em termos de trocas de bens simbólicos e materiais nas quais o pagamento da prestação recebida, ao invés de liquidar a relação entre as pessoas gerada por aquela obrigação, a mantêm, reforçando ainda mais o laço entre os sujeitos. É o que Mauss (2015) chamou de economia da Dádiva. Na dádiva, a relação de valor não se dá de forma monetária, onde uma coisa vale uma quantidade pré-estabelecida de outras coisas. É o ato de retribuição que é estabelecido com a entrada no sistema de obrigação da dádiva, mas sem uma monetarização possível dessa obrigação.

No entanto, não seria somente o estar ligado a obrigações que estabeleceria uma comunidade, mas, além disso, também o compartilhar, de forma íntima, aspectos do cotidiano, e da construção de si frente a esse cotidiano. A pura coabitação, ou a participação comum a uma língua ou

religião, não é condição suficiente para que estes desenvolvam processos psíquicos compartilhados, como a construção de espaços mnemômicos associados a aspectos do ambiente compartilhado pelas pessoas, ou atribuição de sentidos e afetos compartilhados a esses locais e/ou a momentos (BOSI, 2004).

O que chamamos aqui de comunidade seria a articulação de pessoas e ambientes associados por essas duas condições, que embora interligadas, indicam aspectos das vivências dos sujeitos em relação uns aos outros que não podem ser reduzidas, nem ao aspecto social, nem ao psíquico, mas que, ao mesmo tempo em que considera a ambos.

A estruturação da comunidade como um objeto para o trabalho de incubação se dá principalmente pela identificação dos elementos fomentadores desses laços de reciprocidade e de convivência, da forma como esses se estruturam, e a identificação dos elementos que inibem ou impedem que esses laços se estruturem, buscando atuar, para além dos aspectos especificamente monetários, ou de renda direta que possa ser aferida por um empreendimento específico, mas abarcando o desenvolvimento e a sustentabilidade psicossocial de todos os ganhos e suportes sociais à reprodução material da vida e da força de trabalho que



são disponibilizados pelo grupo social e comunitário no qual o sujeito está envolvido. (CARVALHO e PIRES, 2001).

Um primeiro passo então para o processo de incubação de comunidades dá-se em relação às instituições de referência que são os espaços institucionais (ainda que pouco formalizados) que intermediam as relações entre as pessoas da comunidade (VISEU, 2009). A identificação, compreensão e fomento para o desenvolvimento dessas estruturas é um dos pontos chaves para a elaboração de um projeto de desenvolvimento econômico local que leve em conta a participação da população nesse processo, pois são atores que norteiam a compreensão e a adesão das pessoas a esses projetos (CARVALHO & PIRES, 2004).

Segundo Warren (2006) as organizações de referência constituem-se como núcleos abertos à participação democrática dos sujeitos que, além de perenizarem esses laços também lhe atribuem uma dimensão institucional. Segundo Gaiger (2004) a abordagem dessas organizações de referência é um procedimento privilegiado para a identificação de processos organizativos sociais e de trabalhadores por possibilitarem o acesso à compreensão dos fenômenos que aparecem como dispersos.

No entanto, apesar da referência à essas instituições ser importante, não se constituem como um fim em si, mas em função de servirem como mediadoras no processo de pesquisa, pois remetem às experiências e atores sociais específicos, onde o real dos processos de organização social de enlaçamento e resistência acontece, sendo necessário sempre manter uma postura crítica frente à atuação dessas instituições (PIRES et al., 2013).

Embora na comunidade possa se estruturar, a partir do fomento dos laços e de uma cultura de solidariedade, empreendimentos de grupos específicos dentro dessa comunidade também podemos buscar a estruturação de espaços de produção e distribuição de bens que não passem especificamente por empreendimentos formais estruturados nos moldes de empresas. Nesse sentido iniciativas como jardins produtivos ou hortas comunitárias, assim como um sistema de troca de serviços, ou mutirões para construção, são exemplos de ações que geram acesso a bens e serviços, com íntima vinculação comunitária, mas que não passam pela estruturação de empreendimentos, nos moldes do artigo 4º do projeto de lei nº 4.685/2012.

No entanto, além da identificação e fomento desses espaços que onde as



relações de solidariedade se estruturam, é necessário também compreender como se dão, em cada comunidade, os processos de apropriação e construção coletiva dos espaços e capacidades de trabalho e produção na comunidade.

Essas apropriações coletivas de sentido sobre a realidade podem ser analisadas a partir do que Bosi (1993) chama de memória social. A autora parte do princípio de que as atribuições de sentido às vivências e às coisas não se resumem a atividades subjetivas, mas se dão a partir dos laços intersubjetivos entre os indivíduos, atuando não só como atividade de recuperação de dados passados, mas como uma integração de fluxo de sentido entre passado e o momento presente, sendo uma organizadora dos sentidos atribuídos ao presente. Segundo Bosi (2004), essas memórias e sentidos não são arquivados somente na mente das pessoas, mas em todos os seus aparatos e artefatos culturais.

Segundo Borges (2010) esse processo de rememoração não se dá de forma unívoca, e sem conflitos, havendo diferentes atribuições de sentidos e valores, por diferentes grupos em uma mesma comunidade, aos artefatos e bens culturais de seu cotidiano, localizando o sujeito também em uma história dinâmica e conflitiva no estabelecimento dos laços

sociais entre os membros da comunidade, da apropriação que estes realizam desses bens e das estruturas históricas de poder presentes.

Bosi (2003) vai dizer que os bairros das grandes cidades não possuem história, possuem biografia, narrada por seus moradores e que contam histórias sobre seu espaço físico e humano, seus acontecimentos, grandes e pequenos, bons e maus. E que o silêncio sobre esses fatos, e o decorrente esquecimento, levam à falência dos projetos da cidade, à dispersão e à ruptura com a vida cotidiana. Também nas pequenas comunidades, essas atividades vão ser de grande importância, pois ativam a capacidade de intencionalidade nos sujeitos e possibilitam também a ressignificação das atividades e laços sociais de forma não fragmentada (SALUM e MAHFOUD, 2006; MACHADO, 2006).

A consideração da memória da comunidade se dá em função de não buscar a criação de estruturas artificiais, que, por mais bem-intencionadas que sejam não encontrariam sustentação na dinâmica social ou psicossocial das comunidades. A ação da economia solidária, nesse sentido, deve-se pautar muito mais em função de possibilitar que tanto os laços de solidariedade e reciprocidade, quanto a busca por uma organização material dos



membros da comunidade, ocorram de forma autônoma e articulada com as características culturais, ambientais e históricas dessas comunidades, deixando que a própria comunidade encontre suas formas de manifestação dos laços de solidariedade.

Porém, para além dessa dimensão comunitária, onde os processos sociais e psíquicos são estruturados a partir da vivência conjunta de significação das atividades cotidianas, existe um terceiro nível, que a nosso ver, também é importante para o processo de incubação, principalmente para se pensar os processos econômicos a partir de uma visão mais ampla, tanto em termos de cadeias produtivas quanto em termos de propostas de organização econômica denominada Território.

O território como objeto de incubação

O conceito de território, embora trabalhado de maneira diferenciada por vários autores, é marcado por dois elementos chave. O primeiro se dá a partir da noção de poder, ou de arranjos de poder, tanto no nível público quanto privado, englobando aspectos amplos, como autoridade governamental, os acessos a recursos financeiros e produtivos, e a legitimidade para construção de interpretações simbólicas sobre a realidade,

e a distribuição no espaço e tempo da influência desses arranjos, que podem ocorrer de forma sobrepostas, tanto conflitiva quanto cooperativamente. O segundo, intimamente associado ao primeiro, é a noção de apropriação, ou seja, do território como espaços de dinâmicas específicas de apropriação ou não dos bens materiais e simbólicos, ou da definição dos sentidos e transformações a serem construídas naqueles espaços (BORDO et al, 2004).

Apesar dessa multiplicidade de possibilidades de interpretação da noção de território, o mais importante para nosso caso, a questão econômica, e dentro dela, principalmente a forma de pensar e organizar o trabalho e o acesso a seus produtos é a que se faz mais premente. Nesse sentido, a estruturação do estado e das políticas públicas, os elementos culturais e as estruturações econômicas existentes, embora tenham dinâmica própria e possam ser analisadas de maneira específica e isolada, também podem ser analisadas em função de sua determinação para um aspecto específico. As relações de trabalho e de produção podem ser então compreendidas a partir da função do território de servir como elemento intermediador, para o sujeito, entre o espaço vivido da atividade produtiva e o Mundo (SANTOS, SOUZA e SILVEIRA, 2002).



Essa apropriação do termo território, embora possa destoar de seu uso mais restrito, também pode fornecer elementos que possibilitem uma maior expansão da compreensão do conceito. Nesse sentido, a noção de Território que aqui propomos se diferencia da noção de Comunidade, no sentido em que, nessa os fenômenos que seriam objetos de intervenção seriam justamente os elementos de interpretação do espaço e de si que são construídos conjuntamente, ainda que nela se envolvam elementos conflitantes, enquanto, no primeiro, o objeto de intervenção são construções de formas institucionais e relacionais, que, embora se apresentem sobrepostas e em constante relação com outras formas, não são necessariamente atos de compartilhamento da produção de si e de si em relação ao espaço, mas instrumentos materiais ou simbólicos que representam relações de poder e apropriação sobre o espaço vivido pelas pessoas, e que intermediam a relação dessas uma com as outras e com os espaços, tanto local, quanto o espaço mais amplo do mundo.

Nesse sentido, o processo de incubação do território vai passar por dois grandes grupos de elementos determinadores do poder nos territórios, ou seja, o poder público, e as cadeias produtivas dos setores envolvidos, consideradas amplamente, envolvendo

tanto aspectos relacionados a produção e a distribuição, mas também outros, como elementos de capacitação profissional e desenvolvimento de tecnologias e produtos. Embora possam ser analisados de forma separada, ambos estão intimamente interligados, sendo que um fomenta as práticas e compromissos dos outros.

Antes de passar para análise das práticas associadas ao processo de incubação dos territórios, é necessário, no entanto, ressaltar o caráter holístico da economia solidária, ou seja, sua capacidade de fornecer um modelo amplo de organização econômica, e por consequência, também social e cultural (ROCHA FILHO e CUNHA, 2015), e rechaçar uma compreensão da economia solidária como uma forma, ainda que disfarçada, de ações ou políticas compensatória, voltada aos mais pobres, que se mostra amplamente presente em alguns discursos de inserção social por meio da economia solidária.

Além dessas questões relacionadas às classes sociais, ou a cadeias e perfis produtivos, a dimensão holística da economia solidária também se mostra como um elemento que envolve aspectos mais amplos, como questões culturais ou ecológicas. Nesse sentido, as práticas de incubação de territórios também precisam



ser sustentáveis tanto do ponto de vista cultural, possibilitando a promoção de uma cidadania cultural (FARIA, SERRA, 2016), quanto a sustentabilidade ecológica de suas práticas (SCHMITT, 2010).

Segundo Oliveira (2007), sob um discurso desenvolvimentista, muitas vezes mascara-se a atribuição de fundos públicos ao capital, em uma lógica desvinculada dos elementos endógenos do território. A alternativa esse modelo predatório seria a gestão compartilhada do território por meio do domínio público das políticas e ações estatais. As ações voltadas para o poder público então devem buscar não sua instrumentalização pela economia solidária, mas a abertura para que os trabalhadores e produtores locais possam se beneficiar das políticas de desenvolvimento econômico, em todos seus aspectos, envolvendo desde compras públicas das entidades estatais dos produtores locais, ao fomento de infraestrutura, capacitação técnica, acesso a crédito e adequação de regras ligadas à produção, como as regras sanitárias, de segurança ou legais.

Aqui é importante ressaltar a diferença na lógica do empreendimento para a lógica do território no processo de incubação. O empreendimento, nesse caso, não é o centro do processo de interferência no território e nas entidades do poder

público nele presente, mas a própria democratização do acesso à gestão, e o estabelecimento de laços de solidariedade entre as entidades públicas e os produtores locais. O desenvolvimento por meio da economia solidária deve ser encarado como uma possibilidade, que, se mais efetiva na garantia da melhor consecução dos objetivos desses empreendimentos, das entidades do poder público e da sociedade de forma geral, deve então ser utilizada.

No entanto, isso não significa que a economia solidária não deva ser fomentada. Pelo contrário, como nos mostra Lima (2012), a organização dos produtores e trabalhadores por meio da economia solidária muitas vezes é uma condição para que estes possam participar de forma organizada e clara da definição das políticas públicas de desenvolvimento territorial. Essa organização, no entanto, não deve se sobrepor à democratização mais ampla da gestão do território.

No entanto, a organização meramente política não deve ser o centro do processo de articulação dos empreendimentos, deve-se buscar uma articulação produtiva entre os empreendimentos, os seus entes de representação e organização e os entes do poder público que lhes fomentam, tendo como referência a busca de apropriação das cadeias produtivas locais dentro dos



processos relacionados à economia solidária. Como nos mostram Dias et al (2014), ao invés de buscar laços de complementariedade entre empreendimentos congêneres, na economia solidária, o que se nota é a dos empreendimentos se colocarem em uma situação de funcionalidade subordinada dos EESs com os empreendimentos da economia tradicional, ou sua manutenção como entidade isolada atuando informalmente. Essa situação de isolamento na prática produtiva geraria um baixo ganho de consciência, mobilização, capacitação e organização nos membros desses EESs e no movimento de economia solidária de maneira geral.

Ainda que existam entidades como fóruns e conselhos locais de economia solidária, sua restrição à atuação política, não possibilita a compreensão de processos econômicos pensados de forma mais ampla. Pelo contrário, na articulação entre empreendimentos, o próprio ato de produzir conjuntamente deve ser entendido como ato político constitutivo da economia solidária (PIRES et al., 2013).

Em termos práticos, o processo de incubação nesse caso passa pela apropriação das potencialidades produtivas locais dos territórios, buscando identificar elementos que possam ser apropriados pelo

trabalho, e que estejam associados a outros empreendimentos já estruturados. Busca-se então identificar tanto a produção de matéria prima, seus diversos meios de transformação, e os processos de comercialização e distribuição desses produtos, e tenta-se identificar formas de estruturar tais ações em termos de processos e empreendimentos de economia solidária. Além disso, busca-se identificar os grupos, que, já por afinidade ou já por processo de acumulação de experiência de associação solidária e autogestionária, estariam mais propensos a aderirem a processos e empreendimentos de economia solidária, e a partir de então, à implementação de ações voltadas para disseminar a proposta da economia solidária e tentar adequar à realidade produtiva e cultural desses grupos e pessoas.

Nesse processo é importante compreender que o estabelecimento de cadeias produtivas solidárias passa também pela apropriação coletiva dos excedentes (SCHIOCHET e BRANDES, 2009). Nesse processo, mais uma vez, a lógica do EES pensado isoladamente em termos econômicos, ainda que politicamente estejam associados, precisa ser revista. Nesse sentido discordamos de Mance (2003), para quem a articulação entre os EES dentro de uma cadeia produtiva se daria a partir do princípio da solidariedade,



pois, essa solidariedade ainda teria como centralidade os EES. Consideramos que seria mais adequada, quando pensamos em termos territoriais, a construção de lógicas de articulação mais institucionalizadas como a criação de associações e cooperativas de 2º e 3º grau, para que não ocorra a cisão entre a atividade política e a atividade produtiva na economia solidária (PIRES et al., 2013). Só quando essa cisão necessariamente ocorre, como na relação entre as entidades da economia solidária e as do estado, como a universidade, os fóruns, conselhos e outros entes de articulação especificamente política se mostram mais adequados.

Repensar essa articulação entre os empreendimentos também é importante para podermos repensar a estruturação de cadeias produtivas, e da necessária acumulação de recursos dentro do modelo de economia solidária. Além da capacidade de trabalho dos membros dos EESs é preciso entender que estes só vão conseguir avançar em termos de produtividade com alocação de recursos em sua capacidade produtiva, por meio da adaptação ou do desenvolvimento de uma capacidade sociotécnica potencializadora dessa capacidade produtiva que seja adequada às relações de trabalho baseadas na solidariedade e na autogestão. (DAGNINO, 2000).

A adaptação sociotécnica nesse sentido, quando pensada em micro e nano cadeias produtivas, onde não vai haver uma necessidade de desenvolvimento técnico compartilhado é possível abordando somente o conhecimento já compartilhado, onde a informalidade dos empreendimentos também pode se reproduzir na informalidade da articulação entre os mesmos (SPINK, 2009). Porém, à medida que a cadeia produtiva incorpora mais elementos técnicos, consideramos que a criação de EES mais complexos e estruturados, que incorporem, ainda que de forma secundária (como no caso de associações ou cooperativas de 2º grau) a organização da produção e da gestão dos EES, seja mais interessantes como elementos articuladores dessas cadeias produtivas, pois, diferente das micro cadeias produtivas, ligadas à lógicas informais, com a inserção em cadeias produtivas mais articuladas, a necessidade de se relacionar economicamente com empreendimentos tradicionais, acaba gerando uma captura da lógica gerencial e de organização do trabalho nos EES que os descaracterizam de sua finalidade inicial de promoção de solidariedade e autogestão (FARIA et al., 2008).

Conclusão



A atividade das Incubadoras Universitárias de Economia Solidária, embora venha se estruturando a alguns anos, ainda se encontra em processo de construção de seu marco referencial. Da mesma forma, a própria construção de uma comunidade de pesquisadores sobre o tema também se encontra em processo de estruturação, sendo que a maioria dos estudos na área ainda uma atividade secundária e descontinuada para seus realizadores.

Nesse contexto pretendeu-se com esse texto buscar a construção de um marco referencial, ainda que introdutório, das possibilidades de atuação das incubadoras de economia solidária, e ressaltar a necessidade de pensar a ação dessas incubadoras como ações voltadas prioritariamente para a construção de novas formas de sociabilidade e de construção de lógicas produtivas, e não somente na criação de empreendimentos e de geração de trabalho e renda.

Embora essas ações sejam necessárias, e seja através delas que a economia solidária se materializa em sua maior parte, a lógica que rege os empreendimentos não deve ser percebida como central para a economia solidária, mas sim, estes empreendimentos devem ser percebidos como instrumentos de

concretização dessas novas formas de sociabilidade e de organização do trabalho pautadas em princípios da solidariedade e da autogestão.

Existe um caminho ainda grande pela frente, e a universidade tem um papel de extrema importância na construção conceitual e técnica que possibilite que esses princípios possam ser implementados de forma prática nos empreendimentos. Porém, essa construção demanda, além de uma ação mais sistemática e continuada de pesquisadores. Além disso, como a maior parte dessas ações se dão por meio de projetos de extensão, a própria concepção de extensão deve ser repensada, principalmente na consideração de um de seus objetivos e como critério de avaliação da produção dessas incubadoras também a construção de espaços onde outros atores no campo da economia solidária possam participar de forma mais objetiva e construtiva dessas construções conceituais e técnicas. Para que isso ocorra, as incubadoras, além de estruturarem suas atividades para a criação de empreendimentos e processos de economia solidária, precisam se voltar também para a capacitação mais ampla, tanto dentro da universidade, como para elementos externos, principalmente os membros do poder público (incluindo entidades estatais e não estatais), e dos próprios trabalhadores.



Com isso esperasse que a economia solidária não surja como uma demanda da precariedade do sistema produtivo capitalista, mas como a organização a partir de uma cultura solidária e autogestionária, ligada às nossas tradições culturais

emancipatórias, que crie demandas próprias de organização, e as destine às incubadoras, na perspectiva de receber, por meio das mesmas, o acesso aos serviços e conhecimentos do sistema universitário.

Referências

BORDO, A.A.; SILVA, C.H.P.; NUNES, M.; BARBOSA, T.; MIRALHA, W. **Diferentes abordagens do conceito de território**. 2004. Disponível em <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/diferentesabordterr.pdf>. Acessado em 27/04/2017.

BORGES, C. M. A memória e os espaços sagrados: Os colonos e a apropriação simbólica dos lugares. **Locus: Revista de História**, v. 16, n. 2, p. 119-130, 2010. Disponível em <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/locus/article/view/1055>. Acessado em 04/04/2017.

BOSI, E. Pesquisa em Memória Social. **Revista Psicologia USP**, v. 4 n. 1-2, p. 277-284, 1993. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/download/34480/37218> Acessado em 25/10/2013.

BOSI, E. Memória da Cidade: Lembranças Paulistas. **Estudos avançados** v. 17, n. 47, p. 197-211, 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000100012&script=sci_arttext. Acessado em 25/10/2013.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4685 de 2012**. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=74626556BA159FC09AA29CE56A574C48.proposicoesWebExterno2?codteor=1037445&filename=PL+4685/2012.

CALBINO, D; PAULA, A.P.P. Economia Solidária: investigação sobre o estado da arte. *Gestão Contemporânea*, Porto Alegre, v. 10, n. 14, p. 371-397, 2013. Disponível em <http://seer4.fapa.com.br/index.php/arquivo/article/viewFile/302/145>.

CARVALHO, R.A.; PIRES, S.D. Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos da economia social em questão. **Sociedade e Estado**, n.16 v. 1-2, p. 159-185, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100008, acesso em 03 de fevereiro de 2018.

CHAUI, M. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 6a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.



CULTI, M.N. Economia solidária: Incubadoras universitárias e processos educativos. **Proposta**, v. 31, n. 111, p. 16-22, 2007. Disponível em http://www.unitrabalho.uem.br/administracao/bd_artigos/arquivos/010614153016.pdf. Acesso em 03 de fevereiro de 2018.

CULTI, M.N. **Economia Solidária no Brasil**: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários. São Paulo. Ed. Todos os Bichos. 2010.

DAGNINO, R. . Em direção a uma Estratégia para a redução da pobreza: a Economia Solidária e a Adequação Sócio-técnica. **OEI**, 2000. Disponível em <http://www.oei.es/historico/salactsi/rdagnino5.htm>. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

DIAS, R.B. et All. Tecnologia Social e Economia Solidária: construindo a ponte. **Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública** v. 1, n, 1, p. 59-78. 2014. Disponível em <http://repositorio.flacoandes.edu.ec/bitstream/10469/6443/1/RFLACSO-MP1-04-GAPI.pdf>.

DUBEUX, A. O papel das universidades na construção da economia solidária no Brasil. **Proposta**, v. 31, n. 111, p. 3-15, 2007. Disponível em <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2007/03/proposta-111-final.pdf>., Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

FARIA, H., SERRA, N. **Economia Solidária da Cultura e Cidadania Cultural**. Editora UFABC: Santo André, 2016.

FARIA, M.S.; DAGNINO, R.; NOVAES, H.T. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. **Revista Katálise**, v. 11 n. 1 p. 123-131, 2008. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/5394/4738>. Acesso em 23 de maio de 2017.

GAIGAER Luiz Inácio Germany. (Org)**Sentidos e experiências da economia solidária do Brasil**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2004.

GAIGER, L.I.G. **O Mapeamento Nacional e o Conhecimento da Economia Solidária**. **Revista da ABET**, v. 12, n. 1, p. 7-24, 2014. Disponível em http://base.socioeco.org/docs/_ojs_index.pdf. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

GAIGER, L.I.G. The legal framework for Solidarity Economic Enterprises in Brazil: backgrounds and perspectives. **5th EMES International Research Conference on Social Enterprise Building a Scientific Field to Foster the Social Enterprise Eco-Sistem**. Helsinki, 2015. Disponível em http://emes.net/content/uploads/publications/the-legal-framework-for-solidarity-economic-enterprises-in-brazil-backgrounds-and-perspectives/ESCP-5EMES-10_Lega_framework_solidarity_Economic_Enterprises_Brazil_Gaiger.pdf. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

GHIZELINI, A.A.M. Reflexões uma crítica à economia solidária: do materialismo histórico à teoria da ação. **Revista Escritos**, v. 11, n.2, 1-19, 2015. Disponível em <http://faculdadebagozzi.edu.br/wp-content/uploads/2016/01/Revista-Escritos-v.11-n.2-2015.pdf>. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.



LIMA, J.S. Desenvolvimento Territorial e Economia Solidária: das concepções e práticas entre o Estado brasileiro e os coletivos organizados no Território do Sisal-BA. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 131, p. 172-180, 2012. Disponível em <file:///C:/Users/Admin/Desktop/economia%20solid%C3%A1ria%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf>. Acesso em 09 de maio de 2015.

LISBOA, A. M.. Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites. **RAE. Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n3/v45n3a06.pdf>. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

MACHADO, M. C. (Re)significações no mundo rural mineiro: o carro de boi do trabalho ao festar (1950-2000). **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 25-45, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100003&script=sci_arttext. Acessado em 04/04/2017

MANCE, E. Cadeias produtivas solidárias. In CATANNI, D. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Editora Veraz, p. 26-28. 2003.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

OGANDO, C.B. As Fronteiras da Economia Solidária. Uma análise a partir do Mapeamento Nacional. 2013. Disponível em http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3533_pt.html. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

OLIVEIRA, F.J.G. Reestruturação econômica, poder público e desenvolvimento social: possibilidades de disputa e de recomposição de poder no território. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais**, v. 11, n. 245, p. 0-0, 2007. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24565.htm>. Acesso em 09 de maio de 2017.

OLIVEIRA, M.C.S.B., ZANIN, M. Economia Solidária: Uma temática em evolução nas dissertações e teses brasileiras. **Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade**, v. 2, n. 1, pp. 181-193, 2011. Disponível em <http://www.revistabrasileiradects.ufscar.br/index.php/cts/article/viewFile/121/69>. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

PERUZZO, C.M.K; VOLPATO, M.O. Conceito de Comunidade, local, e região: inter-relações e diferenças. **Libero**, v. 12, n. 24, p. 139-152 2009. Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewFile/6790/6132>. Acesso em 30 de março de 2017

PINHEIRO, D.C. O Estado da Arte da Produção Científica em Economia Solidária. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 2, p. 95-103, 2016. Disponível em <http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/843#.W00fBE9Viko>. Acesso em 04/04 de 2017.

PIRES, S. D. **A dimensão psicossocial da autonomia em cooperativas de trabalho**, 09/12/2005, (200f) Dissertação de Mestrado em Psicologia, UFMG. Belo Horizonte, 2005.

PIRES, S.D. Perlaboração de Mecanismos defensivos em relação ao trabalho em empreendimentos de economia solidária. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v 7, n 1, (no prelo), 2018.



PIRES, S.; COUTO, G.; ALVES, A. Constituição dos mecanismos de defesa psíquicos e sociais no trabalho autogestionário. In: VASCONCELOS-SILVA, A.; BUENO, M. (Org.). **Novas concepções sobre organizações e trabalho**. Catalão: Editora UFG, p. 158-170, 2013.

ROCHA FILHO, A.N.; CUNHA, L.A.G. Economia Solidária para qual desenvolvimento territorial? **Anais do I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária (CONPES)**. São Carlos, 2015. Disponível em <http://docplayer.com.br/34404190-I-conpes-congresso-de-pesquisadores-de-economia-solidaria.html>. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J.C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia adequada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1069-1094, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122008000600003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

SALUM, C. C.; MAHFOUD, M. Produção de Imagem e Cultura: A criação de uma bandeira em uma comunidade tradicional. **Anais do III Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos qualitativos e V Encontro de Fenomenologia e Análise do Existir**, São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.sepq.org.br/IIIsepeq/anais/pdfs/pmchf3.pdf>. Acesso em 04/04/2017. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002

SCHIOCHET, V.; BRANDE, M.E. Espaço e Cadeias Produtivas Solidárias. O Caso da Reciclagem. **III Encontro Catarinense de Economia**, Blumenau, 2009. Disponível em http://base.socioeco.org/docs/artigo_45.pdf. Acesso em 23 de maio de 2017.

SCHMITT, C.J. Economia Solidária e Agroecologia: Convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. **Revista Mercado de Trabalho (IPEA)**, n. 42, p. 55-64, 2010. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4050/1/bmt42_08_Eco_02_convergencias.pdf. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

SILVA, F.L. Universidade: A ideia e a história. **Estudos Avançados**, v. 20, n.56, p. 191-202, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100013. Acesso em 05 de fevereiro de 2018

SILVA, R.F.; SILVA, S.P. Em busca de um marco legal para a Economia Solidária no Brasil: Análise da trajetória do PL 4685/2012. **Mercado de Trabalho**, v. 21, n. 58, p. 91-100, 2015. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4231/9/bmt_58_economia_busca.pdf. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

SINGER, P. Economia Solidária versus Economia Capitalista. **Sociedade e Estado**, v. 6, n. 1-2, p. 100-112, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>. Acesso em 04 de abril de 2017.

SPINK, P.K. Micro cadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 227-241, 2009. Disponível em



http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000200008. Acesso em 22 de maio de 2017.

VISEU, F. Contribuição da Sociologia da Dádiva aos estudos sobre as Organizações Substantivas. *Organização e Sociedade*, v. 16, n. 50, p. 409-427. (2009). Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v16n50/01.pdf>. Acesso em 31/03/2017.

WARREN, Ilse Scherer (2006) Das mobilizações às redes de movimento sociais. *Revista Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, p. 109-130. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acessado em 04/04/2017.



DOI: 10.30612/re-ufgd.v4i8.6928

A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO “IV FEIRA DO LIVRO E DA LEITURA DA UFGD” NA FORMAÇÃO ACADÊMICA¹

La Contribución del Proyecto de Extensión “IV Feria Del Libro y de la Lectura de la UFGD” en la Formación Académica

Rodrigo Garófallo Garcia²
Cynara Almeida Amaral³
Givaldo Ramos da Silva Filho⁴
Wanessa Gonçalves Silva⁵
Raquel Correia de Oliveira⁶
Jéssica Sotolani Manfré⁷

Recebido em 22/09/2017

Aceito em 15/12/2017

Resumo: Relatório de experiência do projeto de extensão da Editora da UFGD. A IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD foi realizada no dia 1º de agosto de 2017, no Centro de Convivência da UFGD. Trata-se de um evento que visa a formação de leitores dos públicos juvenil, adulto, universitário, entre outros. Também busca divulgar e incentivar o trabalho dos autores locais e regionais. Durante o evento foram realizadas exposição, doação e venda de livros da Editora da UFGD, a um preço acessível. As apresentações de leitura de textos produzidos pelos acadêmicos da universidade federal ocorreram nos três períodos. O acesso ao conhecimento promovido pelo evento resultou em impactos sociais positivos na comunidade acadêmica.

Palavras-Chave: Relatório de experiência. Formação de leitores. Autores locais e regionais.

Resumen: Informe de experiencia del proyecto de extensión de la Editora de la UFGD. La IV Feria del Libro y de la Lectura de la UFGD fue realizada el 1 de agosto de 2017, en el Centro de Convivencia de la UFGD. Se trata de un evento que busca la formación de lectores de los públicos,

¹ Projeto de extensão desenvolvido pela Editora da UFGD, sob coordenação do Prof. Dr. Rodrigo Garófallo Garcia.

² Coordenador da Editora da UFGD (EdUFGD), mestre (2002) e doutor (2005) em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), com pós-doutorado em Engenharia Agrícola pela FEAGRI/UNICAMP (2012). É tutor no Programa de Educação Tutorial do curso de Zootecnia da UFGD (PET/ZOO) desde setembro de 2007 e diretor de eventos da Fundação APINCO de Ciência e Tecnologia Avícolas (FACTA). E-mail: rodrigogarcia@ufgd.edu.br

³ Possui licenciatura plena em Letras (Português, Espanhol e Literatura) pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2007) e especialização em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2013). Atualmente é servidora da UFGD, ocupando o cargo de Revisora de Textos, lotada na Editora da UFGD desde 2015. E-mail: cynaraamaral@ufgd.edu.br

⁴ Possui licenciatura plena em Matemática pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2006) e especialização em Tecnologia de Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal pela Escola Superior Aberta do Brasil (2010). Atualmente é Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Grande Dourados desde 2013. E-mail: givaldofilho@ufgd.edu.br

⁵ Tradutora e intérprete em língua inglesa pela UFMS (2003), mestre (2006) e doutora (2017) em Estudos da Tradução pela UFSC. Revisora de textos da Editora da UFGD desde 2015. E-mail: wanessasilva@ufgd.edu.br

⁶ Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2015), especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Centro Universitário da Grande Dourados (2011) e graduada em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006). Trabalha como redatora e revisora na Editora da UFGD desde 2009. E-mail: raquelcorreia@ufgd.edu.br

⁷ Acadêmica do curso de Letras (Português, Inglês e Literatura) pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Atualmente é estagiária na Editora da UFGD pelo programa Pró-Estágio da UFGD. E-mail: jessicahmanfre@gmail.com



juveniles, adultos, universitarios, etc. También busca divulgar e incentivar el trabajo de los autores locales y regionales. Durante el evento se realizaron exposición, donación y venta de libros de la Editora de la UFGD, con costo accesible. Las presentaciones de lectura de textos producidos por los académicos de la universidad federal ocurrieron durante todo el día. El acceso al conocimiento promovido por el evento resultó en impactos sociales positivos en la comunidad académica.

Palabras Clave: Informe de experiencia. Formación de lectores. Autores locales y regionales.

Introdução

A primeira Feira do Livro e da Leitura da UFGD foi realizada 14 de junho de 2012; a segunda edição desse evento ocorreu nos dias 20 a 22 de novembro de 2013 e a terceira edição nos dias 14 e 15 de novembro de 2014. Após um período de três anos, a Editora da UFGD (EdUFGD) retomou as atividades com a realização da IV Feira do Livro e da Leitura UFGD, que ocorreu no dia 1º de agosto de 2017 no Centro de Convivência, localizado no campus universitário. Essa feira faz parte do projeto de extensão realizado pela EdUFGD. De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária a extensão é:

[...] entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção de conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. (VERÇOSA, 1998, p. 64).

Dessa forma, esse projeto de extensão busca divulgar e incentivar o trabalho dos autores locais e regionais. Também visa à formação de leitores dos públicos juvenil, adulto e universitário. O coordenador editorial da EdUFGD, professor Rodrigo Garófallo Garcia destaca que a prática da leitura:

[...] é uma das oportunidades mais incríveis para o desenvolvimento pessoal e profissional. Por meio dela, podemos ultrapassar as fronteiras do imaginário e descobrir novos universos sem precisarmos sair do lugar. O hábito de ler nos permite adentrar num processo de expansão e a abertura intelectual para infinitas possibilidades. Fonte de verdadeira riqueza, o livro constitui-se como um atalho para o despertar imaginativo e aprimoramento dos diversos saberes, e a leitura torna-se a ferramenta essencial na trilha do conhecimento. (GARCIA, 2016, p. 5).

Durante o evento foram realizadas exposição, doação e venda de livros do catálogo da Editora da UFGD a um preço acessível e o pré-lançamento da obra comemorativa de 10 anos da EdUFGD, intitulada *A importância da leitura: crônicas, contos, poesias*. Os textos dessa obra foram produzidos pelos acadêmicos da UFGD, que apresentaram a leitura de seus contos, crônicas e poesias durante a realização da feira. Após a leitura, houve um bate-papo com alguns autores da obra, que contaram sobre sua inspiração para a escrita e agradeceram à EdUFGD pela oportunidade de publicação. Sobre a obra comemorativa, Rodrigo Garcia elucida que:

Ao abrir espaço para a reflexão e expressão dos alunos de graduação da UFGD sobre a leitura, a Editora, ciente de seu papel na formação acadêmica, reúne, na obra que ora apresenta à comunidade, contos, crônicas e poesias para coroar uma década de muito trabalho e dedicação. (GARCIA, 2016, p. 7).



A Editora da UFGD

Criada em outubro de 2006, desde o início a Editora da UFGD se dedica à publicação da produção intelectual da universidade, divulgando os resultados das pesquisas acadêmicas de seus servidores docentes e técnicos-administrativos e de seus pós-graduandos, bem como as obras de pesquisadores não inseridos no quadro de servidores da UFGD.

Estimulando a produção intelectual voltada à comunidade interna e externa, a EdUFGD apoia a organização, a publicação, a divulgação, a distribuição e a venda de obras bibliográficas da UFGD. Com dez anos de existência, a Editora soma mais de 180 obras publicadas, dentre elas livros, e-books e cadernos acadêmicos (material para uso em sala de aula).¹

IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD

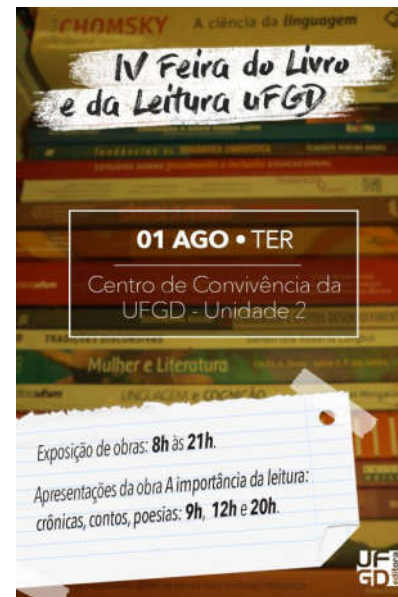
Fruto do projeto de extensão realizado pela Editora da UFGD e coordenado pelo Prof. Dr. Rodrigo Garófallo Garcia, a IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD ocorreu no Centro de Convivência da Unidade 2 da UFGD, em Dourados, durante os três períodos do dia 1º de agosto de 2017.

Este evento, voltado à comunidade acadêmica da UFGD, visa à formação de leitores de diferentes segmentos, além de divulgar e incentivar o trabalho de autores locais e regionais.

Fizeram parte da organização e da programação da IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD: o coordenador editorial Rodrigo G. Garcia; os técnicos administrativos da EdUFGD — Cynara A.

Amaral; Givaldo Ramos da Silva Filho; Raquel Correia de Oliveira e Wanessa Gonçalves Silva —; a estagiária Jéssica Sotolani Manfré; e os autores da obra *A importância da leitura: crônicas, contos, poesias*. Veja o cartaz do evento na Figura 1:

Figura 1 – Cartaz de divulgação do evento.



A IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD foi bastante divulgada na mídia, o que rendeu visibilidade do projeto. O Jornal do canal de televisão RIT foi até o Centro de Convivência e cobriu o evento no período matutino. O coordenador editorial Rodrigo foi entrevistado e a autora a Eliane foi filmada, fazendo a tradução do seu poema em libras (JORNAL DA RIT, 2017), veja a figura 2:

¹ Para mais informações, acesse: <<https://www.ufgd.edu.br/setor/editora>>.



Figura 2 – Entrevista com o prof. Rodrigo G. Garcia.

Fonte: JORNAL DA RIT, 2017.

O projeto de extensão da Editora da UFGD também teve destaque com duas notícias no Portal da UFGD (UFGD, 2017a, 2017b). A Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) divulgou o evento da EdUFGD e também informou sobre a presença da Editora na abertura do VIII Seminário de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste (SEREX), com divulgação e venda de livros (ABEU, 2017), ocorrido no dia anterior à Feira. Outros jornais locais também noticiaram a IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD em suas páginas eletrônicas, como o Diário MS (2017), Dourados News (2017) e Midiamax (2017).

Em seus depoimentos, os professores da UFGD que visitaram o *stand* da Editora feira reconhecem a relevância deste projeto de extensão da EdUFGD, como pode ser observado a seguir:

Depoimento 1: “Tenho acompanhado com especial interesse a presença da Editora da UFGD em eventos intelectuais. Considero de fundamental importância sua atuação nesse cenário. O convívio dos acadêmicos com a produção intelectual da Universidade tem efeitos muito positivos tanto para os leitores quanto para os pesquisadores que publicam. Com efeito, vivemos rodeados de instituições particulares que privilegiam o investimento

em seus prédios e na propaganda cotidiana dos serviços que prestam. E qual a propaganda mais interessante que nossa Universidade pública tem para fazer? Sem dúvida alguma são as pesquisas avançadas dos seus professores. O investimento que o país faz nesse trabalho é grande e precisa ser mostrado. A publicação é o patrimônio universitário de maior consequência, pois faz multiplicar o conhecimento. Portanto, vejo com muito bons olhos o cuidado que se tem na apresentação de nossos livros e na presença das obras nos eventos que a Universidade promove. Sem dúvida alguma, isso trará bons frutos a médio e longo prazos. Parabéns aos responsáveis pela Editora da UFGD”. (Prof. Dr. Paulo Custódio de Oliveira – FACALE).

Depoimento 2: “Há cinco anos eu participo do Festival Internacional de Literatura de Parati-RJ. Por quatro vezes, liderei a ida dos alunos e das alunas do curso de Letras da UFGD para este festival. O que me impulsiona é a possibilidade de oferecer uma vivência ampla aos nossos estudantes. Foi com o mesmo entusiasmo que eu aceitei participar da IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD. A organização deste evento tem motivos para se orgulhar da proposta. A comunidade universitária (UFGD, UEMS, UNIGRAN) e a comunidade douradense, de maneira geral, vivenciaram dias em que os livros foram os protagonistas. Ao oportunizar esta vivência, os organizadores cumprem com o seu papel social e educativo. Eu quero mais feiras de livros!”. (Prof.^a Dr.^a Alexandra Santos Pinheiro e Tutora PET-Letras-UFGD).

Depoimento 3: “Aprender a aprender é um exercício vivencial construído cotidianamente, cheio de significados e até de sentidos indelévels. Para construir esses sentidos indelévels é preciso participar, sentir-se pertencente e contextualizado. Visitei a Feira do Livro e da Leitura da UFGD e me senti contextualizada e encantada com o momento. Espaço rico de conhecimentos e informações, com infinitas possibilidades ao aprender a aprender”. (Prof.^a Dr.^a Mirlene Damázio – Coordenadora do NuMIAC).



Exposição e vendas de livros

A EdUFGD realizou exposição e vendas de obras. Cerca de 90 títulos foram expostos e disponibilizados para venda pela metade do preço do catálogo. Durante a IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD, livros foram vendidos com o valor promocional de 50% de desconto.

Todos os que visitaram o *stand* puderam apreciar as obras publicadas pela Editora. Também tiveram a oportunidade de conhecer os novos títulos que foram publicados nos últimos três anos, inclusive algumas obras que seriam lançadas no mês de agosto, em evento próprio.

A comunidade acadêmica teve a oportunidade de adquirir gratuitamente o catálogo impresso da Editora e foi informada sobre o catálogo *on-line*, que possibilita o acesso gratuito e o *download* das obras em formato digital: livros¹; cadernos acadêmicos; e-books². Confira as fotos do evento a seguir (figuras de 3 a 9):

Figura 3 – Exposição e venda no período matutino.



Figura 4 – Entrega de catálogos a acadêmicos.



Figuras 5 e 6 – Exposição e vendas de livros no período vespertino.



¹ Conheça o catálogo *on-line* da Editora da UFGD através do link: <<https://www.ufgd.edu.br/setor/editora/catalogo>>.

² Os e-books podem ser acessados a partir link: <<https://www.ufgd.edu.br/setor/editora/e-books>>.





Figuras 7 e 8 – Exposição e vendas de livros.



Política de doação de livros

A EdUFGD possui uma política de doação de livros, possibilitando o acesso às obras publicadas pela Editora, fomentando a leitura e propagando o conhecimento. Essa política de doação por si só exerce a ação de extensão da EdUFGD.

Sobre a política de doação de livros, a Editora informa:

Terão direito a retirar 2 (dois) exemplares (de títulos diferentes) por ano: alunos beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil; alunos do Programa Pró-estágio da UFGD; alunos beneficiados pelos programas de bolsas de pesquisa, de extensão ou de ensino; programa de educação tutorial (PET); alunos dos programas de pós-graduação; docentes e técnicos administrativos da UFGD. (EDUFGD, [2015]).

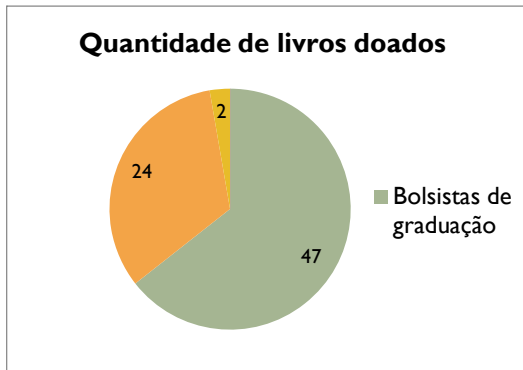
Durante a IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD, a Editora divulgou a política de doação de livros e o número de doações realizadas foi surpreendente. No total, 73 livros foram doados pela EdUFGD ao público da UFGD no dia 1º de agosto. Observe o gráfico 1 a seguir.



Figura 9 – Exposição e venda



Gráfico 1 – Doações realizadas pela EdUFGD durante a IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD.



Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que os discentes de graduação foram os que mais se beneficiaram com a divulgação da política de doação durante a realização do evento. Os acadêmicos bolsistas de graduação receberam 47 livros produzidos pela EdUFGD. Já os pós-graduandos, em sua maioria mestrandos, receberam 24 exemplares. Os docentes da UFGD receberam dois exemplares. Observa-se que não houve doações aos técnicos administrativos.

Acredita-se que o local escolhido para a realização do evento, o Centro de Convivência da UFGD, também contribuiu para que a comunidade acadêmica tivesse acesso ao *stand* da Editora, facilitando as vendas e as doações de livros. No próximo gráfico, verifica-se a relevância da IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD e o efeito da divulgação da política de doação de livros. Observe o gráfico 2:

Gráfico 2 – Doações realizadas pela EdUFGD de 1º de janeiro a 1º de agosto de 2017.

Fonte: Elaboração própria.

Esse gráfico compara as doações realizadas pela Editora ao público da UFGD (bolsistas de graduação, pós-graduandos,

técnicos administrativos e docentes), através do programa de doações. Nota-se que durante a IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD, realizada no dia 1º de agosto, o número de doações aumentou consideravelmente em relação aos meses anteriores. Observe as doações realizadas de acordo com as figuras 10 e 11:



Figura 10 – Doações de livros da EdUFGD.

Figura 11 – Doação de livros.



Em seus depoimentos, acadêmicas que visitaram a IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD, beneficiadas com a política de doação de livros, expõem suas impressões sobre o evento, como podemos ver a seguir:

Depoimento 4: “Sobre a IV Feira do Livro e da Leitura realizada pela Editora da



UFGD no Centro de Convivência, achei muito produtiva, pois ajuda a divulgar as pesquisas e trabalhos da Universidade, dos alunos e professores, aproveitei para adquirir dois livros [doação] muito interessantes sobre literatura. Aproveitei para parabenizar aos organizadores e colaboradores pelo ótimo atendimento e atenção”. (Hélia Marcia Kovalski Castilho Teno – Egressa do PPG Letras/FACALE/UFGD).

Depoimento 5: “A feira de livros da Editora da UFGD foi duplamente proveitosa para mim. Primeiramente porque os livros disponibilizados são obras importantes que nos ajudarão no decorrer de nossas pesquisas e estudos. O outro motivo é que, através da feira, fiquei sabendo que alunos de iniciação científica e de pós-graduação da UFGD têm direito a receber dois livros ao ano. Somente uma editora de excelência como a Editora da UFGD poderia ter a sensibilidade de oferecer suas obras gratuitamente aos alunos. Muito Obrigada”. (Patrícia P. Nascimento – Mestranda em Literatura/FACALE/UFGD).

Depoimento 6: “Desde que participo de eventos acadêmicos na cidade de Dourados - MS percebo a presença marcante da Editora da UFGD. Como foi o caso do XI Encontro Proler, do qual faço parte como organizadora, em que a Editora fez uma doação de material. Então, foi com enorme satisfação que pude marcar presença na IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD, que contou com lançamento de livro, declamações e doações (que, inclusive, fui agraciada com dois exemplares maravilhosos) para estudantes de pós-graduação. Parabéns ao professor Rodrigo, à Cynara e à toda equipe editorial”. (Kelly Mara Soares Dornelles – Egressa do PPG Letras/FACALE/UFGD).

Apresentação de leitura

A apresentação de leitura foi realizada por alguns alunos autores da obra

comemorativa dos 10 anos da Editora, intitulada *A importância da leitura*, publicada em 2016. Este livro também está disponível para *download* no catálogo *on-line*.¹

No período matutino apresentaram a leitura:

- a) Eliane Francisca Alves da Silva Ochiuto, autora da poesia “Meus olhos leem”. A autora é acadêmica do curso de Letras-Libras (EaD) e intérprete. A estagiária da EdUFGD, Jéssica Sotolani Manfré, realizou a leitura do texto e a autora Eliane fez a interpretação para Libras. (Figura 12).
- b) Matheus Heindrickson Prudente dos Santos leu seu poema “Da importância da Leitura na vida em sociedade (ou Textão para Facebook)”. O autor é acadêmico do curso de Ciências Econômicas (FACE). (Figura 13).
- c) Bruna Corrêa da Rosa, autora do conto “História sem data”. A autora é acadêmica do curso de Letras (FACALE). (Figura 14).
- d) Juliana da Cruz Prado, que leu sua crônica “De leitor para leitor”. A autora é acadêmica do curso de Ciências Econômicas (FACE). (Figura 15).

¹ Para *download* gratuito do livro digital acesse: <<https://www.ufgd.edu.br/setor/editora/catalogo>>.



Figura 12 – Estagiária Jéssica e autora Eliane.



Fonte: JORNAL DA RIT, 2017.

Figura 13 – Autor Matheus H. P. dos Santos.



Fonte: JORNAL DA RIT, 2017.

No período vespertino apresentaram a leitura:

Figura 14 – Autora Bruna e Cynara



Figura 15 – Autora Juliana, acadêmicos e Cynara.



No período noturno apresentaram a leitura:

- a) Francieli Efigenio Cabreira, que leu seu poema “Amplitude”. A autora é acadêmica do curso de Letras (FACALE);
- b) João Alexandre Alves dos Santos, que leu seu poema “Isso é mais que ‘apenas ler’”. O autor é acadêmico do curso de Letras (FACALE);
- c) Lilian Siqueira e Silva, com leitura de sua crônica “A lenda do meu nome”. A autora é acadêmica do curso de Engenharia de Produção (FAEN);
- d) Lucas Menezes de Moraes, que leu seu conto “Os prantos”. O autor é acadêmico do curso de Letras (FACALE);
- e) Vinicius Gonçalves Mazzini, com leitura de seu poema “Sobre (a) vida”. O autor é acadêmico do curso de Letras (FACALE).

Observe as fotos das apresentações de leitura no período noturno nas figuras 16 a 20:

Figura 16 – Leitura no Centro de Convivência



Figura 17 – leitura no Centro de Convivência



Figuras 18– Leitura no Centro de Convivência.



Figuras 19 e 20 – Leitura no Centro de Convivência.



Fonte: Acervo da EdUFGD.

O relato de experiência de três autoras que apresentaram a leitura de seus textos durante o pré-lançamento da obra comemorativa de 10 anos da EdUFGD pode ser observado nos seguintes depoimentos:

Depoimento 7: “É sempre uma honra fazer parte de uma Universidade tão acolhedora como a UFGD. Participar da feira literária foi uma experiência gratificante, uma oportunidade única dada pela Editora. O carinho com que fui tratada naquele dia foi essencial para apresentar o meu texto com tranquilidade e confiança. Minha primeira publicação não poderia ser feita em outro lugar. Obrigada a todos os envolvidos por serem o motor de nossos sonhos. (Franciele Cabreira – acadêmica/autora).

Depoimento 8: “Meu nome é Juliana, tenho 21 anos e sou acadêmica do curso de Economia. Desde pequena pude desenvolver o hábito pela leitura e todo o seu mundo mágico. Então, ter a oportunidade de escrever sobre A



importância da Leitura e participar da IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD foi realmente muito significativo e enriquecedor”. (Juliana Prado – acadêmica/autora).

Depoimento 9: “A IV Feira do Livro e da Leitura UFGD é um evento de suma importância para a comunidade acadêmica. Fazer parte da coleção de obras em comemoração aos 10 anos da Editora, como autora do poema ‘Meus olhos leem’, foi muito gratificante e prazeroso. Por ser surda, foi importante a apresentação do mesmo em Libras (Língua Brasileira de Sinais). para que meus amigos surdos também pudessem entender o que estava sendo transmitido nas simples palavras contidas no poema”. (Eliane Francisca Alves da Silva Ochiuto – acadêmica/autora).

A estagiária da Editora da UFGD também relata sua experiência na organização e participação da IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD:

Depoimento 10: “A experiência de participar da IV Feira do Livro foi muito importante. Levamos o material da Editora para dentro da comunidade acadêmica. Pessoas de qualquer área do conhecimento poderiam passar e procurar uma obra que fosse relacionada a seus interesses. Muitas doações a bolsistas foram feitas nesse dia. Aproveitamos o evento também para divulgar o lançamento coletivo de obras que estava perto de acontecer. Gratidão por poder fazer parte de tudo isso e contribuir para a disseminação do conhecimento”. (Jessica Sotolani Manfré, estagiária da EdUFGD e acadêmica de Letras/Inglês na UEMS).

Ações e resultados

Os objetivos propostos e alcançados através do Projeto de Extensão da EdUFGD, foram:

a) Dar continuidade aos eventos realizados nos anos de 2012, 2013 e 2014;

- b) Divulgar as obras e autores da Editora da UFGD e incentivar a leitura;
- c) Permitir a participação e integração de diferentes públicos, como autores, editores, acadêmicos, estudantes do ensino médio, técnicos, professores do ensino médio e o público em geral;
- d) Promover a comercialização de livros;
- e) Possibilitar aos autores o lançamento e/ou apresentação de suas obras;
- f) Criar espaço para a leitura;
- g) Estimular a publicação;
- h) Promover a interação entre universidade e sociedade;
- i) Promover a doação de livros de acordo com a política institucional;
- j) Criar um espaço para a troca de experiências entre os leitores.

Os resultados da ação de extensão foram positivos:

- a) Com a realização da Feira do Livro foi possível apresentar a produção técnico-científica à comunidade acadêmica;
- b) Houve integração entre as áreas do conhecimento, pois foram contempladas, o que proporcionou um caráter interdisciplinar ao evento;
- c) Foi realizado o pré-lançamento do Livro Comemorativo dos 10 anos da EdUFGD, intitulado A importância da leitura;
- d) A realização do evento permitiu capacitar a equipe da Editora no que diz



respeito à organização de eventos e atendimento ao público;

e) A exposição das obras da Editora promoveu a difusão e divulgação do conhecimento;

f) O evento trouxe bons resultados à comunidade acadêmica, a qual pode ter acesso ao acervo da EdUFGD;

g) A facilitação ao acesso ao conhecimento promovida pelo evento certamente trouxe impactos sociais à comunidade acadêmica.

O evento obteve o sucesso desejado e deu grande visibilidade aos trabalhos e serviços prestados pela EdUFGD. A aceitação e repercussão do evento permitirão o planejamento de sua próxima edição em 2018.

Referências

ABEU. **Editora da UFGD marca presença na IV Feira do Livro e da Leitura UFGD**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.abeu.org.br/farol/abeu/blog/noticias/editora-da-ufgd-marca-presenca-na-iv-feira-do-livro-e-da-leitura-ufgd/9940>>. Acesso em: 5 set. 2017.

DIÁRIO MS. **A UFGD promove IV Feira do Livro e da Leitura hoje**. Dourados, 2017. Disponível em: <<http://diarioms.com.br/ufgd-promove-iv-feira-do-livro-e-da-leitura-hoje/>>. Acesso em: 5 set. 2017.

DOURADOS NEWS. **Editora promove Feira do Livro e da Leitura terça-feira em Dourados**. Dourados, 2017. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/dourados/editora-promove-feira-do-livro-e-da-leitura-terca-feira-em-dourados-30-07-2017-08>>. Acesso em: 5 set. 2017.

EDUFGD. **Doações de livros**. Dourados, [2015]. Disponível em: <<http://portal.ufgd.edu.br/setor/editora/doacoes-livros>>. Acesso em: 13 set. 2017.

GARCIA, R. G. Apresentação. In: BUTTINI, A. P. O. et al. **A importância da Leitura: crônicas, contos e poesias**. Dourados: Ed. UFGD, 2016.

JORNAL DA RIT. **Reportagem sobre a IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD**. Dourados, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nnHbaySZqrY>>. Acesso em: 5 set. 2017. Reportagem veiculada na primeira edição do Jornal da RIT de 1 de agosto de 2017.

MIDIAMAX. **Universidade realiza feira do livro e da leitura dia primeiro de agosto**. Dourados, 2017. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/literatura/universidade-realiza-feira-livro-leitura-dia-primeiro-agosto-348794>>. Acesso em: 5 set. 2017.

UFGD. **Dia 1º de agosto tem Feira do Livro e da Leitura no Centro de Convivências**. Dourados, 2017a. Disponível em: <<https://portal.ufgd.edu.br/noticias/dia-1-de-agosto-tem-feira-do-livro-e-da-leitura-no-centro-de-convivencias>>. Acesso em: 5 set. 2017.

_____. **Livros com descontos e apresentações literárias foram destaque na IV Feira do Livro e da Leitura da UFGD**. Dourados, 2017b. Disponível em:



<<https://portal.ufgd.edu.br/noticias/livros-com-desconto-e-apresentacoes-literarias-foram-destaque-na-iv-feira-do-livro-e-da-leitura-ufgd>>. Acesso em: 5 set. 2017.

VERÇOSA, E. G. (Org.). **Educação superior e políticas públicas: a implantação da nova LDB em debate**. Maceió-AL: UFAL, 1998, p. 64.



DOI: 10.30612/re-ufgd.v4i8.8123

MEMÓRIA E TRAJETO SECULAR: OS TERENA COMO PROTAGONISTA DE SUA HISTÓRIA

Memory and secular path: the Terena as a protagonist of his history

Rosalvo Ivarra Ortiz¹
Noêmia dos Santos Pereira Moura²

Recebido em 15/09/2017

Aceito em 15/12/2017

Resumo: O presente artigo possui como objetivo apresentar duas situações de protagonismo Terena na luta pela terra ao longo do século XX e historiar o movimento Terena em defesa de seus direitos. A metodologia utilizada foi a história oral e a etnografia (trabalho de campo), portanto um diálogo entre a História Indígena e a Antropologia. Os resultados apresentados foram de intensa movimentação dos indígenas para recuperação de seus territórios tradicionais. As duas situações reivindicativas em destaque demonstram que essa etnia e seus “guerreiros” (autodenominação dos homens que vão para frente dos embates com os fazendeiros) estão dispostos a retomar seus territórios, ao menos esses dos quais não se apartaram, para dar continuidade *ao seu jeito de ser Terena*. Os Terena atuais, pelo que pudemos perceber, foi tomando consciência de seu lugar social na sociedade brasileira. A partir desse movimento foram traçando novas estratégias políticas para ocupar novos espaços sócio-políticos. A arte da dissimulação faz parte do conjunto de táticas de negociação dos Terena e é amplamente utilizada pelas lideranças. Essas costumam concordar e aceitar as propostas que lhes são feitas em espaços não-indígenas de poder. Muitas vezes se comprometem a desenvolver as atividades propostas que lhes são favoráveis. Ou seja, concordam e se propõem a executar as atividades desde que sua população o aceite. Entretanto, se o grupo de apoio na aldeia discordar dos encaminhamentos propostos, simplesmente engaveta o projeto e suas ações.

Palavras-chaves: Protagonismo. Movimento indígena. Territórios.

Abstract: The present article aims to present two situations of Terena protagonism in the struggle for land throughout the twentieth century and to historicize the Terena movement in defense of their rights. The methodology used was oral history and ethnography (field work), therefore a dialogue between Indigenous History and Anthropology. The results presented were of intense movement of the natives for the recovery of their traditional territories. The two prominent protest situations demonstrate that this ethnic group and its "warriors" are ready to return to their territories, at least those of which they did not separate, to continue its way to be Terena. The present Terena, for what we could perceive, was becoming aware of its social place in Brazilian society. From this movement were traced new political strategies to occupy new socio-political spaces. The art of dissimulation is part of Terena's set of negotiating tactics and is widely used by leaders. These tend to agree and accept the proposals made to them in non-indigenous spaces of

¹ Possui graduação em Licenciatura plena em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Atualmente é acadêmico do Mestrado em Antropologia Sociocultural pela mesma instituição de ensino. É membro do grupo de pesquisa GIPEDAS - "Grupo Iberoamericano para Pesquisa e Difusão da Antropologia Sócio-Cultural" vinculado à Universidad de Salamanca- Espanha (USAL). Bolsista: FUNDECT. E- mail: rosalvortiz@hotmail.com

² Professora Adjunta IV da UFGD, licenciada e mestre em História com ênfase em História Indígena (UFMS), doutora em Ciências Sociais/Etnologia (UNICAMP). Coordenadora Institucional PIBID/UFGD. Pesquisadora na etnia Terena. E-mail: noemiamoura@ufgd.edu.br



power. Often they undertake to carry out the proposed activities that are favorable to them. That is, they agree and propose to carry out the activities as long as their population accepts them. However, if the support group in the village disagrees with the proposed referrals, it simply misleads the project and its actions.

Keywords: Protagonism. Indigenous movement. Territories.

O Protagonismo Terena e Contexto Histórico

No Mato Grosso do Sul, os Terena produziram duas modalidades de aldeamento: urbano e o rural. Estamos designando aldeamento rural as Terras Indígenas e aldeamentos urbanos as “aldeias” ou “bairros” localizados nas cidades. Os aldeados em áreas urbanas estão organizados em Campo Grande, Capital do Estado - na Aldeia Marçal de Souza e outras quatro aldeias, no município de Anastácio - na Aldeia Aldeinha¹ e em Sidrolândia - na Aldeia Tereré. Todavia, é importante corroborar que a mobilidade de indivíduos e famílias Terena no território brasileiro é intensa, ao ponto de nos depararmos com indivíduos dessa etnia em vários estados do país. Talvez possamos afirmar que os atuais Terena sejam o resultado de vários encontros entre os povos Aruak e outros grupos étnicos indígenas e não-indígenas e sua etnicidade é um construto

resultante desses diversos contatos. Contudo, alguns elementos ainda os identificam com a família lingüística Aruak, como por exemplo a abertura para a negociação.

A partir da década de 1970, os Terena, bem como vários outros povos indígenas, começaram a se fortalecer politicamente, através do movimento indígena, bem como das associações internas e externas, com indígenas e não-indígenas. Reconhece-se essa iniciativa como o processo de fortalecimento da participação política indígena na sociedade brasileira (MOURA, 2001; SANT’ANA, 2004; FERREIRA, 2004).

A principal bandeira do movimento indígena brasileiro² é a luta pela terra. O campo político, no qual se estabelecem as relações entre peritos, etnia, tribunais e proprietários das terras reivindicadas são conflituosos. Todos os atores sociais em destaque se engajam na produção de provas que lhes garantam determinado território. Os

¹Aldeinha é a primeira aldeia urbana do Brasil. Em 1933 foi fundada por um grupo de Terena que se deslocavam da Aldeia de Buriti para a Aldeia de Cachoeirinha devido a conflitos internos. Em 1965, com a criação do município de Anastácio (antiga Margem Esquerda do Rio Aquidauana, município homônimo ao rio), a Aldeia fora impactada pelo processo de urbanização. Em 1986, sentindo-se ameaçados pela possibilidade de desterritorialização, os Terena se organizaram aos moldes de uma aldeia rural (MOURA, 1994).

² Para Luciano (2006:58) Movimento Indígena “é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos.” Salienta ainda que para ser incluído neste movimento basta o indígena pertencer formalmente a uma aldeia ou organização indígena e produzir ações, aspirações e projetos voltados para as populações indígenas.



fazendeiros com seus assessores (advogados, antropólogos, historiadores, etc.) buscam o maior número de indícios para continuar a desfrutar dos títulos adquiridos. Os indígenas, através de suas lideranças, promovem reuniões e indicam provas a serem utilizadas pelos peritos e ficam, constantemente, à disposição desses. Os juízes aguardam um laudo bem fundamentado que os instrumentalize no julgamento da questão.

Os Terena acompanham passo a passo o trabalho dos peritos, desde sua chegada até sua saída da área indígena. Indígenas esses que, na primeira metade do século passado, estavam fadados a desaparecer, segundo seus estudiosos e *protetores*. Chegaram à segunda metade em número cada vez mais crescente quantitativa e politicamente. Apropriaram-se dos saberes nos âmbitos das instituições políticas, da legislação e dos espaços sociais produzidos pela sociedade brasileira relativos à educação, a saúde, ao trabalho, à segurança e ao lazer, nos quais passaram a circular e intervir. Aprenderam a transitar nos espaços da sociedade brasileira, porém continuam reproduzindo seus *códigos de civilidade* interna e externamente às suas aldeias (AZANHA, 2004).

Todo esse movimento tem início ainda no século XIX, porém a legislação indigenista vigente naquele contexto era totalmente adversa aos povos indígenas (CUNHA, 1992).

Vejam como os Terena vêm ao longo do século XX desenvolvendo táticas de recuperação dos territórios que consideram serem tradicionais para sua etnia.

Os Terena estão presentes na região do Baixo Pantanal (atual Mato Grosso do Sul) desde a segunda metade do século XVIII. Durante o conflito platino entre o Brasil e o Paraguai (1864-70), no século seguinte a sua fixação em aldeamentos missionários católicos e aldeamentos menores espontâneos, deixaram seus territórios, os quais reconheciam como tradicionais, refugiando-se nas encostas da Serra de Maracaju. Ao retornar, após o término da guerra, se depararam com uma nova situação territorial. Suas antigas aldeias abrigavam ex-combatentes que se valiam de suas patentes de guerra para negociar com o governo do Estado de Mato Grosso. A partir de então, algumas lideranças Terena iniciaram verdadeiras cruzadas para recuperar suas antigas posses (MOURA, 2009).

Dado o limite dessa investigação, destacamos apenas duas situações reivindicativas dessa etnia. A primeira ocorreu na época em que o Marechal Cândido Mariano Rondon estava desenvolvendo atividades integracionistas na região de Mato Grosso, no início do século XX. E a segunda foi marcada pelo processo de ampliação da Terra Indígena Taunay/Ipegue, cujo início se



deu em 1985. Portanto, uma localizada no início do século e a outra em suas décadas finais.

No final do século XIX, alguns agrupamentos de famílias terena, cujos assentamentos remontam as décadas de 1860, continuaram mantendo intenso contato com os governos estaduais e federal. Seus capitães, que estiveram diretamente envolvidos nas disputas fronteiriças ao lado do Brasil, exibiam seus uniformes e patentes nas incursões que faziam rumo à sede do governo federal para reivindicar a retomada de suas antigas aldeias.

O Capitão José Pedro (Pirainha), o Capitão Alexandre Bueno (Naxe-Daxe) e o Capitão Joaquim Victorino (Brejão), são alguns líderes Terenas que promoveram encontros e negociações com o governo brasileiro. Em um trecho de sua “Mudança Cultural Terena”, Altenfelder Silva (1949) registra os aldeamentos Terenas no território denominado Miranda, no pós-guerra.

Pouco após a campanha do Paraguai, habitavam os Terena, segundo eles próprios informam, as seguintes aldeias: *Ipegue* (em área compreendida entre as atuais aldeias de Ipegue e Bananal); *Imokovookoti* (nas imediações da atual aldeia de Cachoeirinha); *Tuminiku* (nas proximidades da atual aldeia de Bananal); *Coxi* (próxima ao córrego de Taquari); *Naxe-Daxe* (nas proximidades do córrego do mesmo nome); *Háokoé* (nome Terena para a fruta do pindó; situava-se a aldeia a uma légua de *Tuminiku*); *Moreirae Akuleá* (ambas nas proximidades de

Miranda); *Kamakuê* (próxima à atual aldeia de Duque Estrada); *Brejão* (próxima a Nioaque); *Limão Verde* (próxima a Aquidauana); *Cerradinho* (na área do atual Município de Campo Grande). Nessa época estimavam-se os Terena entre 3 e 4 mil. (SILVA, p. 281, 1949).

O Terena Joaquim Victorino que habitava a aldeia de Naxe Daxe, na região de Miranda, tornou-se conhecido como *Capitão Vitorino*, quando da perda das terras dessa aldeia para os fazendeiros naquela região. Transferiu-se junto com demais Terena para a região de Nioaque, constituindo muito tempo depois a Reserva Indígena de Brejão (Capitão Vitorino). “Já antes, em 20 de março de 1883, o Diretor dos Índios das Aldeias do município de “Miranda”, Antonio Xavier Castello, o nomeará [Capitão Vitorino] para chefe da Aldeia “Naxe Daxe”, que foi depois invadida e demarcada para fazenda de particular, como si isso não constituísse uma iniquidade! Aquella aldeia fôra visitada em 1866 por Taunay” (HORTA BARSOSA, 1924, p. 10) (grifo nosso).

Segundo o referido relatório *Naxe Daxe* foi invadida desde 1883 e seus habitantes deslocaram-se para *Brejão* no município de Nioaque. *Capelinha* também deixou de existir como aldeia. Assim como *Agachi* tornou-se, propriedade particular. Os índios - Kinikinão - que ali se encontravam foram transferidos para outras localidades. Os referidos indígenas perderam suas terras, consideradas devolutas, para Antonio Leopoldo Pereira



Mendes, que dali os expulsou em 1908, mais ou menos, como fico evidente no trecho a seguir “Existem alli uns 15 índios que pretendem se mudar para o Posto de Lalima, já tendo muitos delles para alli se mudado” (FUNAI, 1925).

Após a constatação da perda de seu antigo território, as lideranças Terena procuraram salvaguardar os limites nos quais passaram a viver, conforme citação acima de Altenfelder Silva. Dessa feita, na passagem de Rondon por Mato Grosso, teceram reclamações a respeito de suas relações com os regionais e denunciaram os esbulhos cartoriais produzidos pelo Estado de Mato Grosso, juntamente com os fazendeiros titulados proprietários. Reconheceram o Rondon como representante do governo federal e o governo, por sua vez, incumbiu o militar de realizar a demarcação da área indígena de Taunay/Ipegue e Cachoeirinha no ano de 1905, antes mesmo da criação do Serviço de Proteção ao Índio (1910).

Com o processo de territorialização produzido pelo governo brasileiro, os Terena começaram a povoar as reservas de Cachoeirinha e Taunay/Ipegue. Reproduziram paulatinamente sua forma de organização espacial criando internamente várias aldeias. Atualmente, a Terra Indígena de Taunay/Ipegue está dividida em sete aldeias (Bananal, Água Branca, Morrinho, Imbirussú,

Lagoinha, Ipegue e Colônia Nova), cuja população é de mais ou menos 4.161 habitantes.

Em 1985, as lideranças Terena de Taunay/Ipegue ingressaram uma ação na FUNAI requerendo a ampliação da reserva de 6.461 para 30.000 hectares mais ou menos. As fazendas no entorno foram tidas como dentro do território tradicional dessa etnia. Desde então, os proprietários começaram um movimento para impedir a mobilidade indígena dentro de seus limites. Os anciãos indígenas reconstroem o mapa territorial dos Terena através da memória de locais sagrados, locais de coleta de frutos, pesca e caça de animais silvestres. Tomam os cursos d'água como limites naturais. Entretanto, na época da seca os marcos naturais, praticamente, desaparecem. Justificam o movimento pela terra como sendo uma forma de preservação do *modus vivendi* e da identidade étnica.

Da mesma forma que os Terena se organizam, os fazendeiros, por seu turno, contratam historiadores e antropólogos para fazerem as suas defesas. No caso acima destacado a querela se estende por mais de duas décadas. Entretanto, no ano de 1999, os Terena recuaram no processo de ampliação aceitando a homologação da atual área de seis mil e poucos hectares. Explicam que naquele momento, a melhor tática era recuar para garantir aquele chão para seus filhos e netos



para em seguida reatualizar a demanda da ampliação. Anos depois, recomeçam o movimento de reocupação das terras das fazendas circunvizinhas.

Demonstram que as fazendas foram abertas pelas mãos Terena, bem como as cercas foram eles que construíram. Muitos como o Cacique de Imbirussú, o Sr. Jurandir, se lembra quando há quase trinta anos atrás auxiliou seu pai na construção da cerca da Fazenda Cristalina. Identificam locais sagrados como o cemitério que havia na referida fazenda, o qual foi destruído pelas máquinas que abriram as invernadas para a criação de gado bovino.

O processo de ampliação está aberto e recentemente foi instrumento de uma Inspeção Judicial acompanhado por todas as partes interessadas. Os Terena são categóricos ao afirmar que nunca abriram mão de seu território tradicional, pois nunca se afastaram das fazendas, nas quais trabalhavam como peões, changueiros e lavradores. Só muito recentemente, foram impedidos de ultrapassar as cercas das propriedades privadas.

As duas situações reivindicativas em destaque demonstram que essa etnia e seus “guerreiros” (autodenominação dos homens que vão para a frente dos embates com os fazendeiros) estão dispostos a retomar seus territórios, ao menos esses dos quais não se

apartaram, para dar continuidade *ao seu jeito de ser Terena*.

Portanto, os Terena atuais, pelo que pudemos perceber, foram tomando consciência de seu lugar social dentro da sociedade brasileira. A partir desse movimento foram traçando novas estratégias políticas para ocupar novos espaços sócio-políticos. A arte da dissimulação faz parte do conjunto de táticas de negociação dos Terena e é amplamente utilizada pelas lideranças. Essas costumam concordar e aceitar as propostas que lhes são feitas em espaços não-índigenas de poder. Muitas vezes se comprometem a desenvolver as atividades propostas que lhes são favoráveis. Ou seja, concordam e se propõem a executar as atividades desde que sua população as aceite. Entretanto, se o grupo de apoio na aldeia discordar dos encaminhamentos propostos, simplesmente engaveta o projeto e suas ações.

Por fim, a dissimulação é uma maneira de deixar de fazer aquilo com o que não se identificam ou que avaliam não ser útil para a aldeia. Dessa forma, Certeau (1994) diria que essa é uma ação reflexiva daqueles grupos subalternos que subvertem a ordem imposta ao invés de submeter-se totalmente. Ao passo que o não-índio espera a rendição e a submissão, os indígenas *metaforizam a ordem dominante*, fazendo funcionar as suas leis e suas representações num outro registro, no



quadro de sua própria tradição. O autor de *A Invenção do Cotidiano* fala de *micro-liberdades e micro-poderes* produzidos pelos que não detêm a hegemonia política, no caso em questão os Terena.

Referências

SILVA, F. A. **Mudança Cultural dos Terena**. Revista do Museu Paulista, São Paulo, nº 8, V. III, 1948.

AZANHA, G. **As Terras Indígenas Terena no Mato Grosso do Sul**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2, n.1, p.61-111, jul. 2004

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CUNHA, M. C. **Legislação indigenista do século XIX – Uma compilação (1808-1889)**. São Paulo: EDUSP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

FERREIRA, A. C. **Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e História das Relações de Poder entre os Terena e o Estado Brasileiro**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

FUNAI. **Relatório de 1925, apresentado para o Senhor Doutor José Bezerra Cavalcante – Director do Serviço de Proteção aos Índios**. Microfilme 379, fotg. 1600-1614, DEDOC, Arquivo da FUNAI, Brasília).

HORTA BARBOSA, N. B. **Memorial relativo à demarcação das Terras de Brejão**. Campo Grande, 1924, 27 pp. In: Processo 1059/82, CGAF, FUNAI, Brasília.

LUCIANO, G. J. dos S. **O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje**. 1. ed. Brasília: MEC/SECAD MUSEU NACIONAL/UFRJ, 2006. v. 1. 232p.

MOURA, N. S. P. **O Processo de Terenização do Cristianismo na Terra Indígena TAUNAY/IPEGUE no século XX**. Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP-SP, 2009.

SANT'ANA, G. R. **A Dinâmica do associativismo Terena no espaço Urbano**. Marília, SP, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 2004. (não publicada).



DOI: 10.30612/re-ufgd.v4i8.7791

**PRODUÇÃO DE FENO ORGÂNICO COMO ESTRATÉGIA DE SUPLEMENTAÇÃO
VOLUMOSA PARA RUMINANTES PRODUZIDOS NAS COMUNIDADES RURAIS DE
MATO GROSSO DO SUL**

Organic hay production as roughage supplementation strategy for ruminants produced in rural
communities of Mato Grosso do Sul

¹Euclides Reuter de Oliveira;

²Elaine Barbosa Muniz;

¹Andrea Maria de Araújo Gabriel;

³Flávio Pinto Monção;

¹Jefferson Rodrigues Gandra;

¹Érika Rosendo de Sena Gandra;

⁴Thaís Lemos Pereira;

¹Mábio Silvan José da Silva;

⁵Willian da Silva Gouvea;

⁵Adrielly Aparecida do Carmo;

⁵Cibeli de Almeida Pedrini;

⁵Roni Ailson Stefanés Becker

Recebido em 26/03/2017

Aceito em 15/12/2017

Resumo: Objetivou-se por meio deste evento relacionar aspectos referentes à implantação de uma área demonstrativa na UFGD para a produção de feno orgânico, visando proporcionar suporte na alimentação de bovinos de corte nas comunidades rurais de Dourados/MS. Assim, foram efetuados enfoques caracterizados como: forrageiras indicadas para fenação; etapas do processo de fenação; qualidade e valor nutritivo do feno; perdas durante o processo de fenação; uso do feno pelos animais e avaliação econômica da utilização do feno. Na prática, houve demonstração da implantação, corte, desidratação da forragem verde, enleiramento, viragem, enfardamento e armazenamento. No processo de enfardamento utilizou-se uma enfardadeira horizontal acoplada ao trator e foram realizadas análises laboratoriais para servir como banco de dados aos produtores e aos demais interessados. O evento foi divulgado por meio do contato verbal, cartazes e por distribuição de folders em locais estratégicos. O evento proporcionou uma demonstração teórico-prática dos processos de fenação, com participação de produtores rurais, assentados, quilombolas e discentes de vários cursos. O evento supriu as necessidades de conhecimento do público, além de oferecer conhecimento de manejo vegetal de forma orgânica.

Palavras-Chave: Extensão. Fenação. Forragem. Produção animal.

¹ Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, euclidesoliveira@ufgd.edu.br; ²UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, PR, ebmuniz@yahoo.com.br; ³Pós Doutorado da Unimontes/Janaúba-MG, moncaomoncao@yahoo.com.br; ⁴Mestranda de Zootecnia da UFGD, thais-lemos01@hotmail.com; ⁵Discentes do curso de Zootecnia da UFGD.

Abstract: The objective of this event was to describe all aspects related to the implementation of a demonstration area, at the Federal University of Grande Dourados (UFGD), for organic hay production aiming to provide support in the feeding of beef cattle in the rural communities of Dourados/MS. Therefore, the hay day field demonstration featured information about the forage species for hay production, stages of the haymaking, quality and nutritional value of hay, losses during the haymaking process, the use of hay in animal feeding and economic evaluation of hay utilization. In practice, there was a demonstration of the steps of haymaking: implantation, mowing, tedding of the green forage, raking, baling and storage. A horizontal baler was used to bale the hay, and it was coupled to the tractor. The laboratory analysis was performed to serve as a database to producers and other interested parties. The event was publicized through verbal contact, posters, and distribution of folders at strategic locations. The field day provided a theoretical-practical demonstration of the processes of haymaking, with the participation of rural producers, settlers, quilombolas and students from several courses. Overall, the event meet the knowledge needs of the public, as well as providing knowledge about organic management.

Key words: Extension. Haymaking. Forage. Animal Production.

Introdução

A produção de ruminantes no Brasil baseia-se no uso de plantas forrageiras como principal fonte de nutrientes para os animais ao longo do ano (BARBERO et al., 2015). De acordo com os mesmos autores, isso ocorre porque nesses sistemas, o custo de produção é, normalmente, inferior aos sistemas intensivos de produção, tornando o produtor brasileiro cada vez mais competitivo no mercado interno e externo.

No entanto, a produção de forragem ao longo do ano não é constante, afetando a produção animal. Dessa forma, estratégias de suplementação dos animais são necessárias para continuidade do desempenho animal e a manutenção do produtor rural no campo. Dentre as estratégias de suplementação, a produção de feno é uma técnica que existe desde tempos remotos. Mesmo assim, os produtores

atuais, principalmente os pequenos produtores, ainda são muito dependentes de informações básicas que varia desde a escolha da melhor forrageira a ser fenada ao processo de fenação propriamente dita. Isso acontece porque os pequenos produtores nem sempre tem disponibilidade de recursos para contratar técnicos para orientação ou tempo para participar de eventos privados com tal finalidade.

Sendo assim, a extensão rural nas Universidades aliada com as informações geradas pela pesquisa tem o grande desafio de acessar os produtores e transmitir as informações necessárias e acompanhar sua aplicação no desenvolvimento rural (PEIXOTO, 2008; GABRIEL et al., 2015).

A extensão rural se caracteriza de várias formas, sendo destaque para formação profissional do cidadão e se credencia, cada

vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes, como prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população (SHEIDEMANTEL et al., 2004; OLIVEIRA et al., 2012).

Os conhecimentos gerados nas Universidades muitas vezes não chegam às pessoas que necessitam destas informações. Diante disto, a extensão tem um papel fundamental para a democratização do acesso a essas informações que irá promover a aplicação dos resultados de tais pesquisas na prática e observando os seus resultados alcançados (OLIVEIRA et al., 2012; 2016d).

Uma das formas de promover esta aliança entre pesquisa e extensão é através do dia de campo que é um método de difusão de tecnologias agropecuárias no meio rural eficiente e de baixo custo. Este é um método antigo utilizado no Brasil que vem sendo usado desde a implantação do Serviço de Extensão Rural. O dia de campo poderá ser desenvolvido para diferentes objetivos tais como exploração de culturas, criações e agroindústrias entre outros. Podendo tratar ao mesmo tempo, de um ou vários temas referentes a uma ou mais explorações agropecuárias e/ou agroindustriais (SILVA e

SILVA, 2013). O dia de campo, independentemente de ser de dia ou à tarde, busca despertar o interesse e a aplicação mais rápida da tecnologia que está sendo apresentada. As pessoas vão adquirindo o conhecimento e descobrindo qual o melhor caminho a seguir em função das suas necessidades no meio rural (SILVA e SILVA, 2013).

Atualmente, uma necessidade que vem crescendo no campo é a produção de alimentos orgânicos. Existem cerca de dois milhões de agricultores orgânicos estabelecidos em 80% dos países em desenvolvimento, movimentando 60 bilhões de dólares em produtos anualmente. A ascensão do mercado de produtos naturais e orgânicos segue uma tendência mundial de aumento da demanda por produtos e serviços que proporcionam saúde e bem-estar (FEIDEN et al., 2002). Soma-se a esse fator a crescente desconfiança de alguns setores da sociedade em relação à indústria moderna, que trouxe uma série de facilidades à vida cotidiana. Aumentou, também, significativamente a manipulação de químicos persistentes no meio ambiente, com graves consequências para a saúde humana e para os ecossistemas naturais (DIAS et al., 2015).

Com base no exposto, objetivou-se a avaliar a importância do dia de campo com

ênfase na demonstração das técnicas envolvidas na produção de feno orgânico para produtores rurais, alunos e técnicos envolvidos com a agropecuária da região da Grande Dourados e Centro-Sul do Mato Grosso do Sul.

Materiais e Métodos

A ação de extensão, Produção de feno orgânico, vem sendo desenvolvido na Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Grande Dourados desde o ano de 2007. Mas foi abordada a ação ocorrida no ano de 2016, que apresentou carga horária total de 500 horas. Sendo de abrangência regional, onde o público alvo foram os produtores rurais, estudantes universitários, professores, técnicos agrícolas e a comunidade geral da Grande Dourados.

Vários estudos, debates, congressos foram realizados sobre os problemas da alimentação animal, visando aprimorar os métodos ou procedimentos até então adotados para aumentar a oferta de carne e leite.

Em novembro de 2016, foi realizado um dia de campo nas dependências da Faculdade de Ciências Agrárias/UFGD, Dourados, MS abordando temas atuais relacionados à produção animal/vegetal com ênfase na produção de feno no processo orgânico. Os enfoques do trabalho foram:

ferragens indicadas para o processo de fenação, etapas do processo de fenação, qualidade e valor nutritivo do feno, perdas durante o processo de fenação, uso do feno pelos animais, avaliação econômica da utilização do feno e as formas de adubação orgânica conforme o Ministério da Agricultura.

Na prática, foi realizada a demonstração da implantação, corte, desidratação da forragem verde, enleiramento, viragem, enfardamento e armazenamento. No processo de enfardamento foi utilizada uma enfardadeira horizontal acoplada ao trator, e amostras foram coletadas para realizar análises laboratoriais para servir como banco de dados aos produtores e aos demais interessados.

Acoplado ao dia de campo, experimentos prévios foram realizados comparando genótipos de *Cynodon* com potencial promissor para produção de forragem na região. Além disso, foi avaliada a melhor idade de corte de cada genótipo (OLIVEIRA et al., 2013; 2014; 2016abce; MONÇÃO et al., 2014; 2016).

O evento foi divulgado por meio de contato verbal, cartazes e por distribuição de folders em locais estratégicos.

Resultado e Discussão

No campo agrostológico da UFGD/FCA existe o cultivo de várias espécies e cultivares de forrageiras com potencial de utilização para produção de feno. Esse contato do público com as plantas foi fundamental na geração de novos conhecimentos. Na prática, foi possível abordar os pontos positivos e negativos envolvidas nas escolhas corretas dos genótipos para fenação. Além disso, o contato dos produtores com genótipos com outras finalidades, como os cultivares do gênero *Pennisetum*, despertou outras possibilidades de suplementação dos animais.

No que tange a fenação, o enfoque foi para os genótipos de *Cynodon*. Práticas de curtição do esterco e de outras fontes de matéria orgânica foi abordada e demonstrada no evento, o que possibilitou a geração de conhecimentos sólidos por parte dos integrantes sobre as práticas orgânicas utilizadas nesse sistema de produção. A adoção do sistema orgânico vai de encontro com o desenvolvimento sustentável que estabelece que as necessidades da atual geração sejam atendidas sem comprometer as gerações futuras, ou seja, não ocorrendo o esgotamento dos recursos naturais. Trabalhar de forma sustentável envolve estudar, planejar e programar ações sempre pensando no hoje e no amanhã, abordando os aspectos

econômicos, sociais e ambientais (MAZZOLENI e NOGUEIRA, 2006).

Houve esclarecimento entre os principais cuidados nos procedimentos de execução de enfardar para os produtores rurais, estudantes profissionais da área. O enfardamento não é condição única para a produção de feno, mas é condição prática que facilita o armazenamento, transporte, manuseio e comercialização. O objetivo é reduzir o volume de forragem pela compactação, aumentando a densidade. Isso irá proporcionar maior quantidade de feno que poderá ser armazenada em menor espaço. Quando se armazena em fardos, o feno tem melhor conservação e também possibilita um maior controle da quantidade disponível (EVANGELISTA e LIMA, 2013).

O trabalho gerou dados com as análises laboratoriais realizadas na UFGD e esses foram colocados em um banco de dados que futuramente poderá ser utilizado para uma consulta sempre que for necessário. Os bancos de dados são importantes para que se possa, em algum momento, serem utilizados em pesquisas, para efeitos comparativos com outros trabalhos e outras situações que julgar necessário. Na Tabela 1, pode ser verificado os resultados da composição química bromatológicas (DETMANN et al., 2012) dos diferentes genótipos na idade de corte de 50 dias.

Tabela 1. Valores médios da composição bromatológica dos diferentes genótipos pertencente ao gênero *Cynodon*.

Nutrientes	Feno					
	Jiggs	Vaquero	Tifton 68	Coast-Cross	Tifton 85	Russel
MS	92,65	92,86	92,56	92,88	92,43	92,58
PB ¹	12,63	10,98	12,3	10,36	11,91	11,47
FDN ¹	55,23	55,91	54,68	57,98	56,09	56,20
FDA ¹	23,68	21,60	24,15	25,03	23,69	23,94
Lig ¹	3,97	4,08	4,37	4,65	4,34	4,43
NDT ¹	70,46	72,08	70,09	69,40	70,46	70,26
MM ¹	6,36	6,07	6,21	5,92	5,78	6,12

¹Base da MS; NDT estimado de acordo com Patterson et al. (2000); MS: matéria seca; PB: proteína bruta; FDN: fibra em detergente neutro; FDA: fibra em detergente ácido; Lig: lignina; NDT: nutrientes digestíveis totais; MM: matéria mineral (Fonte: OLIVEIRA et al., 2014ab).

A partir dos resultados da pesquisa foi possível apresentar ao público a melhor idade de corte tendo a produção de matéria seca e teor de proteína bruta como variáveis impactantes no sistema de produção animal. A produção de matéria seca envolve a

eficiência e a diluição dos custos fixos de produção e o teor de proteína bruta, como nutricional mais oneroso da dieta dos animais. Sendo assim, foi estabelecida para a região uma melhor idade de corte (50 dias quando o genótipo é manejado no outono-inverno) dos genótipos avaliados (Figura 1).

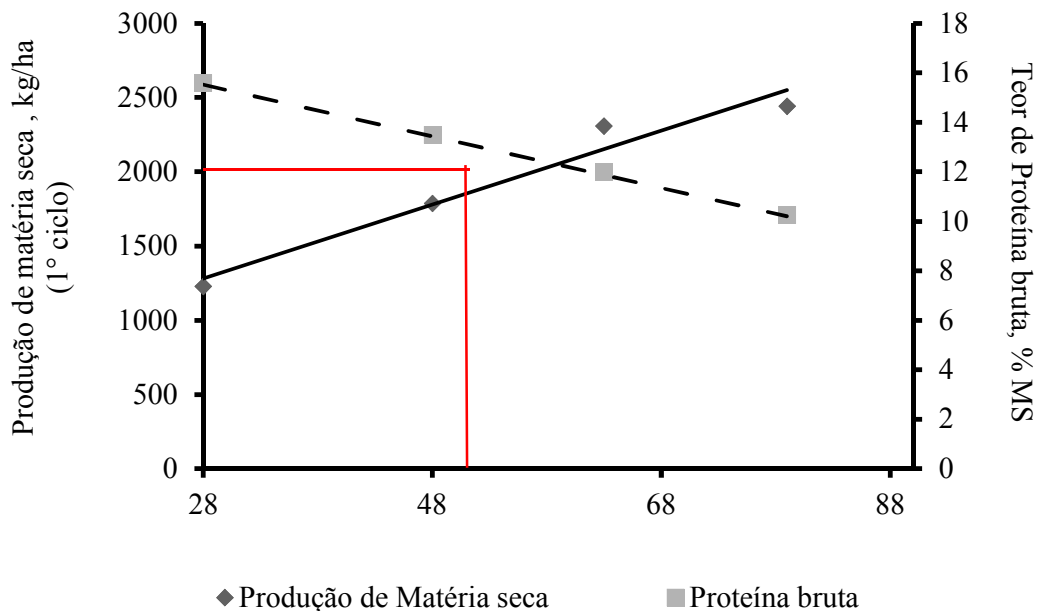


Figura 1. Produção de matéria seca e teor de proteína bruta de diferentes genótipos de *Cynodon* em diferentes idades de corte.

Essa transferência de tecnologias entre o meio acadêmico e o campo é o que dá suporte no crescimento da produção vegetal/animal na região e no país, gerando alimentos, emprego e renda, além de fortalecer a importância do homem no campo. A extensão universitária faz com que à comunidade acadêmica, viva uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Além disso, no retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (GABRIEL et al., 2015).

O correram melhorias das infraestruturas, ou seja, melhorias nas instalações físicas da UFGD tais como laboratório, equipamento e instalação de irrigação e, conseqüentemente, manutenção da unidade demonstrativa na Faculdade de Ciência Agrárias visando dar continuidade nos eventos de dia de campo. Ocorreu também uma integração acadêmica com articulação entre o ensino e a pesquisa, onde à estrutura montada serve para aulas práticas na graduação e pós-graduação e de pesquisa por meio do fornecimento de feno para os animais conforme os trabalhos publicados (OLIVEIRA et al., 2013; 2014; 2016; MONÇÃO et al., 2014; 2016).

Houve integração entre as áreas do conhecimento nos aspectos da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade entre os discentes e docentes da Faculdade de Ciências Agrárias–FCA e pela Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia- FACET. A interdisciplinaridade depende fundamentalmente de uma atitude de colaboração dos pesquisadores frente ao desafio de uma prática coletiva, com o objetivo de se produzir conhecimento novo, unitário e crítico.

A divulgação dos resultados permitirá que outras pessoas possam avaliar e, possivelmente, utilizar as informações que foram geradas e também poderá fazer com que a sociedade possa tomar conhecimento dos resultados de um trabalho de pesquisa e o que este representa para a coletividade (BROFMAN, 2012).

O trabalho promoveu a capacitação de recursos humanos para realização da atividade de dia de campo e orientação para os funcionários da fazenda da UFGD, onde se verifica que o treinamento é um processo educacional que pode gerar crescimento e mudanças, melhorando assim o espírito de equipe, integração e criatividade (OLIVEIRA et al., 2012). A capacitação do indivíduo é muito importante, pois será o que irá determinar os principais valores, permitindo analisar as possíveis

particularidades de cada pessoa, gerando assim um melhor aproveitamento da atividade.

A difusão e divulgação da tecnologia do dia de Campo gerou um grande impacto. Os resultados obtidos para a comunidade, público alvo, foram efetivos e eficientes por meio do conhecimento adquirido ocorrendo replicação da produção de feno. A produção de feno para uso como fonte de volumoso na dieta do rebanho é uma tecnologia pouco utilizada no Brasil, mas, se entendidas suas práticas de produção, observa-se que é técnica de fácil utilização e pode contribuir de forma significativa para elevar os índices zootécnicos e viabilizar economicamente o empreendimento agropecuário, tanto de forma direta como indireta (EVANGELISTA e LIMA, 2013).

O impacto econômico que ocorreu pela a produção de fardos de feno para alimentação animal da UFGD foi expressivo, o que levou a uma economia no sistema de produção. São vários os fatores que levam a baixa produtividade, porém a estacionalidade na oferta de forragem aos rebanhos, principalmente no período seco do ano (junho a outubro), gera impacto direto em todos os indicadores zootécnicos e reprodutivos nas atividades, como produção de leite, índice de parição, taxa de natalidade, mortalidade, dentre outros. O alimento feno, em relação a

outros volumosos usualmente utilizados na criação de ruminantes, apresenta muitas vantagens de qualidade e valor nutritivo da forragem, bem como de cunho operacional ou estratégico no dia-a-dia da propriedade (EVANGELISTA e LIMA, 2013).

Houve impacto social devido à relação dos participantes do projeto aliado ao público externo. O impacto social é um sinal importante para o sucesso dos negócios, onde os serviços prestados geram conhecimentos que poderão melhorar a produtividades e contribuir diretamente para aumento de renda das famílias dos participantes. Ao treinar os participantes eles poderão construir infraestrutura física, adquirir matérias primas, transferir tecnologias, e aumentar o acesso a produtos e outros serviços necessários.

O impacto ambiental por meio de adubações orgânicas foi positivo possibilitando uma cobertura de solo adequada colaborando para reconstituir o meio, para o retorno de se seu equilíbrio e

para melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos.

Conclusão

O evento proporcionou uma demonstração teórico-prática dos processos de fenação, com participação de produtores rurais, assentados, quilombolas e discentes de vários cursos. O evento supriu as necessidades de conhecimento do público, além de oferecer conhecimento de manejo vegetal de forma orgânica.

Agradecimentos

À Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; ao Núcleo de construção participativa do conhecimento em Agroecologia e Produção Orgânica; ao Centro vocacional tecnológico em Agroecologia e Produção Orgânica, em Mato Grosso do Sul; Fundect e aos órgãos de extensão rural de Mato Grosso do Sul.

Referências

BARBERO, R.P.; MALHEIROS, E.B.; ARAÚJO, T.L.R.; NAVE, R.L.G.; MULLINIKS, J.T.; BERCHIELLI, T.T.; RUGGIERI, A.C.; REIS, R.A. Combining Marandu grass grazing height and supplementation level to optimize growth and productivity of yearling bulls, *Animal Feed. Science and Technology*, v.209, n. 1, p.110–118, 2015.

BROFMN, P.R. Importância das publicações científicas. *Cogitare Enfermagem*, v.17, n. 3, p. 419-421, 2012.

DETMANN, E.; SOUZA, M. A.; VALADARES FILHO, S. C.; QUEIROZ, A. C.; BERCHIELLI, T. T.; SALIBA, E. O. S.; CABRAL, L. S.; PINA, D. S.; LADEIRA, M. M.; AZEVEDO, J. A. G. (Ed.). **Métodos para análise de alimentos**. Visconde do Rio Branco: INCT-Ciência Animal, 2012. 214 p.

DIAS, V.V.; SCHULTZ, G.; SCHUSTER, M.S.; TALAMINI, E.; RÉVILLION, J.P. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 161-182, 2015.

EVANGELISTA, A.R.; LIMA, J.A. Produção de feno. Conservação de alimentos para bovinos. **Informe Agropecuário**, v. 34, n. 277, p. 43-52, 2013.

FEIDEN, A.; ALMEIDA, D. L. de; VITOI, V.; ASSIS, R.L. Processo de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 19, n. 2, p. 179-204, 2002.

GABRIEL, A.M.A.; SOUZA, R.; OLIVEIRA, E.R.; ROSSINI, L.C.; MONÇÃO, F.P.; RAMOS, M.B.M.; GIMENES, L.S.; PEREIRA, T.L.; SILVA, E.C.P. Orientação em apiários no Assentamento Amparo, Dourados-MS. **Revista online de Extensão e Cultura Realização**, v. 2, n.3, p. 36-41, 2015.

MAZZOLENI, E.M.; NOGUEIRA, J.M. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. **RER**, v. 44, n. 02, p. 263-293, 2006.

MONÇÃO, F.P.; OLIVEIRA, E.R.; GABRIEL, A.M.A.; SOUZA, R.; MOURA, L.V.; LEMPP, L.; SANTOS, M.V. Degradabilidade ruminal de diferentes gramíneas do gênero *Cynodon* spp. em quatro idades de corte. **Agrária - Revista Brasileira de Ciências Agrárias**, v.9, n.2, p.301-307, 2014.

MONÇÃO, F.P.; OLIVEIRA, E.R.; GABRIEL, A.M.A.; NASCIMENTO, F.A.; PEDROSO, F.W.; FREITAS, L.L. Nutritional parameters of leaf blade from different tropical forages. **Scientia Agraria Paranaensis**, v. 15, n. 2, p. 185-193, 2016.

OLIVEIRA, E.R.; MONÇÃO, F.P.; GABRIEL, A.M.A.; GÓES, R.H.T.B.; LEMPP, B.; MOURA, L.V. Ruminal degradability of neutral detergent fiber of *Cynodon* spp. grasses at four regrowth ages. **Acta Scientiarum. Animal Sciences**, v. 36, n. 2, p. 201-208, 2014a.

OLIVEIRA, E.R.; MONÇÃO, F.P.; GORDIN, C.L.; GABRIEL, A.M.A.; LEMPP, B.; SANTOS, M.V.; REIS, S.T.; MOURA, L.V. Ruminal degradability of dry matter of leaves and stem of genotypes of *Cynodon* spp. four ages of regrowth. **Semina: Ciências Agrárias**, v. 35, n. 5, p. 2659-2672, 2014b.

OLIVEIRA, E.R.; MONÇÃO, F.P.; GABRIEL, A.M.A.; SILVA, L.H.X.; CARBONARI, V.M.S.; PEDROSO, F.W.; PEREIRA, T.L.; NASCIMENTO, F.A. Valor nutricional do colmo de gramíneas tropicais. **Scientia Agraria Paranaensis**, v. 15, n. 3, p. 256-264, 2016a.

OLIVEIRA, E.R.; GABRIEL, A.M.A.; MONÇÃO, F.P.; FARIAS, M.F.L.; PEIXOTO, P.P.P.; RAMOS, M.B.M.; MOURA, L.V.; PEREIRA, T.L.; GANDRA, J.R.; SANTOS JUNIOR, E.A. Extensão universitária como estratégia de desenvolvimento na Comunidade Quilombola de Dourados/MS. **Revista online de Extensão e Cultura Realização**, v. 3, n.1, p. 35-44, 2016b.

OLIVEIRA, E.R.; MONÇÃO, F.P.; GABRIEL, A.M.A.; FERNANDES, A.R.M.; MOURA, L.V.; NASCIMENTO, F.A. Performance and digestibility in feed lot lambs fed hay based diets. **Acta Scientiarum. Animal Sciences**, v. 38, 4, p. 425-430, 2016c.

OLIVEIRA, E.R.; MONÇÃO, F.P.; RAMOS, M.B.M.; GABRIEL, A. M. A.; FARIAS, M.F.L.; MOURA, L.V. Práticas extensionistas no desenvolvimento sustentável da comunidade quilombola de Dourados, Mato Grosso do Sul. **Em Extensão**, v. 11, n. 2, p. 82-95, 2012.

PATTERSON, T.; KLOPFENSTEIN, T. J.; MILTON, T.; BRINK, D. R. Evaluation of the 1996 beef cattle NRC model predictions of intake and gain for calves fed low or medium energy density diets. **Nebraska Beef Report**, Nebraska, p. 26-29, 2000.MP 73-A.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil- uma abordagem histórica da legislação, Texto para Discussão**, 48 – ISSN 1983-0645, 2008.

REIS, R. A.; TEIXEIRA, I. A. M. DE A.; SIQUEIRA, G. R. Impacto da qualidade da forragem na produção animal. **Anais de Simpósio da 43ª Reunião da SBZ**, João Pessoa, PB, 2006.

SCHEIDEMANTEL, S.E.; KLEIN, R.; TEIXEIRA, L.I. A importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

SILVA, A.P.G; SILVA, G.G. **Planejando e executando o dia de campo**. Recife, instituto agrônomo de Pernambuco, IPA, 2013, 38 p.

DOI: 10.30612/re-ufgd.v4i8.7664

A ÍTERI JR. E O MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR COMO INSTRUMENTOS DO ECOSISTEMA EMPREENDEDOR DO MATO GROSSO DO SUL

Íteri Jr. and the Junior Enterprise Movement as tool of the Entrepreneurial Ecosystem of Mato Grosso do Sul

Hermes Moreira Jr.¹
Elis Poli Chiachio²
Renata Ruiz Simas³

Recebido em 09/03/2017

Aceito em 15/12/2017

Resumo: O presente artigo se propõe a discutir como as empresas júniores são relevantes no debate sobre ecossistemas empreendedores. Como foco teremos a Íteri Jr., Empresa Júnior do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Através da apresentação de sua trajetória institucional e de consultorias prestadas, abordaremos o funcionamento do Ecosistema Empreendedor do Mato Grosso do Sul. O movimento empresa júnior no estado começou de fato em 2012, com a caracterização da Íteri Jr. como sendo a primeira empresa júnior na região a atuar em rede. Após sua fundação, outros universitários de outros cursos foram inspirados e novas empresas júniores começaram a surgir dentro dessa mesma perspectiva, o que levou à fundação da Federação de Empresas Júniores do Mato Grosso do Sul. Nesse contexto será apresentado que, a economia tradicional da região não deve ser tomada como fator limitante das possibilidades de desenvolvimento econômico e as empresas júniores do estado vieram justamente para potencializar este desenvolvimento de forma acessível e de qualidade.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Ecosistema Empreendedor. Movimento Empresa Júnior.

Abstract: This article aims to discuss how college start-ups are relevant in the debate on entrepreneurial ecosystems. We will have look on Íteri Jr., college start-up of the UFGD's International Relations course. Through the presentation of its institutional trajectory and consulting services provided, we will cover the operation of the Entrepreneurial Ecosystem of Mato Grosso do Sul. The college start-up movement in the state was born in 2012, with the characterization of Íteri Jr. as being the first college start-up in the region to act in network. After its foundation, other university students were inspired and new junior companies began to emerge within the same perspective, to create the Federation of College Start-Ups of Mato Grosso do Sul. In this context, it will be presented that the traditional economy of the region should not be taken as a limiting factor of the possibilities to economic development and the college start-ups came precisely to enhance this development.

Key-words: Entrepreneurship. Entrepreneurial ecosystem. College start-up movement.

¹ Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados. É orientador da Íteri Jr. (hermesmoreira@ufgd.edu.br)

² Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Grande Dourados. Foi membro da Diretoria da FEJEMS. (elispolichiachio@gmail.com)

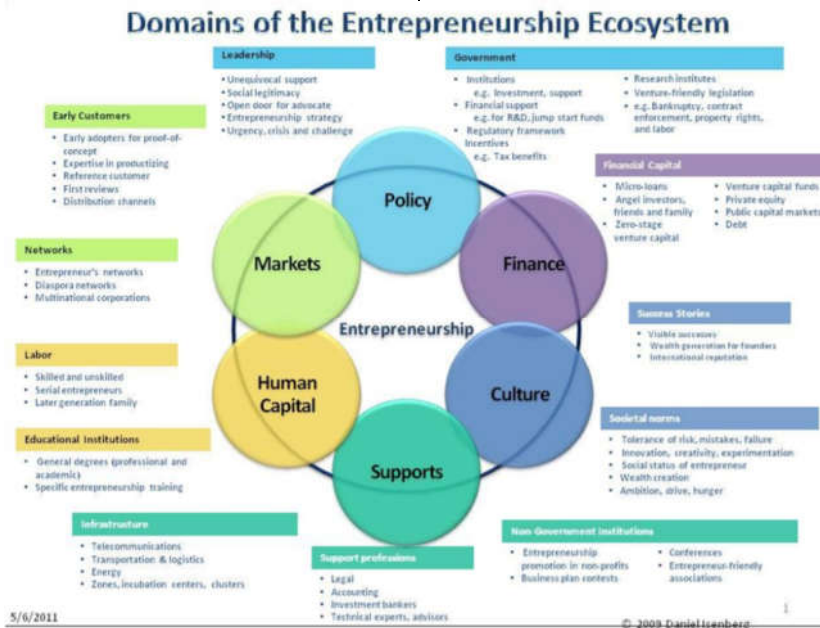
³ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Grande Dourados. Foi membro da Confederação Brasileira de Empresas Júniores/Brasil Júnior. (ruizsrenata@gmail.com)

Introdução

Um ecossistema, conforme a Biologia, é um ambiente onde diversos atores interagem para a sua sobrevivência, interação e desenvolvimento. Do mesmo modo, em nossa sociedade, essa interação existe e pode surgir com finalidades diversas. Neste artigo, abordaremos um ecossistema que é um ambiente dotado de atores que, em maior ou menor grau, contribuem para o desenvolvimento do empreendedorismo através de suas interações: o ecossistema empreendedor. Esse conceito é trazido pelo

professor de Harvard, Daniel Isenberg, quando debate a formação e desenvolvimento de ecossistemas empreendedores em seu projeto “*The Babson Entrepreneurship Ecosystem Project*”.

Isenberg defende que um ecossistema empreendedor possui esferas que o conforma, sendo elas: finanças, política, cultura, suporte, capital humano e mercados (Isenberg, 2011), conforme ilustrado abaixo. O conjunto e funcionamento pleno dessas esferas favorecem e aquecem um ecossistema empreendedor.



Fonte: ISENBERG, 2011.

Pensando nesses pilares, este artigo se propõe a discutir o ecossistema empreendedor do Mato Grosso do Sul através da ótica da Ínteri Jr.- Empresa Júnior de Relações Internacionais da Universidade

Federal da Grande Dourados. Analisaremos também o impacto das empresas júniores, associações civis sem fins lucrativos formadas no âmbito acadêmico nas quais seus membros, os universitários, prestam

serviços de consultorias majoritariamente a micro e pequenos empreendedores, nos pilares de formação do ecossistema empreendedor de Daniel Isenberg apresentado acima. Para isso, discutiremos na primeira seção as bases teóricas que fundamentam a constituição de empresas júniores no interior das universidades e a gênese do Movimento Empresa Júnior no Brasil. Na sequência, apresentamos a trajetória de criação e institucionalização da Ínteri Júnior, a empresa júnior do curso de Relações Internacionais da UFGD. Por fim, analisamos a articulação do Movimento Empresa Júnior em rede no Mato Grosso do Sul e as potencialidades de sua atuação para o desenvolvimento regional.

Empreendedorismo e Movimento Empresa Júnior no Brasil

O empreendedor, no senso comum, é entendido como aquele indivíduo que tem o seu negócio próprio e não depende de terceiros para operar. Todavia, segundo Schumpeter (1961), empreender é inovar a ponto de criar condições para uma radical transformação de um determinado setor, ramo de atividade ou território onde o empreendedor atua. Schumpeter também afirma que o empreendedor é aquele indivíduo que é capaz de ter sucesso com inovações. Ou seja, empreender vai além de abrir uma empresa e diz respeito a uma série de atitudes inovadoras de quem pratica o

empreendedorismo e contribui para inovações e transformações radicais em seu entorno social (BRAGA MARTES, 2010).

Partindo desta definição, é possível que se empreenda independentemente da formação ou do setor profissional em que esteja atuando. Gifford Pinchot (1985) trouxe a ideia de intraempreendedorismo, ou seja, empreender internamente em uma organização. Nesse sentido, esse conceito tem sido usado para motivar e incentivar que cada vez mais os profissionais se sintam incomodados com a realidade e estejam sempre em busca de melhorias nos seus espaços de atuação de forma inovadora e criativa. Mais do que apenas empreendedorismo, fala-se sobre cultura empreendedora: a capacidade e o anseio de empreender na realidade a sua volta não importa qual seja ela. O empreendedor de fato não pode ser acomodado com a situação em que está inserido.

A Endeavor, maior organização que apoia empreendedores brasileiros e dissemina conteúdo sobre o tema, traça o perfil do empreendedor de impacto: otimista, curioso, corajoso, confiante, protagonista e perseverante em suas ações. Pessoas com essas características são cada vez mais procuradas no mercado e, aprender e colocar em prática tais atitudes ainda na formação do profissional tem se tornado importante para recrutadores de grandes organizações, que

estão sempre em busca de jovens talentos que promovam a mudança em suas empresas.

No Brasil, a iniciativa para desenvolver jovens com esse perfil vem do Movimento Empresa Júnior, que se constitui a partir de 1988 com a abertura da primeira empresa júnior do país, a EJFGV (Empresa Júnior da Fundação Getúlio Vargas). O modelo, vindo da França, surgiu com a intenção de colocar em prática o que era aprendido em sala de aula e, ao mesmo tempo, impactar a sociedade com os projetos de consultoria das mais diversas áreas de atuação, desenvolvidos exclusivamente pelos alunos. Sendo assim, uma empresa júnior é uma empresa como qualquer outra, a diferença é que ela existe dentro da universidade e é gerida por acadêmicos, sob a supervisão de um professor orientador que auxilia nos projetos.

Recentemente, as empresas júniores passaram a ser amparadas pela Lei 13.267/2016, que regulariza todas as atividades realizadas por essas organizações. Após a iniciativa pioneira da EJFGV, surgiram outras empresas júniores inicialmente nos estados de São Paulo, Bahia,

Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Posteriormente foram se espalhando e o conceito se capilarizou a nível nacional, formando uma rede nacional de empresas júniores.

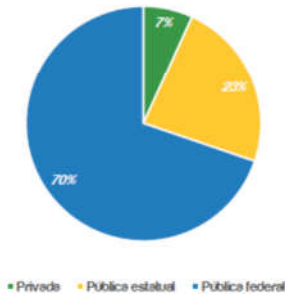
Atualmente, segundo a pesquisa Censo & Identidade 2016, publicada pela Confederação Brasileira de Empresas Júniores (Brasil Júnior)¹, atuaram 15.777 acadêmicos, com média de 20,9 anos, em 511 empresas júniores, espalhadas por 24 estados brasileiros e em mais de 120 universidades. Essas empresas júniores realizaram 4.865 projetos de consultoria e faturaram 11 milhões de reais, com um valor médio de 702 reais por empresário júnior da rede e 25 mil reais por empresa júnior confederada.

As empresas júniores se encontram em sua maioria no ensino público, com cerca de 70% das unidades estando em universidades federais e estaduais. Os cursos de graduação que mais cediam projetos desse tipo são as de Ciências Sociais Aplicadas e Engenharias, totalizando 58% das empresas júniores nesses ramos. Além desses, aparecem empresas júniores de comunicação, tecnológicas, ciências humanas e biológicas.

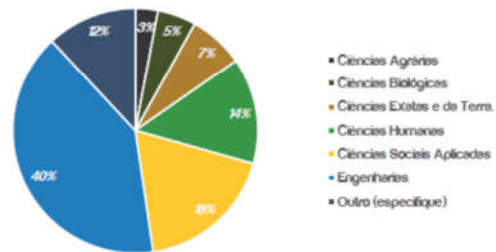
1 www.brasiljunior.org.br

As Empresas Júniores estão 70% em Instituições de Ensino Superior Públicas Federais e 40% Atuam na área de Engenharia.

CLASSIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE



ÁREA DE ATUAÇÃO



As empresas júniores juntas formam uma rede, chamada de Movimento Empresa Júnior. Ele é composto por todas as empresas júniores, seus núcleos regionais, federações estaduais e a Confederação Brasileira de Empresas Júniores. O Planejamento Estratégico da Rede, desenvolvido pela Brasil Júnior com o intuito de dar diretrizes e integrar essa rede, traz a missão do Movimento Empresa Júnior: formar, por meio da vivência empresarial, empreendedores. Dessa forma os 16.000 empresários júniores são incentivados a trabalhar sempre buscando práticas inovadoras em suas empresas júniores, visando projetos capazes de gerar impacto e transformação da realidade em que estão inseridos.

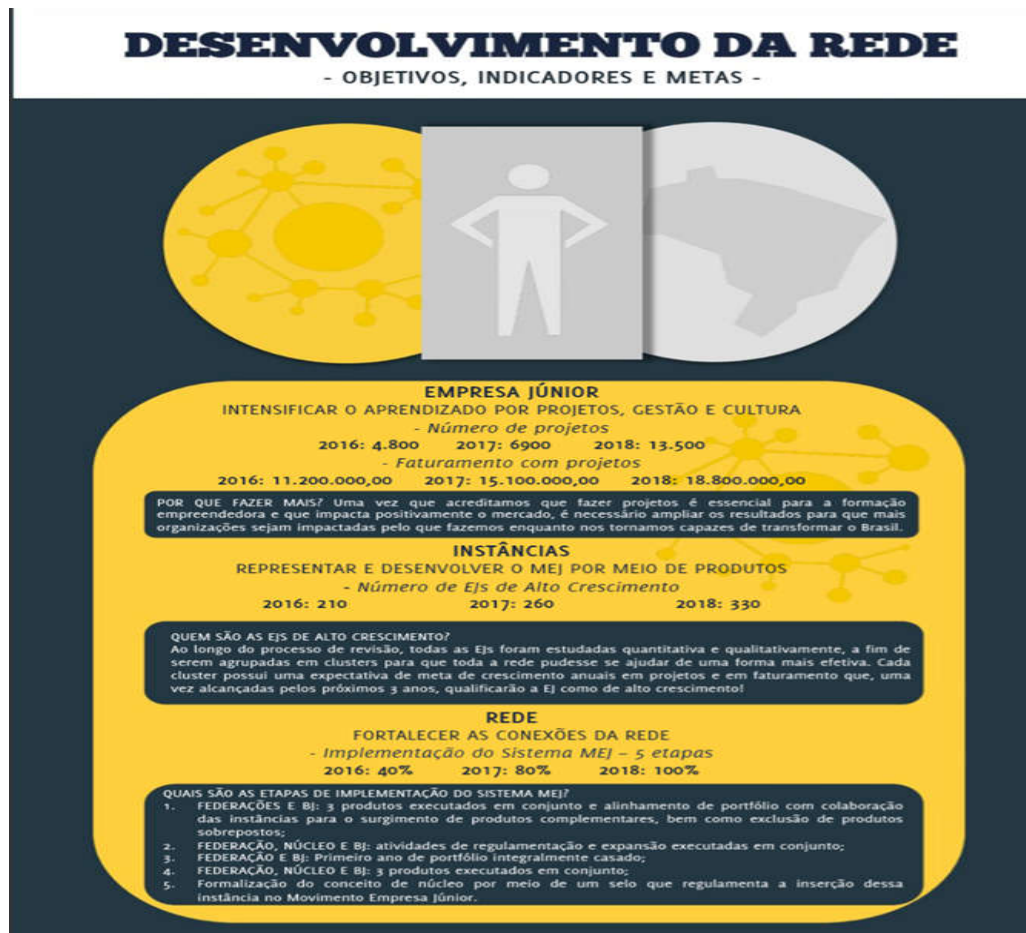
Em virtude do caráter voluntário dos estudantes que atuam nas empresas júniores, é possível ser cobrado pelos serviços das empresas um valor muito abaixo do que é geralmente praticado no mercado e, dessa

forma, tornando viável a micro e pequenos empresários contratar esses serviços. Assim, acredita-se que o Movimento Empresa Júnior impacta não somente a formação dos estudantes na universidade, mas também estimula o mercado, principalmente os micro e pequenos empresários, ao tornar os negócios mais competitivos.

Segundo o Censo & Identidade 2016 (BRASIL JÚNIOR, 2017), cerca de 40% dos projetos de empresas júniores foram vendidos para micro e pequenos empreendedores, sendo o restante dividido entre médias e grandes empresas, pessoas físicas e governos locais. Além disso, grandes empresas também se aproximam das empresas júniores para trabalhar atração de talentos, recrutamento e seleção, por acreditar que os acadêmicos que passam por essa experiência ainda na universidade saem de fato com um diferencial competitivo para o mercado de trabalho. Segundo o planejamento da Brasil Júnior (2017), para o

ano de 2017 a meta é que se realizem 10.000 projetos de consultoria e se fature R\$ 18.000.000,00. A partir disso se é fomentada a vivência empresarial e se formam profissionais diferenciados para o mercado

de trabalho, que ainda na universidade têm contato com projetos reais, clientes reais e metas de execução reais e lideram equipes, conforme figura abaixo.



Fonte:

Planejamento Estratégico (Brasil Júnior, 2017 p. 14)

É possível perceber pontos em que o Movimento Empresa Júnior colabora diretamente para o desenvolvimento do ecossistema empreendedor brasileiro, de acordo com a perspectiva de Isenberg (2011). A esfera de suporte é atendida, por exemplo, pelas empresas júniores quando prestam serviços de consultoria para micro e pequenos empreendedores, dando o *know*

how necessário para desenvolverem seus negócios. Na esfera do capital humano, através da experiência vivida na empresa júnior, são formados todos os anos milhares de estudantes com perfil empreendedor. Na esfera de cultura, fica em evidência a cultura empreendedora disseminada entre os jovens, as universidades e os empresários atendidos. Cabe observar como o Movimento Empresa

Júnior, ao se consolidar nacionalmente e se expandir dentro das universidades, pode se desenvolver e impactar de forma relevante as outras três esferas do ecossistema empreendedor de Isenberg: política, finanças e mercado.

A fundação da Ínteri Jr. e o início do Movimento Empresa Júnior na UFGD

No dia 12 de novembro de 2012, a Ínteri Jr. foi fundada pelos acadêmicos do curso de Relações Internacionais da UFGD¹. Os estudantes tiveram um papel fundamental na iniciação da empresa Júnior dentro do curso, sendo atribuída a cada um a função de estudar o funcionamento e os princípios do Movimento Empresa Júnior e realizar *benchmarking* com outras empresas júniores da mesma área para que o estabelecimento da estrutura organizacional e das diretrizes da empresa se ajustasse da melhor forma aos objetivos do curso e de seus egressos. É interessante frisar que a fundação da empresa de Relações Internacionais dentro da UFGD não foi uma ideia que surgiu apenas em 2012, mas sim um projeto que já estava concebido no Projeto Pedagógico Curricular do curso e que ganhou força com a entrada da professora Giane Faccin² para o corpo docente, uma vez

que ela reunia a experiência de ter participado do Movimento Empresa Júnior, sendo uma das fundadoras da Empresa Júnior do curso de Relações Internacionais da UNESP-Marília.

Os objetivos de sua fundação eram diversos, mas entre os mais importantes podemos destacar a inserção da UFGD enquanto instituição promotora do desenvolvimento comercial e econômico da região de Dourados e o aprendizado e capacitação dos acadêmicos em uma esfera pouco explorada dentro da sala de aula: o setor privado e empresarial. As atividades extensionistas são de extrema importância para complementar a grade curricular experimentada pela UFGD e pelos cursos de Relações Internacionais como um todo, e a Ínteri Jr. funciona como uma plataforma de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, a empresa júnior complementa a formação acadêmica dando a oportunidade de aprendizagem ativa, através da solução de problemas reais e da execução de projetos reais, demandando que os estudantes pesquisem e aprendam sobre a execução de cada projeto.

1 O curso de Relações Internacionais da UFGD iniciou suas atividades em março de 2009, formando seus primeiros concluintes em dezembro de 2012.

2 Bacharel em Relações Internacionais e Mestra em Ciências Sociais pela UNESP-Marília,

Giane Manzeppi Faccin reúne experiência profissional em câmaras de comércio, multinacionais e com gestão executiva de projetos. Ela atuou como professora substituta do curso de Relações Internacionais da UFGD no segundo semestre do ano de 2012.

Desse modo, a intenção da fundação da Íteri Jr. foi promover o desenvolvimento de competências diferenciadas nos acadêmicos, por meio de experiências que eles não teriam contato em sala de aula. Essas experiências se dão em duas frentes. A frente interna, que é toda a organização interna da empresa júnior: processos de gestão de pessoas, marketing, financeiro e administrativo. E a frente externa, caracterizada pela efetiva execução de projetos e contato com o mercado, englobando desde como encontrar o cliente, o processo de negociação, a elaboração do contrato e a prestação do serviço de fato.

A estrutura organizacional da Íteri vem sendo ajustada ao longo dos anos. Desde sua fundação até 2016 a empresa se dividia entre: presidência, responsável pela representação institucional; financeiro, que cuidava da documentação e fluxo de caixa; Projetos, que era a diretoria responsável exclusivamente pela execução de projetos; marketing, que era a diretoria responsável por projetar a imagem da empresa e trazer os clientes/projetos; e recursos humanos, que era responsável pela gestão de pessoas.

Após alguns anos de funcionamento seguindo este modelo, a diretoria da empresa percebeu que esta estrutura não era ideal, afinal, a empresa existe para executar projetos. Dessa forma não fazia sentido alguns poucos membros serem responsáveis por trazerem esses projetos e outros poucos

membros responsáveis por executá-los. Assim, adotou-se um novo modelo organizacional mais fluido e colaborativo, de modo que mais membros tivessem contato com mais partes da empresa, a prospecção dos clientes saiu da responsabilidade exclusiva do marketing e a execução de projetos também passou a acontecer de forma integrada. Nesse sentido, o novo organograma ficou da seguinte forma: Presidência, Diretoria Administrativo-Financeira, Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria de Marketing e Diretoria de Área Comercial. Por fim, credita-se a essa nova estrutura real contato com os eixos da formação empreendedora por meio da vivência empresarial.

A Íteri Jr. tem presença estratégica, pois a localização geográfica da região do Mato Grosso do Sul, fazendo fronteira com 2 países parceiros de MERCOSUL e limite com o estado de São Paulo, o mais economicamente ativo do país, gera grandes possibilidades para seus serviços voltados à internacionalização. Ou seja, as possibilidades que as fronteiras com outros países trazem para a produção e comercialização brasileira é tremenda e o escoamento/chegada da produção do estado de São Paulo para cá também é um ponto muito positivo para os setores em geral.

O portfólio da Íteri Jr., dessa forma, responde às oportunidades que a localidade

geográfica oferece, de forma a viabilizar estes processos proporcionando acesso aos micro e pequeno empresários pelos seus serviços. Os serviços ofertados são: Diagnóstico de Maturidade Exportadora, Estudo de Mercado Alvo, Consultoria de tributação, Planejamento Logístico, Análise Burocrática, Prospecção de Plataformas Online, Prospecção de Produtos Inovadores, Consultoria em Planejamento Interno para Internacionalização, Tradução, Captação de recursos internacionais. Podemos descrevê-los da seguinte forma: Diagnóstico de Maturidade Exportadora, que consiste em um diagnóstico de viabilidade mediante análise da empresa, caso seja constatado que a empresa ainda não está completamente apta, são levantados os motivos e as ações necessárias para a total aptidão; Estudo de Mercado Alvo, que consiste em uma análise dos países em busca do que melhor se adequa às expectativas e demandas do cliente, podendo também levantar contatos de potenciais empresas vendedoras ou compradoras do contratante no exterior; Consultoria de tributação; Planejamento Logístico; Análise Burocrática, referente aos procedimentos e documentos que serão necessários ao contratante para dar início ao processo de internacionalização desejado; Prospecção de Plataformas Online, sendo um levantamento das plataformas de vendas adequadas para a venda do produto no exterior e seus respectivos contatos;

Prospecção de Produtos Inovadores, busca de produtos inovadores no exterior para que o cliente possa comercializar no Brasil; Consultoria em Planejamento Interno para Internacionalização, referente à consultoria para organização do sistema operacional interno da empresa para que ela esteja apta a lidar com os processos e demandas da internacionalização; Captação de recursos internacionais, consiste na viabilidade de recursos financeiros de editais disponíveis (de empresas, governos, organizações, entre outros) para instituições sem fins lucrativos ou com projetos sociais; e por fim, Tradução.

A implantação de uma empresa júnior em um curso contribui para a função da Universidade em ser um agente de impacto social, a partir do momento que estes acadêmicos passam a realizar seus projetos. Dessa forma extrapola o papel de impacto no ecossistema e atinge também uma importante questão, a base pedagógica e o atual modelo de aprendizagem do ensino superior brasileiro. Junta-se a isso a extensão da sala de aula configurada pela empresa júnior, ambiente no qual através da experiência o estudante se capacita e se diferencia dos demais acadêmicos do curso que não passam por essa vivência, pois oferece ao mercado de trabalho a experiência prática de conceber projetos ainda em estágios iniciais de sua carreira.

Sendo a primeira empresa júnior da UFGD, após sua fundação, a Interi Jr. e seus membros se tornaram responsáveis por referenciar o movimento empresa júnior e propagar o conceito para os demais acadêmicos dentro da universidade. Após cerca de três meses de existência, a Interi Jr. se tornou referência não só para os demais cursos da UFGD, mas também foi considerada a melhor EJ do estado do Mato Grosso do Sul pela Brasil Júnior. Fato esse que deu mais força e incentivo para seus membros continuarem trabalhando ainda mais no desenvolvimento da empresa. Logo após, outras duas empresas júniores se juntaram à Interi Jr. no papel de propulsoras do movimento no estado, sendo estas três as fundadoras da Federação de Empresas Júniores do Mato Grosso do Sul (FEJEMS): a Terra Fértil Empresa Júnior e a Factiva Júnior, respectivamente empresas de Agronomia da UFGD e de Engenharia de Produção da UFMS, campus da cidade de Três Lagoas.

Movimento Empresa Júnior no Mato Grosso do Sul

O Movimento Empresa Júnior no Mato Grosso do Sul vem apresentando um crescimento exponencial, e a fundação da FEJEMS foi essencial nesse processo. Ela conectou as três empresas júniores fundadoras e com isso deu legitimidade representativa para o movimento no Estado.

Cada uma dessas empresas atuou para estimular outros acadêmicos a fundarem novas empresas júniores, para que mais universitários tivessem a oportunidade de acessar uma formação acadêmica diferenciada.

Segundo o mapeamento mais recente obtido com a Federação, atualmente o Estado conta com cerca de 36 empresas júniores por todo o Estado, contabilizando mais de 410 universitários que passaram por uma empresa júnior desde 2013. Ademais há um potencial de crescimento latente, pois não são todas as universidades do Estado que possuem uma empresa júnior como projeto de extensão. Nesse sentido, a Federação de empresas júniores do MS vem fazendo um trabalho de fomento a novas iniciativas júniores, bem como respaldando a regularização das empresas júniores existentes, de forma a garantir segurança jurídica e legalidade, para que o movimento siga se fortalecendo na região.

Assim como o movimento empresa júnior, que ainda é muito recente e incipiente no Estado, o ecossistema empreendedor no Mato Grosso do Sul ainda está em formação, com várias outras instituições como a FIEMS, o SEBRAE, secretarias municipais e estaduais, câmaras de comércio, lançando ações para aumentar o horizonte de oportunidades do empreendedor local, que é um tipo de economia diferente da economia

tradicional do estado. Então todo esse processo de expansão se conecta com as expectativas de desenvolvimento do estado através das consultorias e serviços prestados pelas empresas júniores para os setores econômicos mais produtivos do estado, que são o agronegócio, como fonte principal, o processamento de grãos e carnes e o turismo ambiental.

Além dos serviços de internacionalização que a Ínteri Jr. oferece e foram descritos anteriormente, o Movimento Empresa Júnior tem muito a contribuir com o ecossistema local através de outras áreas. Até agora, as Empresas júniores existentes conseguiram se inserir no mercado através da execução de projetos de diversos portes e para públicos diversificados, como alguns casos listados a seguir.

A Empresa Júnior de agronomia, a Terra Fértil, se inseriu no mercado através do seu famoso “dia de campo”, que consiste na condução de plantações de variedades de produtos das empresas para demonstração e/ou experimentação, de forma a conectar as empresas a outros clientes e aos estudantes, proporcionando às empresas obtenção de vantagens e aos estudantes adquirem conhecimento. Ou seja, o intuito principal é mostrar o portfólio da empresa para os clientes e também proporcionar este contato prático para os estudantes.

Já as áreas de engenharia têm um campo muito vasto, pois englobam as áreas de civil, elétrica, computação, produção, alimentos, energia, física e ambiental, divididas em 6 empresas dessas áreas, das quais quatro estão localizadas em Dourados, uma em Campo Grande e uma em Três Lagoas. Os serviços que elas já prestaram são diversos, focados principalmente em realizar projetos arquitetônicos, elétrico e de cabeamento possibilitando a abertura de novos negócios para micro e pequenos empresários.

Também se destacam atuando na área de engenharia ambiental, onde regulamentaram um hospital de acordo com as normativas vigentes na cidade de Campo Grande. Por sua vez, a Ejipta, empresa júnior de engenharia de alimentos, executou no ano de 2015 um projeto para a Florestas Brasileira Indústria e Comércio de produtos florestais e agrícola S.A no município de Itapecuru Mirim /MA. Este projeto teve por objetivo consultorias laboratoriais e técnicas em processos de avaliação tecnológica da farinha e do óleo de babaçu e desenvolvimento e aceitação sensorial de produtos à base de farinha de babaçu. Podemos citar também outros clientes outrora atendidos pelas EJs dessa área, empresários do ramo alimentício atendidos em licenciamento, profissionais da construção civil que buscam os chamados

projetos complementares, donos de pousada que foram atendidos em licenciamentos, além dos mais diversos segmentos em busca de sites e desenvolvimento *mobile* para expandir suas vendas e controle.

Outras áreas que também são contempladas até o momento pelas empresas júniores existentes são: direito, com estruturação societária jurídica, elaboração de pareceres, elaboração e revisão de documentos jurídicos, capacitação jurídica, acompanhamento de processos judiciais e registro de marcas e patentes; farmácia, com treinamentos na área da saúde, higienização de alimentos e segurança no trabalho, elaboração de tabelas nutricionais, procedimentos operacionais padrões e boas práticas para a área de saúde e alimentos, etc.

Acrescentamos a essa lista outras empresas que ainda não estão completamente asseguradas juridicamente por falta de documentos e não são tão próximas da rede, mas que já podem executar projetos, podemos citar as áreas de: nutrição, administração, comunicação social, engenharia de aquicultura, engenharia agrícola, ciências sociais, turismo, ciências contábeis, economia, psicologia, biotecnologia e gestão ambiental. Ou seja, fica claro que apesar do movimento ser muito jovem no estado, seu potencial de crescimento é bastante significativo.

Quando analisamos o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFGD (2013-2017) por exemplo, analisamos que as diretrizes de uma empresa júnior seguem as diretrizes do PDI, pois nele é expressa a vontade de “ampliar a produção de conhecimento no interior da Universidade, articular tal produção com as demandas do mundo produtivo. Ou seja, ampliar nossas relações com os grupos empresariais e com as economias sociais e solidárias da Região (Centro-Oeste, de Fronteira) e do País.” (pg.27). Observamos uma convergência de propósitos da empresa júnior e intencionalidades da própria Universidade. Nesse sentido são largos os passos para que a Universidade de fato gere impacto social no ecossistema local. Verificamos inclusive que as empresas júniores possuem um potencial de inserção muito maior ao que elas realmente exploram/estão inseridas até o momento, pois outras vertentes extensionistas da Universidade atuam no setor sucroalcooleiro, na indústria de alimentos e na cadeia produtiva do pescado; setores nos quais as empresas júniores ainda não conseguiram se inserir de forma efetiva na região.

Considerações finais

Concluimos que o perfil de economia tradicional do estado não deve ser tomado como fator determinante da economia regional, é preciso buscar novas formas de

economia para que o estado siga se desenvolvendo em áreas que ainda carecem de exploração. Com o movimento empresa júnior essa ideia de desenvolvimento é potencializada, pois compartilha a crença que para transformara realidade social é preciso gerar microrrevoluções em cada ecossistema local. Isso não significa que as empresas júniores não atendam empresas grandes e consolidadas, significa que além dessas grandes empresas terem acesso a esses serviços, os mesmos serviços estão ao alcance dos demais empreendedores, cuja relação pode ser explorada em virtude do perfil dos serviços e dos valores estabelecidos.

A profunda crise econômica e política que o Brasil enfrenta com certeza deixa um cenário pessimista para os empreendedores, o medo de arriscar, o medo de sair da zona de conforto e dar errado assombra os brasileiros, mas acreditamos que a saída dessa situação virá através do fortalecimento da nossa própria economia. O Movimento Empresa Júnior tem a finalidade de ajudar estes empreendedores a explorarem novos horizontes para suas empresas, o que no caso específico da Ínteri Jr. trata de levar sua produção ou serviço para fora ou traze-los de lá para cá. Com a consultoria internacional júnior, a economia regional pode passar a explorar novas possibilidades de forma sustentável e assistida, para que o potencial

da empresa não se limite a limites geográficos.

Se o estado não apostar em novas formas de movimentação da economia e de geração de valor para a cadeia produtiva e de serviços, ficará dependente das mesmas variáveis históricas. Empreender e ousar em um novo negócio não é um mistério, é uma combinação de “três competências básicas: habilidade gerencial, capacidade empreendedora e logística operacional” (CAVALCANTI E TOLOTTI, 2012, pg. 07). O ponto é que, o empresário/empreendedor não precisa necessariamente possuir essas três competências, pois através das consultorias júniores ele consegue tirar sua ideia do papel com o auxílio e “*know how*” dos universitários.

Segundo Glauco Cavalcanti e Márcia Tolotti, consideramos que crise e risco têm em comum a tensão, mas a percepção desses riscos muda dependendo da forma como eles são apresentados. Nesse sentido é interessante compartilhar a teoria de *locus de controle*. Essa teoria foi formulada por Julian B. Rotter em 1966 (DELA COLETA, 1979), que trata sobre a maneira que os indivíduos atribuem a responsabilidades sobre os eventos que ocorrem em suas vidas. Existem pessoas que possuem o *locus de controle* externo, que atribuem a fatores externos e que elas não podem controlar a responsabilidade sobre os eventos, e pessoas que possuem

lôcus de controle interno, ou seja, que puxam para si a responsabilidade sobre os eventos. Por exemplo, uma pessoa saiu de casa sem guarda-chuva, choveu e ela se molhou, essa pessoa pode encarar a situação de duas formas: a culpa é do tempo que mudou e ela se molhou, pois não imaginava que choveria, ou a pessoa assumir que poderia ter olhado a previsão do tempo antes de sair de casa para evitar esta situação.

O que a exposição desses dois tipos de perfil significa? Significa que segundo o movimento empresa júnior, um

empreendedor comprometido e capaz não é aquele que apenas sabe como executar a ideia, é aquele que vai lá e faz! Ou seja, é possível encarar os tempos de crise e nebulosidade econômica de duas formas, que se relacionam com o locus de controle, ou culpar a crise econômica pela estagnação econômica de determinado ecossistema, ou deixar de ser telespectador do próprio negócio e se tornar agente de mudança tirando do papel as ideias inovadoras/melhorias que só o movimento empresa júnior pode proporcionar por um valor acessível.

Referências

BRAGA MARTES, A. C. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. **Revista de Economia Política**. v. 30, n.2, São Paulo, 2010.

BRASIL JUNIOR. **Censo & Identidade 2016**. São Paulo: Confederação Brasileira das Empresas Júniores, 2017. Disponível em: <http://brasiljunior.rds.land/censo-identidade-relatorio-2016>. Acesso em 06 de setembro de 2017.

CAVALCANTI, G.; TOLOTTI, M. **Empreendedorismo, decolando para o futuro: as lições do voo livre aplicadas ao mundo corporativo**. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2012.

DELA COLETA, J. A. A escala de locus de controle interno-externo de Rotter: um estudo exploratório. **Arquivos Brasileiros de Psicologia, ISOP/FGV**, v.31, n.4, 1979.

ENDEAVOR BRASIL. **O que é Empreendedorismo?** Disponível em: <https://endeavor.org.br/tudo-sobre/empreendedorismo/> Acesso em 20 nov.2017.

ISENBERG, D. **The Entrepreneurship Ecosystem Strategy as a New Paradigm for Economic Policy: Principles for Cultivating Entrepreneurship**. May 11, 2011.

MARTINELLI, J. **Locus de controle**. Disponível em: <http://www.duomoeeducacao.com.br/Lideranca/locus-de-controle.html>>. Acesso em 20 nov. 2017.

PINCHOT III, G. **Intrapreneuring: why you don't have to leave the corporation to become an entrepreneur**. New York, Harper & Row, 1985.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

UFGD. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017**. Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento de Universidade Federal da Grande Dourados, 2014. Disponível em: http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ADMINISTRACAO-UFGD/PDI%20UFGD%202013_2017.pdf. Acesso em: 06 de setembro de 2017.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/)

DOI: 10.30612/re-ufgd.v4i8.8143

**Percepção Ambiental: estudo de caso do Parque Ambiental Arnulpho Fioravante,
Dourados - MS**Environmental perception: case study of the Environmental Park Arnulpho Fioravante,
Dourados, MSEmerson Machado de Carvalho¹
Kátia Cristina Silva Mineli²
Nathaskia Silva Pereira³

Recebido em 09/11/2017

Aceito em 15/12/2017

Resumo: A relação do homem com o meio ambiente sempre foi foco de discussão. Com o processo de urbanização essa relação tem se tornado mais frágil. O presente estudo analisou a percepção ambiental de estudantes durante uma visita técnica orientada. O local de estudo foi o Parque Ambiental Arnulpho Fioravante localizado numa região central da cidade de Dourados, MS. Os dados foram obtidos através da Associação Livre de Palavras (TALP) decorrentes da expressão indutora “a sensação que eu tenho neste local é...”. Foram observados cinco pontos com diferentes características do Parque. Nos pontos que apresentavam vegetação e o mínimo de preservação os estudantes perceberam os sons da natureza, evocando uma sensação de tranquilidade. Nos pontos degradados e sem vegetação os estudantes passaram uma sensação de desconforto e perceberam principalmente os sons oriundos da poluição sonora urbana. Com estes resultados é possível constatar que mesmo diante das ações antrópicas ainda é possível encontrar conforto com o mínimo de planejamento e gestão de áreas verdes em meio ao caos urbano.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Representações Sociais. Parques verdes urbanos. Gestão ambiental urbana.

Abstract: The present study analyzed the environmental perception of students during a guided technical visit. The study site was the Arnulpho Fioravante Environmental Park located in a central region of the city of Dourados, MS. The data were obtained through the Free Association of Words (TALP) derived from the inductive expression "the sensation that I have in this place is ...". Five points with different characteristics of the Park were observed. At the points with vegetation and the minimum of preservation, the students perceived the sounds of nature, evoking a sense of tranquility. At the degraded and unvented points, the students experienced a sense of discomfort and noticed mainly the sounds from urban noise pollution. With these results it is possible to verify that even with the anthropic actions it is still possible to find comfort with the minimum of planning and management of green areas in the midst of urban chaos.

Keywords: Environmental Education. Social Representations. Urban green parks. Urban environmental management.

¹Professor Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais – FCBA – E-mail: emersoncarvalho@ufgd.edu.br;

²Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais – FCBA;

³Mestre em Biologia Geral/ Bioprospecção pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/)

Introdução

O intensivo processo de industrialização e urbanização ocasionou reflexos notáveis na qualidade de vida dos indivíduos na cidade, que até então não estava preparada para absorver tamanho crescimento populacional (CANEPA, 2007). De acordo com relatório da Organização das Nações Unidas - ONU, estima-se que a população humana alcançará 8,5 bilhões em 2030, 9,7 bilhões em 2050 e passará os 11 bilhões em 2100 (PNUD, 2015). Este salto da população humana poderá comprometer ainda mais a qualidade ambiental e, conseqüentemente a qualidade de vida da população dos centros urbanos.

O homem tem apresentado dificuldade de se reconhecer ou se perceber como parte integrante do meio em que vive (meio ambiente), apresentando uma concepção de que a “natureza” está a seu serviço e, muitas vezes, como produto do capitalismo (NEUENFELDT; MAZZARINO, 2016; PITANGA et al., 2017). O contato esporádico do ser humano com a natureza não é o suficiente para justificar uma mudança de comportamento perante as questões ambientais, uma vez que este indivíduo está cotidianamente envolvido por um contexto imerso nos valores de uma sociedade que segue a lógica do capital, da

produção e do consumo (FLORIANI, 2010; RODRIGUES, 2010). Neste contexto, como mitigar os impactos ambientais do atual estágio de desenvolvimento de produção capitalista?

A Educação ambiental tem se projetado como uma ferramenta pautada em estratégia metodológica da Gestão Ambiental, tendo em vista a crise da racionalidade (ASSIS; RUTKOWSKI, 2017). Ela tem sido vista por muitos como uma das alternativas para reconhecer e mitigar os problemas ambientais gerados no mundo contemporâneo (SANTOS et al., 2017). Nunes e Bomfim (2017) indicam também a importância em desenvolver a sensibilidade dos indivíduos, propondo uma estética crítica, voltada para a contemplação da realidade, contrapondo-se aos valores construídos pela sociedade de mercado. No entanto, ainda presenciamos a Educação Ambiental hermeticamente curricular e contextualizada em sala de aula, apropriada segundo o que é próprio de cada ciência, que é defendida isoladamente por uma disciplina, assumindo assim uma visão reducionista e unilateral do discurso ambientalista (AMORIM et al., 2017). Como romper com esta construção unilateral, reducionista e até certo ponto romântica que a Educação Ambiental tem se



alicerçado e estreitar ainda mais os laços afetivos entre o ser humano e a natureza?

A retórica de se repensar o indivíduo pertencente ao meio e vinculado a ele, torna-se um desafio necessário, e enfatizar os benefícios do meio ambiente e os prejuízos de nossas atitudes, precisa promover ao censo comum um olhar diferenciado e reflexivo que estimule levar em consideração significados, valores, cultura e meio social (LIMA; SILVA, 2011). Factualmente, as propostas de Educação Ambiental mais difundidas estão pautadas em estudos no meio se baseiam em metodologias que propõem visitas orientadas a ambientes conservados objetivando uma vivência prática com ênfase nos valores ambientais trabalhados em sala de aula (RODRIGUES, 2010). O objetivo principal é criar uma afinidade de indivíduos com o meio natural, pelo contato direcionado à natureza através de atividades de sensibilização integradas ao meio, buscando uma consequente educação à preservação.

É importante compreender que a Educação Ambiental surgiu por volta de 1960 num contexto de mudanças sociais,

A constante negligência de áreas verdes no espaço urbano é um agravante para a qualidade de vida da população. Além do empobrecimento da paisagem urbana, são

que a princípio favorecia apenas o aprendizado de conceitos ecológicos (SANTOS et al., 2017). Desde então, nestes quase 60 anos de Educação Ambiental presenciamos muitas transformações culturais, sociais e ambientais. A busca contínua por uma Educação Ambiental mais crítica, transformadora e voltada para os problemas socioambientais têm sido uma das grandes promessas para promoção do desenvolvimento sustentável. Mas a quantos passos estamos desta conquista?

A Educação Ambiental está apresentada neste relato de experiência e pesquisa descritiva-exploratória, como um processo que busca perceber o sujeito no seu espaço e, dessa forma, sensibilizar e aumentar a percepção destes em relação à responsabilidade ambiental na construção de melhor qualidade de vida. Para tal, foi adotado como espaço do estudo um parque verde no centro de Dourados, MS. O parque representa hoje para os munícipes uma área de lazer, recreação e contemplação da natureza, ao mesmo tempo em que se contrasta com a falta de manutenção e preservação dos recursos e infraestrutura ali disponíveis.

inúmeros e de diferentes amplitudes os problemas que podem ocorrer, em virtude da interdependência dos múltiplos subsistemas que coexistem numa cidade (LOBODA;



ANGELIS, 2005). A disposição de vegetação pode aumentar a capacidade de redução da temperatura do ar e a atenuação da radiação incidente, intensificando assim as sensações de conforto térmico, ou seja, índices em que o ser humano sinta confortabilidade em decorrência de condições térmicas agradáveis ao corpo (LABAKI et al., 2011). Além do desconforto térmico, outro produto decorrente das alterações antrópicas e do crescimento populacional nos centros urbanos são os níveis de ruídos produzidos, também conhecidos como poluição sonora.

Conforme mencionado, as áreas verdes urbanas são importantes na manutenção da qualidade de vida através da atenuação da poluição sonora e desconforto térmico, promoção de recreação e lazer, bem como coadjuvantes na sensibilização da preservação do meio ambiente.

O presente estudo pretende trazer algumas dessas discussões através da

percepção dos estudantes em visita técnica orientada em um parque verde urbano.

Local de Estudo

O presente estudo foi desenvolvido no Parque Ambiental Arnulpho Fioravante, localizado no perímetro urbano da cidade de Dourados, MS (Figura 1). O município de Dourados está localizado no sul do Estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste e possui uma população de aproximadamente 218.069 mil habitantes em uma área Territorial de 4.086.237 km² de Altitude Média: 430 metros (IBGE, 2017).

O clima da região é considerado de transição entre o tropical e o subtropical e segundo a classificação de Köppen é do tipo Aw úmido com inverno seco, verão chuvoso, onde a temperatura média do mês mais frio é inferior a 18°C e a do mês mais quente superior a 22°C. A temperatura média anual varia de 20 a 22°C, com as médias dos meses mais frio e mais quente oscilando, respectivamente, de 15 a 19°C e de 23 a 26°C (OLIVEIRA et al., 2011).



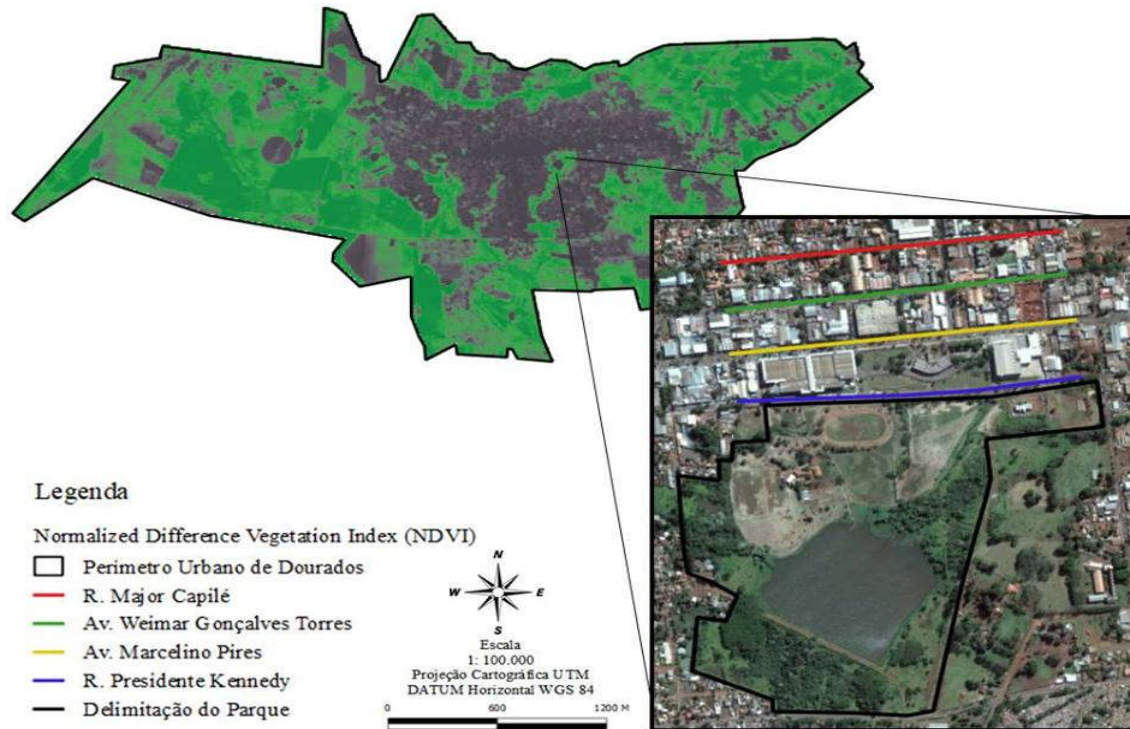


Figura 1. Localização do Parque Arnulpho Fioravante na cidade de Dourados, MS e principais avenidas contíguas. *Fonte: Rick Mauricio R. dos Santos.*

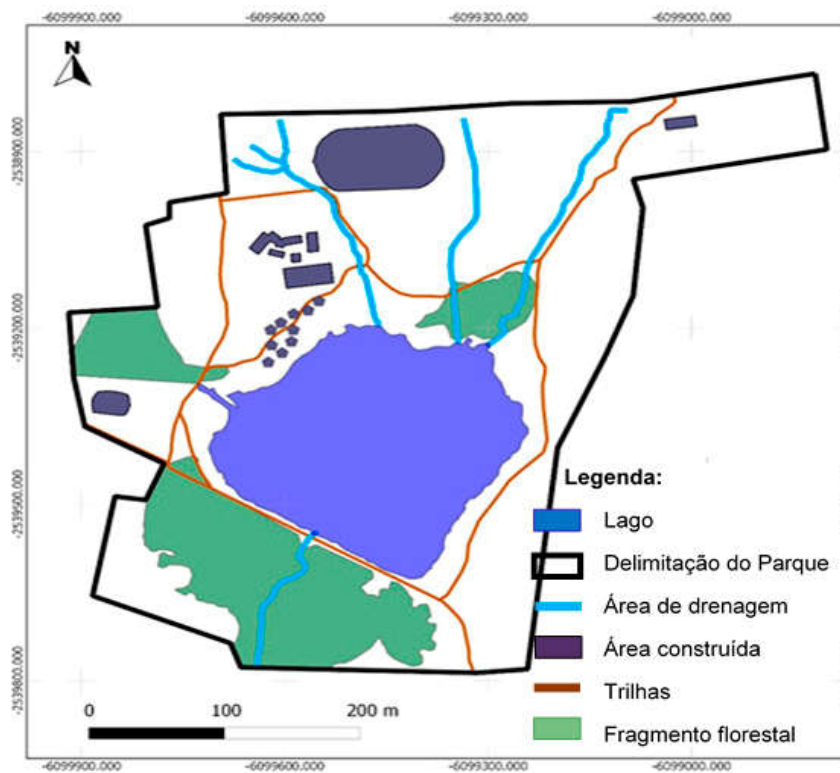


Figura 2. Demarcação do Parque Ambiental Arnulpho Fioravante e seus principais recursos. *Fonte: Google Imagem. Edição: Giovana Pinheiro (2016).*



O Parque Ambiental Arnulpho Fioravante tem ganhado visibilidade na cidade de Dourados, pois encontra-se nas imediações do shopping local, de pontos comerciais, hotéis e estação rodoviária. O parque possui uma área de 73 hectares, localizado entre as coordenadas S 22° 14' 03,10" e W 54° 47' 47,52" e S 22° 13' 34,52" e W 54° 47' 11,12". Nas áreas periféricas do Parque encontram-se os prédios do IMAM – Instituto de Meio Ambiente de Dourados e da Guarda Municipal – GM e Quartel da Polícia Militar Ambiental - PMA. No Parque também são encontradas áreas de recreação e lazer, como quadras de esporte, pista de atletismo, quiosques com bancos, mesas e churrasqueira, trilhas para caminhada, riachos e uma lagoa com comprimento médio de 350 metros (Figura 2). No entanto, a infraestrutura do Parque encontra-se em estado de degradação, tanto nos recursos ambientais quanto nas áreas construídas, remetendo a um local abandonado ou negligenciado pelo poder público.

Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratório-descritivo, sendo realizada em duas etapas: (1) visita técnica orientada de percepção ambiental no Parque Ambiental Arnulpho Fioravante; (2) análise da percepção dos

estudantes sobre o Parque através da associação livre de palavras.

O público amostral foi composto por estudantes dos cursos de Gestão Ambiental e Ciências Biológicas (25 indivíduos) regularmente matriculados na disciplina de Educação Ambiental da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais – FCBA da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

Visita técnica

Durante a visita técnica ao Parque utilizou-se como trajeto uma trilha do parque que dava acesso aos principais atrativos e contornava a lagoa. Em cada ponto selecionado para percepção os estudantes foram orientados a ficar em silêncio, fechar os olhos e perceber o ambiente ao redor. Para tal foram selecionados cinco pontos dentro do parque com diferentes características. Na sequência os estudantes deveriam registrar através de três palavras a sensação percebida.

Análise dos dados

Os métodos utilizados para avaliar a percepção dos estudantes foram adaptados do estudo de Cardoso e Carvalho (2017), apresentados no livro “Planejamento e gestão do turismo sob a perspectiva do público e do privado”. Os métodos estão apresentados na sequência:



O TALP foi utilizado com intuito de investigar a percepção sensorial que os estudantes apresentaram em relação aos pontos do Parque, através da expressão indutora: “A sensação que tenho neste local é...”. O TALP foi uma ferramenta originalmente utilizada na prática clínica, utilizado no campo da psicologia social em pesquisas sobre representações sociais. Através do TALP os alunos escreveram três palavras que tinham relação como a expressão indutora supracitada. As palavras escolhidas pelos estudantes foram anotadas em bloco de papel. Ao final do percurso da trilha foi solicitado aos estudantes que justificassem brevemente uma das palavras escolhidas, de forma a tentar captar a percepção racional na experiência vivenciada.

A partir das palavras escolhidas no TALP pelos estudantes foram geradas cinco nuvens de palavras criadas no programa WordItOut para a representação visual da percepção sensorial. A nuvem das palavras foi construída utilizando a contagem simples das ocorrências das palavras apresentadas em cada um dos pontos de percepção do Parque. Nessa representação cada palavra tem seu tamanho destacado pela relevância atribuída pela contagem simples das ocorrências de determinada palavra no teste. Por exemplo, uma palavra citada 30 vezes

terá proporcionalmente o dobro de tamanho de uma palavra citada 15 vezes.

Resultados e Discussão

A Associação Livre de Palavras (TALP), a partir da expressão indutora “a sensação que eu tenho neste local é...” obteve um dicionário de 124 palavras. Contudo, as palavras sinônimas e semanticamente semelhantes foram agrupadas e reduzidas para tratamento dos dados. As palavras produzidas pelos estudantes em seus respectivos pontos de observação podem ser verificadas das Figuras 3 a 7.

No ponto 1 de observação foi representado por palavras que evocam sentido de caos e estresse provocados, principalmente, por poluição sonora dos grandes centros. Agitação, carros e barulho estiveram em destaque, seguidos em menor representatividade por pássaros, estresse e vento (Figura 3a). Este ponto de observação teve com principais características pouca cobertura vegetal, muita incidência luminosa, campo aberto e área limítrofe do perímetro urbano (Figura 3b). Dessa forma, é possível observar que, mesmo em um parque verde é preciso ter condições mínimas de conforto térmico e de barragem dos ruídos para que ele possa proporcionar uma fuga do estresse e caos dos grandes centros. Em todo o momento foi observado



que os agravantes do estresse estiveram presentes, mascarando o som dos pássaros e do vento nas folhas.

Já é de conhecimento a importância de áreas com vegetação no perímetro urbano para atenuação do calor e manutenção da umidade do ar. Porém, autores como Nucci e Cavalheiro (1999), Andrade (2005) e Maia (2010) também consideram a vegetação urbana umas das mais eficientes barreiras na redução da poluição sonora. A vegetação proporciona amortecimento dos ruídos de fundo sonoro contínuo e descontínuo de caráter estridente, que são ocorrentes nas grandes cidades (LOBODA; ANGELIS, 2005).

No ponto 2 de observação foi representado principalmente pelas palavras água e pássaros, seguido em menor representatividade por calma, frescor e trator (Figura 4a). Nota-se neste ponto que apenas a última palavra apresentou uma conotação negativa, enquanto que as demais remetiam à tranquilidade e natureza. É válido lembrar que este ponto estava localizado a apenas 150 metros do primeiro ponto. No entanto, as características ambientais que diferem do primeiro ponto foi sombreamento por árvores de grande porte e a presença de um pequeno riacho com trechos encachoeirados (Figura 4b). A presença do trator na percepção dos estudantes se deu em

decorrência de um serviço de roçada que estava ocorrendo naquele momento. Isso nos faz perceber que até mesmo as atividades rotineiras de manutenção em parques verdes precisam ser planejadas de forma a não tirar a tranquilidade dos visitantes e causar impactos na fauna e flora local.

O ponto 3 foi representado, principalmente, pela palavra calor, seguido por desconforto, abafado e barulho (Figura 5a). Tais palavras são indicadoras de desconforto térmico e sonoro, ou seja, o oposto que se esperaria de um parque verde urbano. Este ponto fica em uma área recém roçada por trator e aparentemente não apresenta qualquer propósito para estar sem vegetação (Figura 5b).

Entrevistas de opinião com a população demonstraram que a existência de parques urbanos e a sua utilização trazem inúmeros benefícios para a saúde do ser humano, entre esses benefícios está a atenuação de ruídos urbanos (MARTINS; ARAÚJO, 2014). A disposição adequada de vegetação pode aumentar a capacidade de redução da temperatura do ar e atenuação da radiação incidente, intensificando assim as sensações de conforto térmico (LABAKI et al., 2011).

No entanto, é necessário um plano de manejo, mesmo que sucinto, e que apresente um zoneamento das áreas utilitárias do



parque. Dessa forma será possível evitar que áreas destinadas à preservação e conservação dos recursos naturais sejam

O ponto 4 de observação foi representado, principalmente, pelas palavras vento, tranquilidade, frescor, confortável e pássaros (Figura 6a). Este local está apenas 30 metros do ponto 3, mas apresenta elevada densidade de árvores com sombreamento (Figura 6b). Ficou perceptível o quanto a vegetação, principalmente árvores de grande porte, são importantes para desconectar o homem do cotidiano urbano e aproximá-lo da natureza.

degradadas despropositadamente pelo órgão responsável pela manutenção do mesmo.

Semelhante ao ponto anterior, o ponto 5 foi representado por palavras positivas. Destaca-se a palavra confortável, seguida por tranquilidade, frescor, sossego, paz e vento (Figura 7a). Este ponto apresenta uma elevada diversidade e densidade de espécies arbóreas nativas, e é o ponto de escoamento da lagoa, afluente do córrego Paragem. Além disso, a paisagem é moldada por grandes rochas que formam trechos encachoeirados ao longo do afluente.

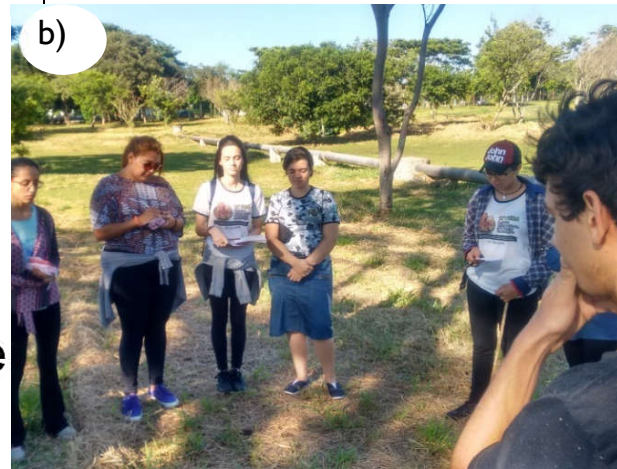
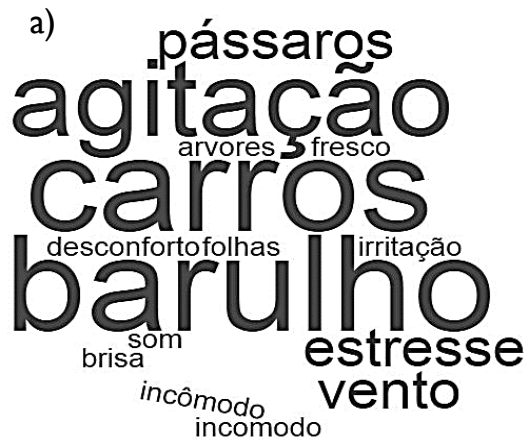


Figura 03. a) nuvem de palavras geradas através da expressão indutora “a sensação que eu tenho neste local é...” b) e ponto 1 de observação no Parque Ambiental Arnulpho Fioravante.





Figura 04. a) nuvem de palavras geradas através da expressão indutora “a sensação que eu tenho neste local é...” b) e ponto 2 de observação no Parque Ambiental Arnulpho Fioravante.



Figura 05. a) nuvem de palavras geradas através da expressão indutora “a sensação que eu tenho neste local é...” b) e ponto 3 de observação no Parque Ambiental Arnulpho Fioravante.





Figura 06. a) nuvem de palavras geradas através da expressão indutora “a sensação que eu tenho neste local é...” b) e ponto 5 de observação no Parque Ambiental Arnulpho Fioravante.



Figura 07. a) nuvem de palavras geradas através da expressão indutora “a sensação que eu tenho neste local é...” b) e ponto 4 de observação no Parque Ambiental Arnulpho Fioravante.

Considerações finais

De acordo com a percepção ambiental dos estudantes, os pontos 2, 4 e 5 apresentaram os melhores atributos para um parque verde urbano. Os resultados

indicaram que nestes locais é possível relaxar e entrar em sintonia com a natureza. No entanto, eles não estão livres dos problemas relacionados a preservação e conservação dos recursos naturais e manutenção do Parque. Tais apontamentos



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/pt-br/)

estiveram imbricados nas palavras de baixa representatividade. Dessa forma, é possível constatar que mesmo diante das ações antrópicas ainda é possível encontrar conforto com o mínimo de planejamento e gestão de áreas verdes em meio ao caos urbano.

O Parque Ambiental Arnulpho Fioravante apresenta muitos aspectos positivos, que contribuem com a melhora da qualidade de vida das pessoas que o frequentam. Entretanto, tais aspectos se

contrastam com os atributos negativos, que se melhorados poderão potencializar todos os benefícios que este parque pode trazer para a comunidade. Para tal é importante se pensar num plano de manejo para o Parque e que, necessariamente, leve em consideração planos de ação de recuperação das áreas degradadas. Essas áreas verdes interferem diretamente na qualidade de vida dos seres humanos quando se considera as funções estéticas, educativas, sociais e ecológicas, que atuam na amenização das consequências negativas da urbanização.

Referências

AMORIM, C. D.; CESTARI, L. A. S.; SILVA JÚNIOR, M. F. Educação Ambiental e Interdisciplinaridade: um olhar sobre as ações extensionistas da área de conhecimento “Meio Ambiente e Sustentabilidade” de uma IES do Sudoeste da Bahia. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 34, n. 3, p. 186-206, 2017.

ANDRADE, H. O clima urbano – Natureza, escalas de análise e aplicabilidade. **Finisterra**, Lisboa, Portugal, v. 40, n. 80, p.67-91, 2005.

ASSIS, A. E. S. Q.; RUTKOWSKI, E. W. Educação Ambiental como estratégia metodológica da Gestão Ambiental: Por uma nova postura epistêmica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v.33, n.3, p. 110-124, 2016.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2017. Disponível em:<https://www.ibge.gov.br/> > Acesso em: Fevereiro de 2018.

CANEPA, C. **Cidades sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade**. São Paulo: SCS, 2007.

CARDOSO, C. A.; CARVALHO E. M. Educação para o Turismo: Representações sociais de Estudantes do Ensino Básico de Bonito-MS. In: **Planejamento e gestão do turismo sob a perspectiva do público e do privado**. São Carlos: Pedro e João Editores 341 p., 2017.

FLORIANI, D. Diversidade Cultural, Desafios Educacionais E Sistemas Cognitivos: Para Pensar Uma Modernidade Em Crise. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v. especial, 2010.



LABAKI, L. C.; SANTOS, R. F. dos; BARTHOLOMEI, C. L. B; ABREU, L. V. Vegetação e conforto térmico em espaços urbanos abertos. **Revista Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte - MG, v. 4, n. 1, p. 23-42, 2011.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. Caxias do Sul: Editora Educs, 256 p., 2005.

LIMA, R. L.; SILVA, V. P. Gestão ambiental para o turismo excursionista do olheiro de Pureza-RN: uma contribuição da percepção de moradores e excursionistas. **Holos**, Natal, v.3, ano 27, p. 120-137, 2011.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, Guarapuava, v.1, n.1, p.125-139, 2005.

MAIA, D. S. N. **Ruído De Parques Eólicos Análise e Caracterização**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil – Especialização em Construções) Universidade do Porto. Faculdade de Engenharia. 2010.

MARTINS, R. T. P.; ARAUJO, R. S. Benefícios dos parques urbanos. **Perspectivas online**. Brasil, v. 10, n. 4, p. 38-44, 2014.

NEUENFELDT, D. J.; MAZZARINO, J. M. O corpo como lugar onde a experiência da educação ambiental nos toca. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 33, n. 1, p. 22-36, 2016.

NUCCI, J. C; CAVALHEIRO, F. Cobertura vegetal em áreas urbanas - conceito e método **Revista GEOUSP: Espaço e Tempo (online)**, n. 6, p. 29-36, 1999.

NUNES, L. S. R.; BOMFIM, A. M. Estética e Educação Ambiental: primeiras reflexões sobre cenários e imagens no processo de alienação da natureza. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 34, n. 3, p. 245-262, 2017.

OLIVEIRA, C. F. Ecoturismo como prática para o desenvolvimento socioambiental. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 184-195, 2011.

PITANGA, A. F.; NEPOMUCENO, A. L. O.; ARAUJO, M. I. Os Entendimentos e Práticas de Ensino de Professores Universitários em Educação Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 34, n.1, p. 270-289, 2017.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, C. Observando Os “Estudos Do Meio” Pela Lente da Educação Ambiental Crítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 24, 2010.

SANTOS, D. B.; SOUZA, C. R.; MOREIRA, L. M. Da educação ambiental à transformação social: reflexões sobre a interdisciplinaridade como estratégia desse processo. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 34, n. 2, p. 156-172, 2017.

